

2025

Relatório de Sustentabilidade

**Compromisso
com o Futuro.**

Análise e desempenho da
sustentabilidade
ambiental, social e de
governança.



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, n.º 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 212 635 680,46 €

Conceção e Coordenação:

Direção de Sustentabilidade

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 25 de maio de 2026.



Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

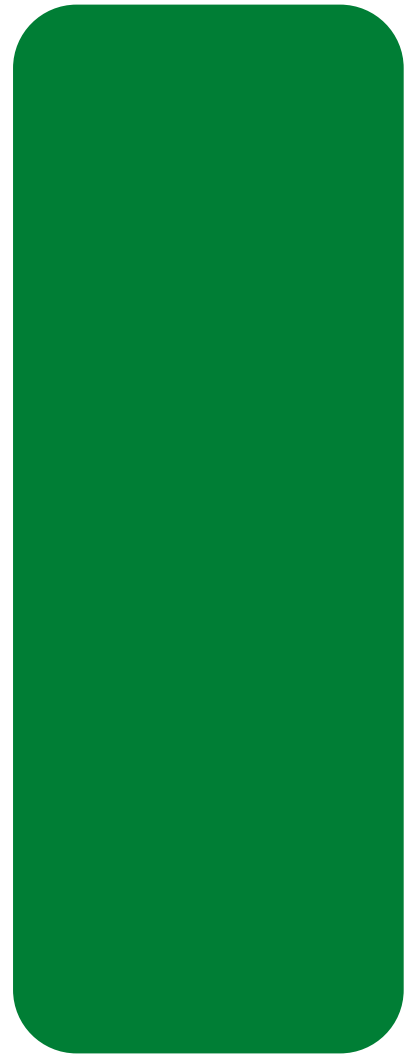
Índice

Ficha Técnica	2
Índice	3
1. Mensagem do Presidente	6
2. Destaques 2025	8
3. O Grupo CP – Comboios de Portugal	10
Quem somos: perfil e presença	10
Plano Estratégico 2026-2032	13
O nosso modelo de negócio e cadeia de valor	16
Inovação	18
4. Informações Gerais	21
Base de elaboração	21
Divulgações em relação a circunstâncias específicas	22
Governance	24
5. Caminho de Sustentabilidade	31
Estratégia de Sustentabilidade	31
Análise de materialidade	32
Envolvimento de <i>stakeholders</i>	34
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	37
Parcerias para a sustentabilidade	40
6. Ambiente	44
Alterações climáticas	44
Adaptação e mitigação às alterações climáticas	45
Transição energética e eficiência	48
Pegada de carbono	51
Poluição	53
Prevenção da poluição	54
Poluição do ar e da água	56
7. Social	60
Mão-de-obra própria	60
Envolvimento do Talento CP	61
Pessoas CP	64
Diversidade, equidade e inclusão	66
Formação e desenvolvimento de competências	69
Saúde, segurança e bem-estar	70
Trabalhadores da cadeia de valor	73
Cadeia de Valor Responsável	73
Comunidades	74
Dialogar para a ação	75

	Presença com propósito	76
	Cientes e utilizadores finais	80
	Envolvimento Consumidores e Utilizadores Finais	81
	Confiança e segurança	84
	Inclusão e acessibilidade	89
8.	Governance	92
	Conduta empresarial	92
	Cultura de ética, transparência e responsabilidade	93
	Gestão de fornecedores	99
9.	Anexos	104
	Tabela de correspondência ESRS	104
	Taxonomia Europeia	109
1.	Introdução	109
2.	Análise de elegibilidade	110
3.	Análise de Alinhamento	111
4.	Aferição de indicadores (KPI)	117
5.	Próximos Passos	125
	Notas metodológicas	126
	Indicadores Ambientais	126
	Lista de acrónimos e siglas	135

1.

Mensagem do Presidente



1. Mensagem do Presidente

O ano de 2025 afirmou-se como um marco relevante no percurso de transformação da CP – Comboios de Portugal, num contexto de crescente exigência nos domínios ambiental, social e de governação. Num período em que os desafios da transição climática, da coesão territorial e da sustentabilidade social se tornaram ainda mais prementes, a mobilidade ferroviária consolidou-se como uma resposta estratégica ao serviço do país, com mais de 208 milhões de passageiros transportados ao longo do ano.



No plano ambiental, a CP deu passos estruturantes rumo à descarbonização, através da maior renovação de material circulante da sua história, do reforço da tração elétrica, da melhoria contínua da eficiência energética, da contratualização de energia elétrica 100% de origem renovável e de uma gestão cada vez mais responsável dos recursos. Estes avanços refletem uma visão clara e consistente: afirmar o transporte ferroviário como pilar central da transição energética nacional.

No domínio social, reforçámos o nosso compromisso com uma mobilidade inclusiva, segura e de qualidade, acessível a todos. Paralelamente, investimos na valorização dos nossos trabalhadores, reconhecendo-os como o principal motor da transformação e do desempenho sustentável da CP. Assumimos este compromisso com as pessoas como absolutamente determinante para o futuro da empresa.

A inovação, a digitalização e uma governação responsável continuaram a orientar a criação de valor, a modernização da organização e o reforço da transparência. A CP conquistou o segundo lugar nos *Transport Ticketing Awards 2026*, em Londres, com o Passe Ferroviário Verde Digital, uma solução inovadora totalmente digital para a bilhética ferroviária. Esta distinção reconhece a simplificação do acesso ao transporte e a aposta na mobilidade sustentável, reforçando a estratégia da CP.

No plano económico-financeiro, a CP tem vindo a consolidar uma trajetória de crescimento e sustentabilidade, refletida na melhoria consistente dos seus resultados. A obtenção de resultados líquidos positivos ao longo dos últimos quatro anos evidencia o reforço da solidez financeira da empresa.

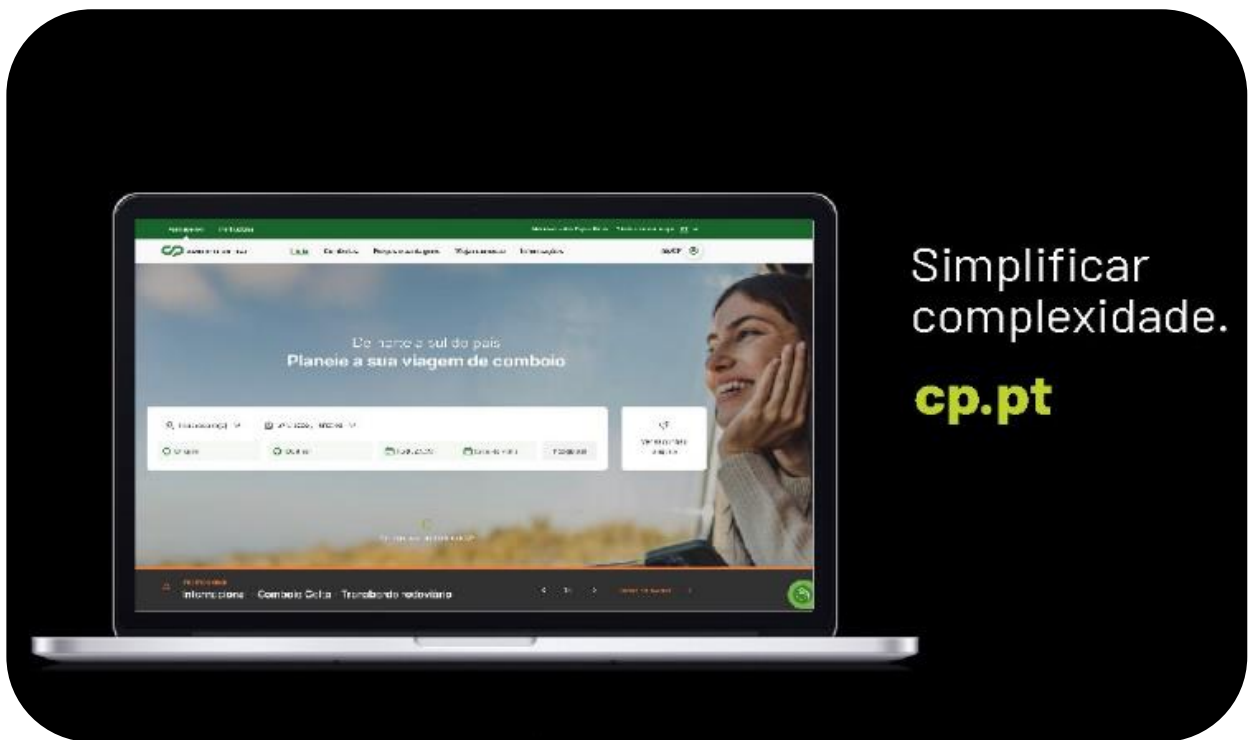
Neste contexto, o Relatório de Sustentabilidade de 2025 assume um significado particular, por ser o primeiro elaborado em alinhamento com a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa e com a Taxonomia Europeia, representando um passo estruturante na consolidação de um reporte mais robusto e orientado para o futuro.

O desempenho alcançado em 2025, é o reflexo direto do empenho, dedicação e profissionalismo de todos os trabalhadores da CP, cujo contributo foi determinante para o cumprimento dos objetivos estratégicos e para a concretização do percurso de transformação da empresa. Reflete igualmente a confiança depositada pelos nossos clientes e parceiros, cujo envolvimento e colaboração têm sido essenciais para o reforço do papel da CP enquanto operador central da mobilidade sustentável em Portugal.

A todos, deixo um sincero reconhecimento.

2.

Destques 2025



Estatuto Inovadora COTEC 2025

inovadora'25



Menção Honrosa na 4.^a edição do Prémio Cidades e Territórios do Futuro da APDC, na categoria "Mobilidade e Logística"



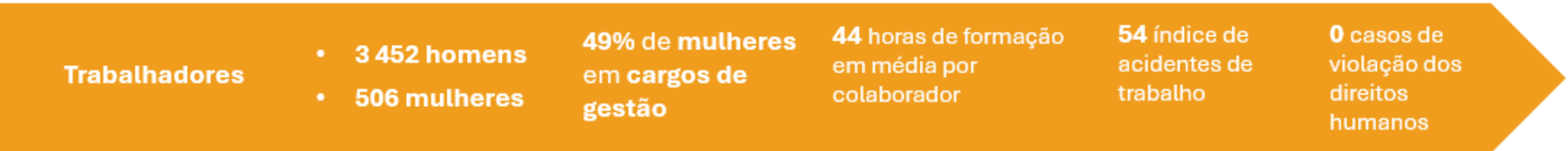
PRÉMIO COTEC
CIDADES
& TERRITÓRIOS
DO FUTURO

2. Destaques 2025

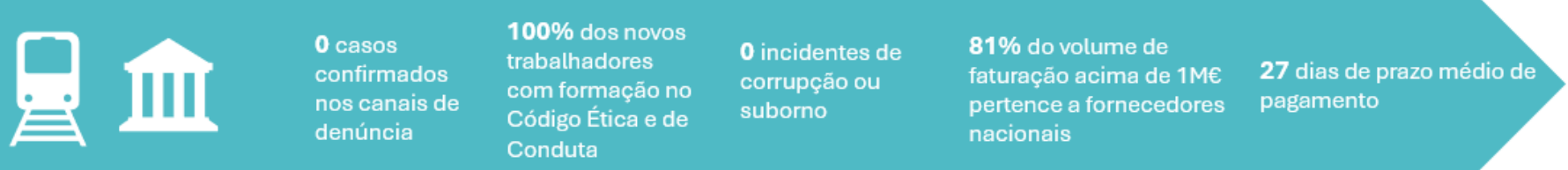
Ambiente



Social



Governance



3.

O Grupo CP



3. O Grupo CP – Comboios de Portugal

Quem somos: perfil e presença

A **CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP)** é uma entidade pública empresarial, totalmente detida pelo Estado português, com autonomia administrativa, financeira e património próprio. A sua atividade é enquadrada pelos seus Estatutos, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e legislação aplicável ao setor ferroviário.

Com mais de 160 anos de história, é a maior empresa de transportes terrestres a operar em Portugal, assegurando anualmente o transporte de milhões de passageiros, com uma equipa de cerca de 3 900 profissionais. Este legado não é apenas operacional, é um ativo de confiança pública e de coesão territorial que a empresa carrega como responsabilidade central da sua missão.

Enquanto empresa pública, a sua atuação vai além da prestação de um serviço de transporte. Constitui um instrumento ativo de desenvolvimento económico e social do país, aproximando pessoas, regiões e oportunidades. Este papel ganha renovada relevância no contexto da transição para uma mobilidade de baixo carbono, onde o transporte ferroviário ocupa uma posição estratégica insubstituível.

A CP orienta a sua atividade por um conjunto de princípios que definem a sua identidade institucional e guiam as decisões de gestão, a relação com os trabalhadores e o compromisso para com a sociedade.



Missão

Ligar pessoas e comunidades, de forma sustentada e alicerçada no modo ferroviário



Visão

A CP como líder nacional de mobilidade integrada – simples, pessoal e sustentável

Valores

Cliente

Segurança – prestar o serviço ao Cliente com segurança
Ambiente – contribuir para a preservação do ambiente
Confiança – garantir a qualidade do serviço e a satisfação dos Clientes

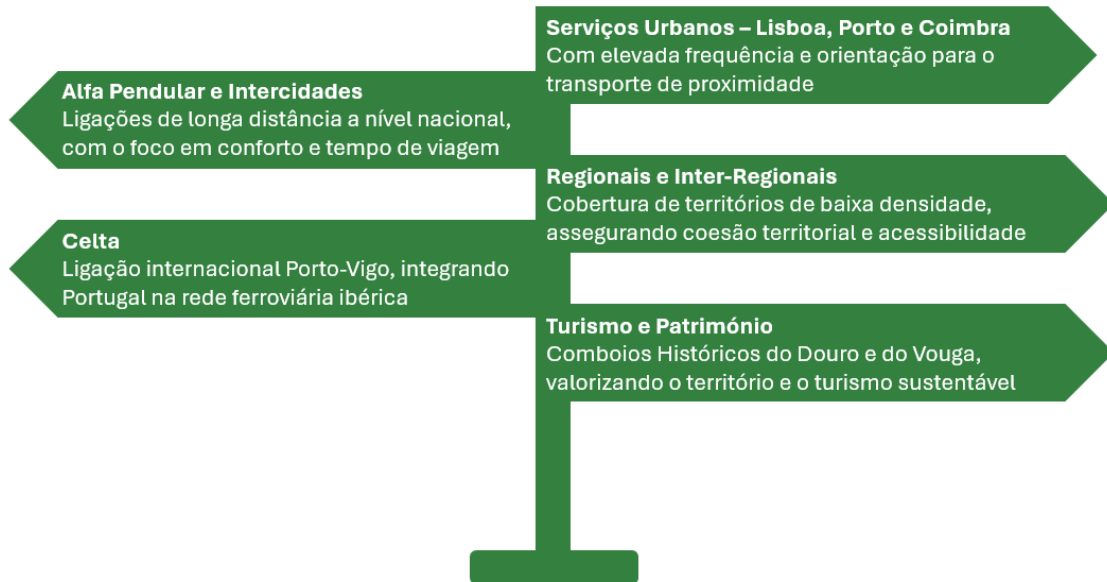
Equipa CP

Compromisso – trabalhar em equipa, com competência e partilha do conhecimento
Ética – atuar com responsabilidade, norteando-nos pela integridade, honestidade e respeito por todos
Resiliência – capacidade de adaptação à mudança e de encontrar soluções para as adversidades e desafios, superando-os mais fortalecidos

Futuro

Inovação – inovar para garantir a competitividade da empresa, a qualidade dos serviços e a satisfação do Cliente
Sustentabilidade – estar empenhados em obter a sustentabilidade económica, ambiental e social
Liderança na mobilidade – ir mais longe, para moldar o futuro da mobilidade nacional, aumentando a coesão territorial

A CP serve diferentes perfis de mobilidade, respondendo às múltiplas necessidades dos seus clientes, desde as deslocações pendulares nos meios urbanos até às ofertas regionais, de longo curso, internacionais e turísticas, contribuindo para uma mobilidade integrada, acessível e sustentável em todo o território:



Esta diversidade de serviços posiciona a CP como plataforma integrada de mobilidade, capaz de responder tanto às necessidades quotidianas dos cidadãos como às dinâmicas do turismo e da integração regional ibérica.

Para além da operação de transporte, a CP desenvolve atividades de reparação, manutenção, reabilitação, modernização, projeto, modificação e operações de carrilamento de material circulante ferroviário. Para além disso, assegura a manutenção de material circulante de outros operadores de transporte e do gestor da infraestrutura.

A CP assume-se como a empresa-mãe de um Grupo, sendo acionista total das empresas [- Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.](#) (Fernave), [Ecosaúde, S.A.](#) (Ecosaúde) e [Saros-Sociedade de Mediação de Seguros Lda.](#) (Saros) - que atuam em áreas complementares ao transporte ferroviário de passageiros, concentrando internamente competências críticas em formação, saúde e mediação de seguros.

Relatório de Sustentabilidade 2025



Focada na formação e desenvolvimento técnico-profissional, na elaboração de estudos e projetos no âmbito dos transportes e na prestação de serviços de psicologia aplicada, avaliação médica e psicológica, ensino superior e investigação científica.

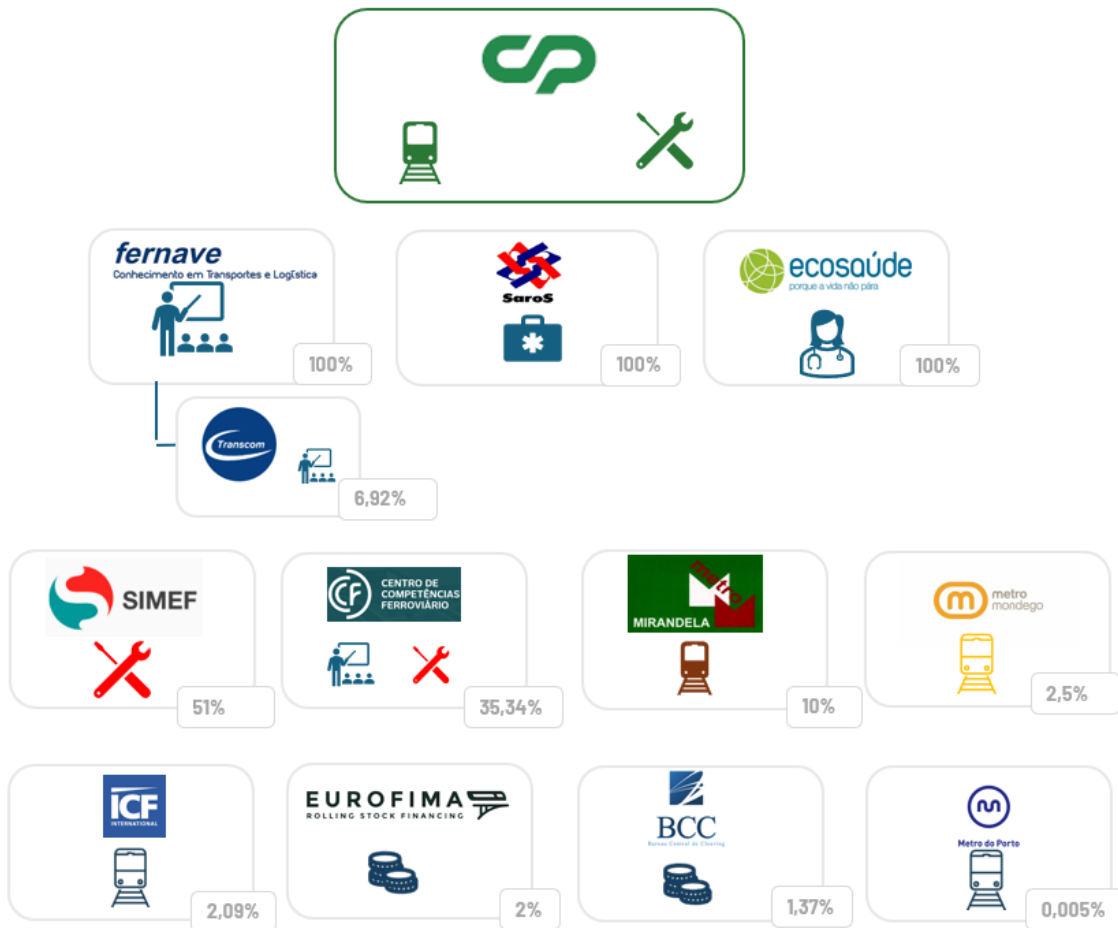


Presta serviços de saúde, formação e consultoria nas áreas de condições de trabalho, segurança, higiene e ambiente. Desenvolve ainda atividades de recrutamento e avaliação de pessoas, auditorias e ações de controlo de álcool e drogas.



Responsável pela mediação e seguros nos ramos Vida e Não Vida, assegurando a gestão da carteira de seguros das empresas do grupo CP.

No final de 2025, a estrutura do Grupo distribuía-se da seguinte forma:



A CP combina escala operacional, diversidade de serviços, capacidade industrial própria e um grupo estruturado em torno de competências críticas. Este perfil confere-lhe uma posição única no panorama da mobilidade nacional: a de operador público capaz de articular eficiência da rede, coesão territorial e transição sustentável.

Por detrás de cada viagem existe um vasto conjunto de atividades de operação e suporte, da manutenção ao planeamento, da operação ao apoio ao cliente e à comunicação que, de forma integrada, garante um serviço seguro, confortável e fiável, assegurando a continuidade da operação e reforçando o papel da CP como agente central da mobilidade sustentável em Portugal.

Plano Estratégico 2026-2032

[SBM-1]

O Plano Estratégico 2026–2032 surge num momento de inflexão para o setor ferroviário português, marcado por transformações estruturais que alteram significativamente o posicionamento competitivo da empresa.

A CP enfrenta, simultaneamente, um conjunto de dinâmicas críticas: a possível concorrência no transporte ferroviário de passageiros, num contexto de mercado já liberalizado, um ciclo de investimento público de grande escala na infraestrutura com a eletrificação de várias linhas da Rede Ferroviária Nacional (RFN) e a construção da Linha de Alta Velocidade (LAV) e um processo de transformação interna, marcado pela renovação do parque de material circulante, com aquisição de novas unidades.



Neste enquadramento, o ambiente externo em que a CP opera caracteriza-se por uma rápida evolução, configurando uma transformação simultaneamente estrutural e acelerada, que encerra tanto oportunidades como desafios para a empresa.

Oportunidades Internas

- Renovação do material circulante já em curso;
- Aquisição de material circulante de alta velocidade;
- Transformação digital como alavanca de produtividade;
- Potencial de redefinição da oferta sobre a rede renovada.

Desafios Internos

- Conflitualidade laboral persistente que degrada a imagem e a fiabilidade operacional;
- Necessidade de uma estrutura produtiva mais eficiente para justificar o retorno no investimento em frota e para competir em concursos futuros;
- Obsolescência do parque de material circulante;
- Média etária do efetivo elevada;
- Pouca maturidade tecnológica.

É neste cruzamento entre oportunidade estrutural e risco existencial que se reforça a importância de uma abordagem estratégica integrada na CP. O Plano Estratégico 2026-2032 confere um novo propósito à organização, resultante de uma reflexão holística sobre o modelo de negócio, a cadeia de valor, as operações e as atividades da CP, envolvendo transversalmente as diferentes áreas e direções da empresa.

Declaração Estratégica



Garantimos viagens seguras, confortáveis e amigas do ambiente



Colocamos os nossos Clientes no centro de tudo o que faz



Gerimos com responsabilidade e eficiência para um futuro melhor

Objetivos Estratégicos

1

Expandir a base de Clientes e fomentar a sua fidelização, reforçando a quota de mercado e o crescimento das receitas

2

Garantir disponibilidade de material circulante alinhado com as exigências comerciais e operacionais

3

Otimizar recursos e aumentar a produtividade para garantir eficiência e a concessão do próximo Contrato de Serviço Público

4

Mobilizar, qualificar e rejuvenescer os colaboradores para valorizar a Empresa

5

Capacitar a Empresa para liderar a Alta Velocidade em Portugal

Cada Objetivo Estratégico (OE) é materializado por um conjunto de iniciativas.

Reforçar a centralidade do Cliente, promovendo uma experiência mais simples, integrada e personalizada, apostando na digitalização, na melhoria da oferta e na transparência para aumentar a procura, elevar a satisfação e maximizar o valor por Cliente.

Horário Horizonte AV

Horário cadenciado

Conectividade reforçada

Integração AV - convencionais

Bilhética Integrada

Ecosistema digital

Omnicanalidade

Interoperabilidade

Preço Dinâmico

Otimização de capacidade

Gestão de receita

Procura-resposta

Informação em Tempo Real

Transparência operacional

Alertas personalizados

Apoio à tomada de decisão

OE1

Assegurar a disponibilidade e modernização do material circulante, reforçando a qualidade do serviço e a eficiência industrial através da renovação da frota, da eletrificação e da adoção de tecnologias digitais de monitorização e manutenção.

OE2

Aquisição de Material Circulante

Renovação da frota

Melhoria do serviço

Modernização operacional

Macroplano de Aquisição e Reabilitação (Horizonte 2050)

Planeamento estratégico

Gestão do ciclo de vida

Planear investimento

Manutenção Inteligente e Estrutura Digital

Manutenção digital

Eficiência Industrial

Maior disponibilidade e fiabilidade

Promover eficiência operacional, produtividade e sustentabilidade, preparando a organização para um mercado concorrencial através da otimização de custos, digitalização de processos e reforço da capacidade analítica.

Prorrogação do CSP

Operador incumbente

Segurança jurídica

Alinhamento com investimentos realizados

Contrato de Utilização da Infraestrutura

Condições de acesso

Níveis de serviço

Coordenação com IP

Organização CP no Mercado Concorrencial

Preparação competitiva

Eficiência organizacional

Otimização de recursos

Aumento da Produtividade

Eficiência interna

Redução de absentismo

Melhoria de processos

Rentabilização do Património CP

Valorização de ativos

Reconversão de uso

Geração de receita

Eficiência Digital e Produtividade Inteligente

Digitalização integrada

Decisão baseada em dados

Sustentabilidade operacional

OE3

OE4

Reforçar a capacitação e o desenvolvimento dos colaboradores, promovendo uma cultura organizacional sólida, políticas de reconhecimento atrativas e iniciativas de responsabilidade social que fortalecem o compromisso, a retenção e a capacidade de atrair talento.

Talento e Cultura

Cultura coesa

Retenção e sucessão

Desenvolvimento de competências

Plano de Responsabilidade Social

Impacto comunitário

Bem-estar interno

Atração e retenção

Preparar a empresa para operar na Alta Velocidade, integrando serviços nacionais e internacionais, reforçando a competitividade e a marca CP, e contribuindo para o aumento da quota modal através de modelos de negócio, frota e operações alinhadas com o futuro da mobilidade.

Modelo de Negócio

Análise holística ESG

Integração ibérica

Aquisição de Material Circulante AV

Interoperabilidade

Competência

PMO Alta Velocidade

Infraestrutura de manutenção

Suporte operacional

Operacionalização Alta Velocidade

Produção e comercialização

Serviço AV end-to-end

OE5

Foram definidos indicadores-chave para cada OE que permitem acompanhar de forma consistente a sua execução. A monitorização é suportada por *dashboards* analíticos que consolidam informação relevante por objetivo e respetivos indicadores a, constituindo um instrumento de suporte à análise de desempenho e à tomada de decisão no âmbito das reuniões periódicas de Coordenação Estratégica.

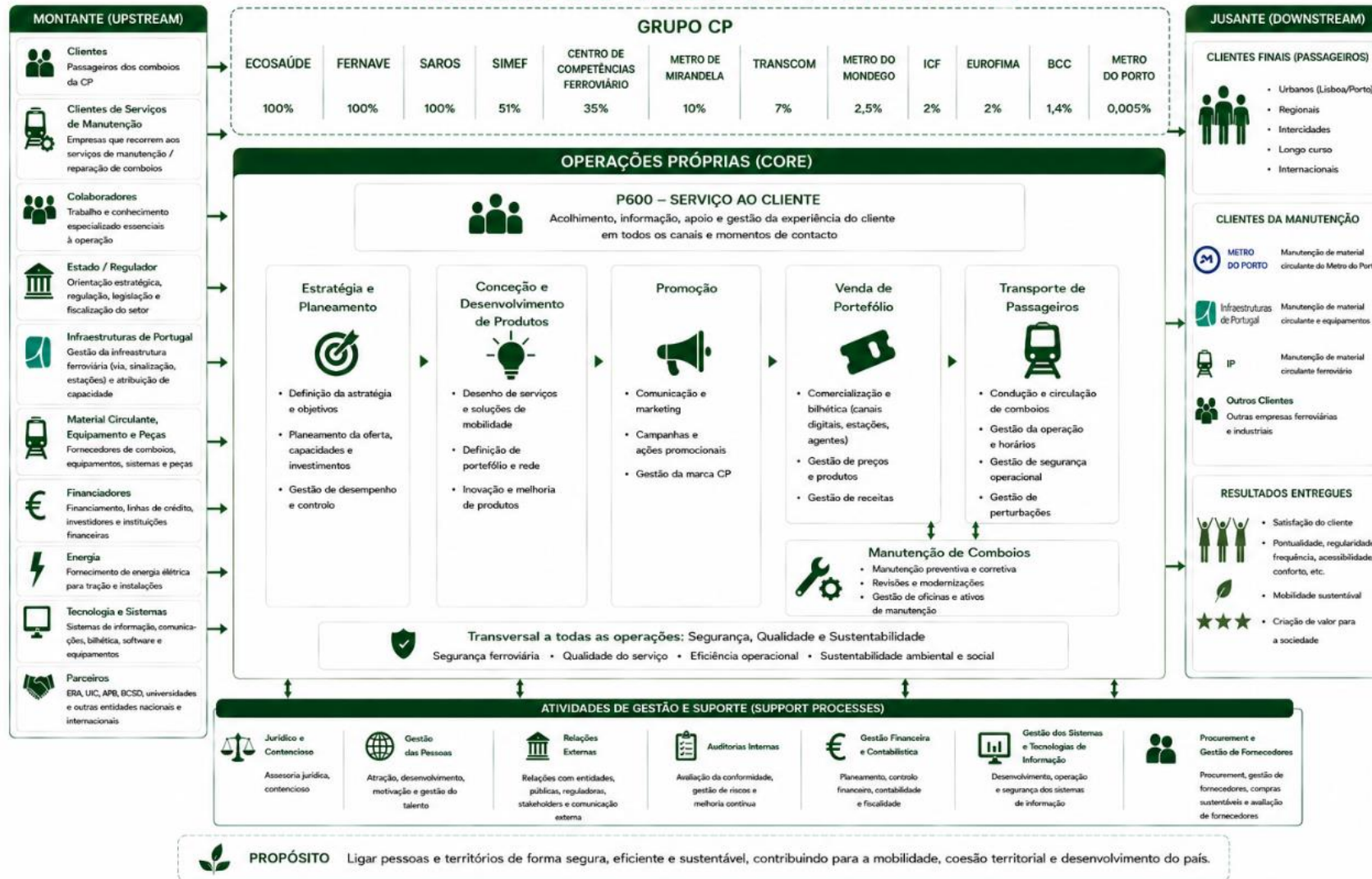
O nosso modelo de negócio e cadeia de valor

[SBM-1]

A atividade da CP assenta num modelo de negócio que integra parceiros, recursos e processos essenciais para garantir um serviço ferroviário seguro, eficiente e sustentável, orientado para o interesse público. Ao longo da cadeia de valor, existe um grande foco em criar benefícios económicos, sociais e ambientais, tanto para os passageiros como para a sociedade no seu conjunto.

O Grupo CP mapeou toda a sua cadeia de valor, tendo identificado quais as principais atividades e relações comerciais a montante, jusante e nas suas operações próprias.

CADEIA DE VALOR DO GRUPO CP



A CP atua no setor do transporte ferroviário de passageiros, que constitui a sua atividade nuclear e o principal gerador de impactos, riscos e oportunidades (IRO) materiais de natureza ambiental, social e económica. Este setor está diretamente associado a temas como mobilidade sustentável, emissões de gases com efeito de estufa, segurança operacional, acessibilidade social e qualidade do serviço público.

Adicionalmente, ao nível do Grupo CP, são desenvolvidas atividades complementares e de suporte, consideradas significativas por estarem diretamente relacionadas com a atividade principal e com a gestão dos seus IRO materiais, nomeadamente:

- **Formação técnica especializada**, essencial para o desenvolvimento de competências e para a segurança operacional (através da Fernave);
- **Serviços de saúde e segurança no trabalho**, promovendo o bem-estar e a proteção dos trabalhadores (através da Ecosaúde);
- **Serviços de apoio interno e mediação de seguros**, que reforçam a gestão do risco e a eficiência do Grupo (através da Saros).

Em 2025, é visível o crescimento da sua atividade operacional, tanto ao nível do número de passageiros, de comboios e de desempenho económico.



Inovação

A aposta em inovação, investigação e desenvolvimento representa um vetor central para o setor ferroviário e para o contexto socioeconómico da CP, viabilizando a transformação de operações tradicionais em novos serviços, oportunidades de eficiência, contributos para as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a satisfação dos passageiros.

Para a facilitação deste caminho, a CP tem vindo a estabelecer um conjunto de parcerias com universidades, centros de investigação, entidades públicas e privadas e outros agentes relevantes. Neste sentido, é possível desenvolver um maior número de projetos, aumentar a robustez das soluções em análise e aplicar um maior investimento em todo o ciclo da cadeia de inovação.

O projeto [TrainSolutions Portugal](#), integrado no PRR, constitui uma iniciativa estratégica da CP para reforçar a sustentabilidade do setor ferroviário nas suas dimensões económica, social e ambiental. Assenta na criação de um cluster ferroviário nacional, promovendo a produção de material circulante em Portugal, o aumento do conteúdo nacional, a criação de emprego qualificado e a modernização industrial.

Desenvolvido por um consórcio de 13 entidades e com um investimento superior a 55 milhões de euros, o projeto visa a conceção e produção de carruagens de passageiros eficientes, acessíveis e energeticamente otimizadas, contribuindo para a descarbonização dos transportes e para o reforço da competitividade da indústria nacional.

A CP assume um papel central enquanto utilizador final e entidade especificadora, assegurando a adequação das soluções ao serviço público ferroviário e alinhando o projeto com as prioridades europeias em matéria de mobilidade sustentável.

4.

Informações Gerais



4. Informações Gerais

Base de elaboração

[BP-1] [BP-2]

A presente Declaração de Sustentabilidade da CP foi preparada numa base consolidada, abrangendo a empresa-mãe e as entidades participadas sobre as quais a CP exerce influência dominante — Fernave, Ecosaúde e Saros — reunindo informação referente ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

Na sequência da revogação da alínea l) do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, pela Lei n.º 99-A/2021, a CP deixou de ser considerada uma entidade de interesse público, não se encontrando atualmente sujeita às obrigações formais de reporte previstas na [Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa \(CSRD\)](#), situação que se enquadra no calendário de aplicação progressiva desta Diretiva.

Neste contexto, o presente exercício constitui uma aplicação voluntária dos princípios da CSRD e das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), refletindo o compromisso da CP com as melhores práticas de transparência e reporte de sustentabilidade, e antecipando a obrigatoriedade futura aplicável à empresa, enquanto entidade integrada na segunda vaga de aplicação, com referência ao exercício de 2027 (reporte em 2028).

A elaboração do presente documento resultou de um processo interno estruturado, envolvendo contributos técnicos e operacionais de diversas áreas funcionais da empresa, e baseou-se na análise de dupla materialidade, que permitiu identificar os temas prioritários de sustentabilidade para a organização.

O perímetro de reporte considera as atividades operacionais sob controlo do Grupo CP, bem como, quando relevante, os impactos, riscos e oportunidades associados à cadeia de valor, a montante e a jusante, em linha com os requisitos das ESRS.

Atendendo à transição metodológica para o referencial ESRS, não é apresentada análise comparativa com períodos anteriores. O Grupo encontra-se a desenvolver os procedimentos internos necessários para garantir, a partir do exercício de 2027, a divulgação de informação comparável e consistente, incluindo séries temporais de três anos (2025-2027), usando uma metodologia harmonizada e abrangendo todas as entidades do Grupo.

No ano em análise, a Declaração de Sustentabilidade é apresentada de forma autónoma, prevendo-se a sua futura integração no Relatório e Contas Consolidado, em conformidade com os requisitos da CSRD.

Divulgações em relação a circunstâncias específicas

Horizontes temporais

A empresa adotou os horizontes temporais definidos na ESRS 1 – Secção 6.2 (“Definição de curto, médio e longo prazo para efeitos de comunicação de informações”):

- Curto prazo: ano de reporte;
- Médio prazo: entre o ano de reporte e até 5 anos;
- Longo prazo: mais de 5 anos.

Estimativas na Cadeia de Valor, Fontes e Incerteza

A CP procura assegurar a divulgação de informação com elevados níveis de rigor e fiabilidade, recorrendo a dados efetivos; perante a impossibilidade de obtenção atempada de dados efetivos, a empresa procura sempre utilizar as estimativas que melhor se aproximem da realidade.

No caso de dados provenientes da cadeia de valor, foram aplicadas metodologias específicas para estimar os indicadores relevantes, garantindo que os resultados obtidos representam de forma fidedigna a realidade da CP.

As principais estimativas e pressupostos adotados encontram-se devidamente descritos nas seções “Alterações Climáticas” e “Notas Metodológicas”.

Alterações na Preparação ou Apresentação da Informação e Correção de Erros

Uma vez que se trata de um primeiro exercício voluntário de reporte de sustentabilidade em alinhamento com a CSRD e normas ESRS não se verificam alterações na preparação. De salientar que não foram identificados erros materiais face ao publicado em períodos anteriores.

Outras divulgações de sustentabilidade

Complementarmente aos requisitos das ESRS, a CP divulga também informações relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Inserção por remissão

Neste primeiro ano de reporte voluntário, o relatório de sustentabilidade apresenta-se como um documento individual não integrado no Relatório e Contas Consolidado, motivo pelo qual não foram realizadas remissões para capítulos desse relatório.

Utilização de disposições de introdução progressiva

A CP aplicou a disposição transitória, em conformidade com o parágrafo 125 da ESRS 1, podendo omitir:

- ESRS 2 SBM-3 e) – Efeitos financeiros;
- ESRS E1-9 - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima;
- ESRS E2-6 - Efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a poluição;
- ESRS S2 – Todos os requisitos associados aos trabalhadores da cadeia de valor.

Gestão de Riscos e Controlo Interno da Informação de Sustentabilidade

A CP dispõe de um sistema integrado de gestão de riscos e de controlo interno que abrange os processos relacionados com a elaboração, fiabilidade e comunicação da informação de sustentabilidade, em conformidade com as boas práticas de governação e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O sistema cobre a identificação, avaliação, tratamento, monitorização e reporte dos riscos relevantes: estratégicos, operacionais, financeiros, de conformidade e outros; incluindo os riscos associados ao reporte não financeiro e de sustentabilidade. A gestão do risco está integrada na estratégia, nos processos de negócio e nos sistemas de gestão, sendo suportada por referenciais como a NP ISO 31000 e articulada com outros sistemas de gestão certificados.

O Conselho de Administração (CA) assegura a existência e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão do risco, enquanto a Direção de Auditoria e Risco (DAR) acompanha a sua execução com independência e reporte direto ao Conselho de Administração. O Revisor Oficial de Contas (ROC) e o Conselho Fiscal verificam a eficácia do sistema no âmbito das suas competências estatutárias.

Os principais componentes do sistema incluem:



Plano de Gestão de Riscos (PGR)

Identifica e classifica os riscos relevantes e define medidas de mitigação



Monitorização periódica do PGR

Através de planos de ação, indicadores e acompanhamento intercalar



Auditorias internas baseadas no risco

Alinhadas com os riscos prioritários identificados



Mecanismos de documentação, registo e reporte

Asseguram rastreabilidade, fiabilidade e consistência de informação divulgada, incluindo a informação de sustentabilidade

A informação resultante destes processos suporta a preparação dos relatórios de sustentabilidade e demais reportes institucionais, sendo sujeita a revisão interna, auditorias e supervisão, garantias de transparência e integridade perante os *stakeholders*.

A CP promove uma cultura de transparência e prestação de contas, assegurando que os processos de governação, gestão do risco e reporte de sustentabilidade são claros, auditáveis e alinhados com os princípios de boa administração pública.

A supervisão exercida pelos órgãos sociais, aliada a mecanismos de controlo interno robustos, garante que a informação divulgada é completa, rigorosa e consistente, permitindo aos *stakeholders* avaliar o desempenho económico, ambiental, social e de governação da organização.

Governance

[GOV-1; GOV-2; GOV-3; GOV-4; GOV-5]

A gestão do modelo de negócio da CP encontra-se definida nos Estatutos da Empresa e assenta em princípios de transparência, rigor e responsabilidade pública.

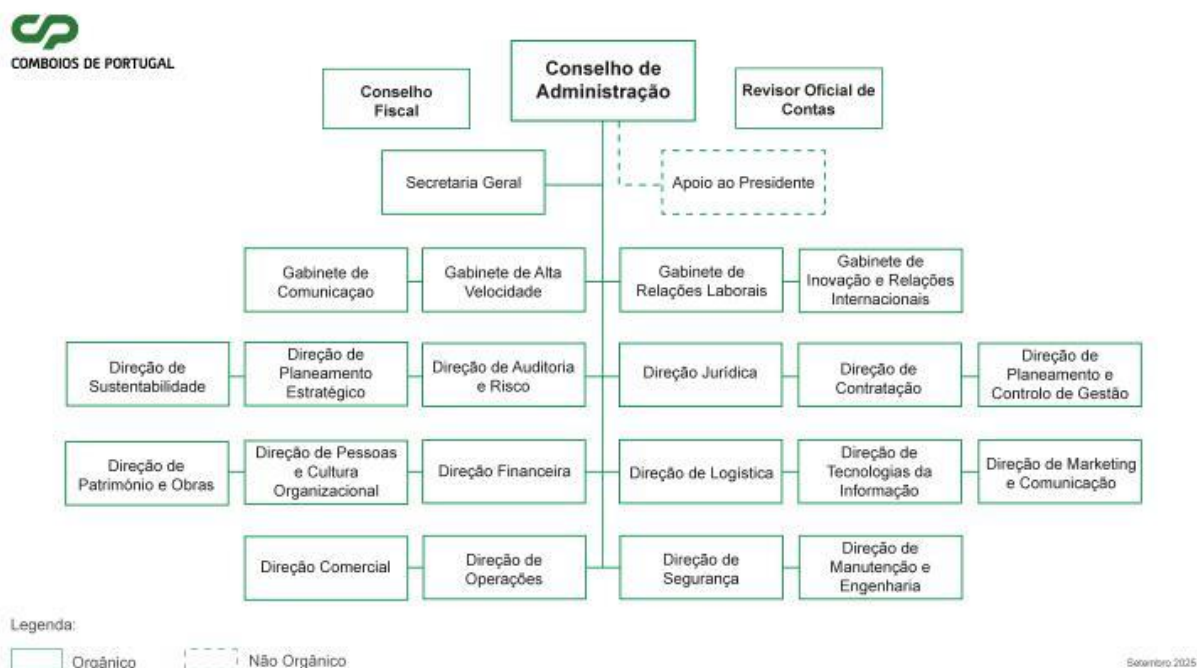
A governação é assegurada por um Conselho de Administração, que detém responsabilidades executivas e estratégicas, sendo apoiado por mecanismos de controlo interno e externo, incluindo o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas, auditoria externa anual e supervisão por entidades públicas competentes.

O modelo de *governance* da CP assenta, assim, num Conselho de Administração nomeado por Resolução do Conselho de Ministros, sujeito ao Estatuto do Gestor Público, e composto por cinco membros executivos, três dos quais do género feminino, não representando colaboradores ou outros trabalhadores.

Composição do Conselho de Administração:

- Presidente do Conselho de Administração: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração: Sara Maria Pereira do Nascimento;
- Vogais do Conselho de Administração: Ana Maria Vicente da Silva Horta, Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro, João António Gomes Claro.

A estrutura organizacional da CP, refletida no organograma, materializa este modelo de governação, evidenciando a distribuição de responsabilidades e as principais áreas funcionais que suportam a atividade da empresa.



Enquanto entidade pública empresarial, a CP deve assegurar a prossecução harmoniosa dos interesses envolvidos, garantindo que as decisões são tomadas de forma eficiente, transparente e suscetível de escrutínio. A gestão do risco e o controlo interno constituem responsabilidades transversais a todos os trabalhadores da organização, independentemente da função ou nível hierárquico.

No âmbito das suas responsabilidades de governação, os órgãos de administração e de gestão da CP asseguram que a organização dispõe, ou se encontra a desenvolver de forma gradual, as competências e a experiência necessárias para apoiar a definição, implementação e supervisão das estratégias e das medidas destinadas a responder aos impactos, riscos e oportunidades (IRO) materiais identificados em matéria de sustentabilidade.

Neste contexto, a CP iniciou o reforço do seu modelo de governação com a criação de uma Direção de Sustentabilidade (DSU), em setembro de 2025, com a responsabilidade de coordenar a integração progressiva das temáticas ambientais, sociais e de governação (ESG) na estratégia corporativa, nos processos de gestão do risco e no reporte de sustentabilidade, assegurando uma articulação regular com os órgãos de decisão.

A Direção de Sustentabilidade, assumiu um papel executivo, sendo responsável pela gestão operacional dos temas de sustentabilidade, assegurando a implementação das orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e a integração das matérias ESG nos processos de negócio, na gestão do risco e no desempenho organizacional.

Em particular, compete à Direção de Sustentabilidade a coordenação técnica e operacional dos temas ESG, incluindo a elaboração e acompanhamento da estratégia de sustentabilidade, a definição de

objetivos de sustentabilidade e dos respetivos planos de ação, bem como a elaboração da política e da estratégia de Responsabilidade Social.

No âmbito das suas competências, a Direção de Sustentabilidade integra igualmente as áreas de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e *Compliance*, assegurando a definição e implementação das políticas e procedimentos associados a estas matérias, nomeadamente a política ambiental, a promoção da qualidade e da melhoria contínua, bem como a garantia de condições de trabalho seguras e saudáveis.

Compete-lhe ainda acompanhar as matérias de conformidade normativa, incluindo o Programa de Cumprimento Normativo, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), enquanto pilares fundamentais da abordagem ESG da organização.

A capacitação interna em matéria de sustentabilidade é promovida de forma contínua, nomeadamente através da integração de conteúdos ESG no plano anual de formação, assegurando o desenvolvimento progressivo das competências necessárias à gestão destes temas.

A supervisão e a gestão dos temas ESG na CP encontram-se claramente atribuídas aos diferentes níveis de governação e de gestão, cabendo ao Conselho de Administração a responsabilidade última pela definição estratégica e acompanhamento dos IRO, enquanto a execução é assegurada pelas áreas operacionais competentes. O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas acompanham estes processos no âmbito das suas competências, contribuindo para a fiabilidade e integridade da informação financeira e não financeira.

Não existem regimes de incentivos ou políticas de remuneração, associadas especificamente às questões de sustentabilidade, para os membros dos órgãos de administração, direção ou supervisão.

Elementos essenciais de <i>Due Diligence</i>	Pontos da Declaração de Sustentabilidade
a) Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócio	Plano Estratégico 2026-2032 O nosso modelo de negócio e cadeia de valor
b) Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência	Envolvimento de <i>stakeholders</i>
c) Identificar e avaliar os impactos negativos	Análise de materialidade
d) Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos	Ambiente Social Governance
e) Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	Ambiente Social Governance

A evolução dos impactos, riscos e oportunidades (IRO) materiais é monitorizada através de indicadores de desempenho, reportes periódicos e análises internas, permitindo a introdução de ajustamentos e medidas corretivas sempre que necessário.

A monitorização do desempenho global é realizada através de indicadores económicos, ambientais e sociais (KPI), acompanhados regularmente pelas áreas competentes e reportados aos órgãos de gestão, incluindo o Conselho de Administração, no âmbito de reuniões periódicas que asseguram uma supervisão contínua e estruturada.

O desempenho e grau de cumprimento das metas são divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade, Relatório e Contas, Relatório de Governo Societário, reportes internos periódicos e no Mapa de Indicadores dos Processos.

A CP dispõe de um sistema integrado de gestão de riscos e de controlo interno, alinhado com as boas práticas de governação e suportado por referenciais como a NP ISO 31000, que abrange a identificação, avaliação, tratamento, monitorização e reporte dos principais riscos — estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade — incluindo os associados à sustentabilidade e ao reporte não financeiro.

As principais características do sistema assentam numa abordagem transversal, estruturada e sistematizada, com papéis e responsabilidades claramente definidos nos diferentes níveis da organização. O Conselho de Administração assume a responsabilidade pela existência e eficácia do sistema de gestão de riscos e de controlo interno, sendo a sua implementação e funcionamento acompanhados pela Direção de Auditoria e Risco, que atua de forma independente e com reporte direto ao Conselho de Administração. O Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal asseguram funções de verificação da eficácia do sistema, no âmbito das respetivas competências estatutárias.

Os principais componentes do sistema incluem, designadamente:

- Plano de Gestão de Riscos (PGR), que identifica, avalia e prioriza os riscos relevantes, definindo as respetivas medidas de resposta e mitigação;
- Monitorização periódica da execução do PGR, suportada por planos de ação, indicadores de desempenho e mecanismos de acompanhamento intercalar;
- Realização de auditorias internas baseadas no risco, alinhadas com os riscos considerados prioritários; e
- Mecanismos de documentação, registo e reporte, que asseguram a rastreabilidade, consistência e fiabilidade da informação produzida, incluindo a informação de sustentabilidade.

No contexto específico do reporte de sustentabilidade, a CP adota mecanismos destinados a assegurar a integridade e fiabilidade da informação divulgada, bem como a exatidão das estimativas utilizadas, quando aplicável.

Estes mecanismos incluem procedimentos formais de recolha e validação de dados, controlos sobre as fontes de informação, documentação das metodologias e pressupostos adotados, e revisões de coerência e consistência interna.

Sempre que são utilizadas estimativas na preparação da informação de sustentabilidade, estas baseiam-se em metodologias consistentes e devidamente documentadas, sendo sujeitas a processos de validação e revisão interna, com o objetivo de mitigar riscos de erro, omissão ou inconsistência no reporte.

No ano de reporte, não existem comissões específicas dedicadas exclusivamente a temas ESG, sendo estes tratados diretamente pelos órgãos de administração e de gestão.

Contudo, foi constituído um grupo de trabalho interno, envolvendo representantes de diferentes órgãos e funções, como especialistas e responsáveis pelos temas materiais que resultaram do exercício de análise de dupla materialidade. Todos os membros deste grupo de trabalho são dependentes e não representam outros trabalhadores.

Empresa/Órgão	Função	IRO materiais
CP	Conselho de Administração	Todos os aplicados à CP
CP/Direção Sustentabilidade	Diretora - Responsável 1º nível	ESRS E1, ESRS E2, ESRS S1 (Saúde e Segurança), ESRS S3, ESRS G1
CP/Direção Pessoas e Cultura Organizacional	Diretora - Responsável 1º nível	ESRS S1 (exceto Saúde e Segurança)
CP/Direção de Contratação	Diretor - Responsável 1º nível	ESRS S2
CP/Direção Comercial	Órgão colegial – Responsáveis 1º nível	ESRS S4
CP/Direção Financeira	Diretora - Responsável 1º nível	ESRS G1-6
Empresas participadas CP	Administrador	Todos os aplicados às empresas Fernave, Ecosaúde e Saros
SAROS	Gerente	Todos os aplicados à Saros
FERNAVE	Diretora-Geral	Todos os aplicados à Fernave
ECOSAÚDE	Diretor-Geral	Todos os aplicados à Ecosaúde

A informação resultante destes processos suporta a elaboração do relatório de sustentabilidade e dos restantes reportes institucionais, sendo sujeita a revisões internas, auditorias e supervisão adequada, com vista a assegurar a coerência, integridade e transparência da informação divulgada aos diferentes *stakeholders*.

5.

Caminho de Sustentabilidade



5. Caminho de Sustentabilidade

Estratégia de Sustentabilidade

[SBM-1] [SBM-3]

A CP reconhece a estratégia de sustentabilidade como um instrumento central da gestão dos seus temas materiais, do cumprimento das suas metas ESG e da implementação de ações prioritárias e de indicadores de monitorização.

Nesse sentido, a estratégia de sustentabilidade assume a missão de guiar a tomada de decisões, priorizar investimentos e iniciativas, definir responsabilidades e comunicar resultados. Ao integrar-se com o [Plano Estratégico 2026-2032](#) (ver [Plano Estratégico 2026-2032](#)), a estratégia garante a coerência entre a visão de negócio e a agenda de sustentabilidade, evitando que os temas ESG fiquem isolados de decisões comerciais, operacionais, de inovação e de alocação de capital.

Em 2025, a CP realizou a sua análise de dupla materialidade, alinhada com a CSRD e normas ESRS, identificando os sete temas de sustentabilidade mais relevantes para o negócio, nas perspetivas de impacto e financeira (ver [Análise de Materialidade](#)). Como tal, a definição estratégica adotada visa assegurar uma resposta integrada aos impactos negativos e riscos identificados, bem como potenciar as oportunidades emergentes, promovendo uma abordagem transversal e articulada em toda a organização.

A *governance* da organização reconhece ainda que a definição e prossecução da sua estratégia de sustentabilidade deve contribuir para os [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#), com as suas 169 metas, estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, enquanto resposta aos grandes desafios globais. Para tal, foram mapeados os ODS prioritários para a CP, neste novo ciclo estratégico, conforme ilustrado na figura seguinte (ver [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)):



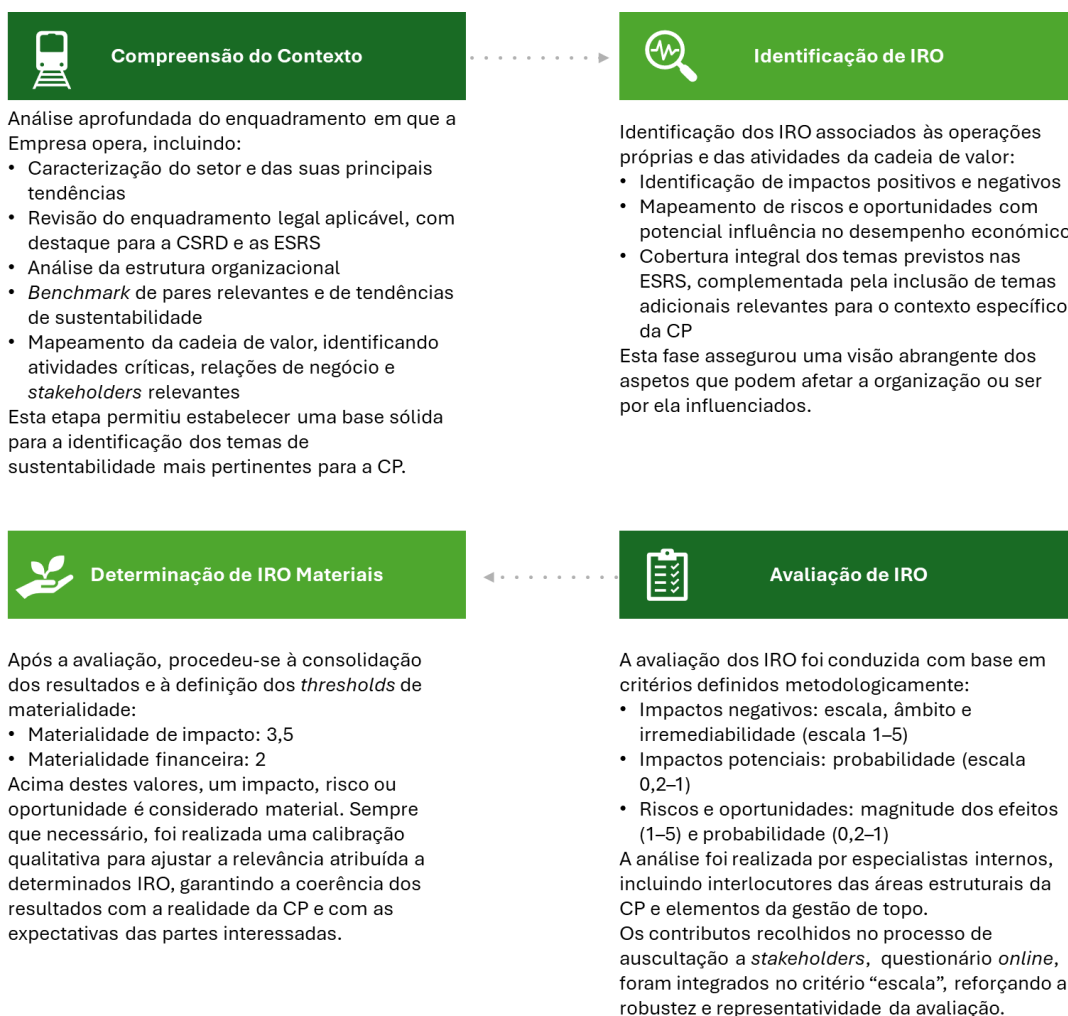
A CP encontra-se atualmente a desenvolver uma nova estratégia de sustentabilidade, que deverá ser apresentada ainda no primeiro semestre de 2026, alinhada com o novo ciclo estratégico definido para a empresa.

Análise de materialidade

[IRO-1]

A análise de dupla materialidade representa um exercício essencial para compreender, priorizar e gerir os impactos, riscos e oportunidades (IRO) associados à atividade da CP. Este exercício permite integrar as expectativas das partes interessadas, os desafios do setor e as prioridades estratégicas internas, constituindo uma base objetiva para o reporte de sustentabilidade, para a tomada de decisão e para a definição de orientações estratégicas futuras.

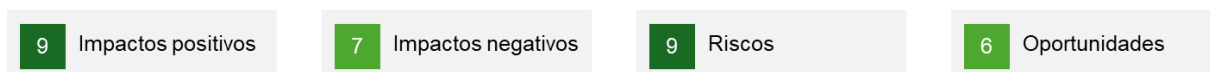
Em 2025, a CP realizou pela primeira vez o seu exercício de materialidade, alinhado com os requisitos da CSRD e das normas ESRS. Este trabalho inaugural permitiu estabelecer uma metodologia estruturada, coerente e consistente, criando os alicerces necessários para a identificação e avaliação dos temas mais relevantes para a organização e para os seus *stakeholders*.



Processo de Análise de Dupla Materialidade

O processo de auscultação às partes interessadas foi um elemento central deste exercício. Para garantir uma compreensão abrangente dos IRO, foi conduzido um questionário *online*, distribuído a um conjunto mais alargado de *stakeholders*, cujos contributos foram integrados no critério de impacto “escala”.

Considerando os *thresholds* definidos de 3,5 para a materialidade de impacto e de 2 para a materialidade financeira, a CP identificou como materiais **31 IRO**, distribuídos da seguinte forma:



A descrição detalhada dos IRO materiais, incluindo a sua localização na cadeia de valor e o respetivo horizonte temporal, encontra-se apresentada no início do capítulo respetivo.



Envolvimento de *stakeholders*

[SBM-2]



A CP valoriza a definição de parcerias de proximidade e confiança com *stakeholders* como fator determinante para o sucesso das suas operações e negócio, motivo pelo qual encara o diálogo ativo com as suas partes interessadas como uma prática frequente e fundamental para a geração de valor a longo prazo.

Assente num espírito colaborativo, assume que os *stakeholders* são fontes essenciais de informação para que seja possível identificar não só as suas necessidades e expectativas, mas também os desafios e oportunidades resultantes destas relações.

O Grupo identificou sete grupos de *stakeholders* prioritários, resultantes de um processo de mapeamento interno, promovido junto das várias áreas e responsáveis. As formas de comunicação e envolvimento variam consoante o grupo de *stakeholders*, procurando que os canais utilizados e a sua frequência sejam personalizados face às suas especificidades e necessidades.

Como canais de comunicação e divulgação de informação junto das partes interessadas, destacam-se o [site institucional](#), a App CP, as redes sociais ([Instagram](#), [Facebook](#), [Youtube](#) e [LinkedIn](#)) e o reporte regular de informação financeira e não financeira.

Paralelamente, a CP disponibiliza um canal de denúncias, enquanto mecanismo específico de reporte de irregularidades, assegurando a confidencialidade e proteção dos denunciantes.

Propósito de envolvimento	Tipo de envolvimento
Clientes / Passageiros 	
<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar qualidade do serviço, acessibilidade e experiência do cliente; ● Melhoria da oferta, ajustes operacionais e reforço da informação ao cliente. 	<p>Inquéritos de satisfação; questionários; estudos de mercado; reclamações/sugestões; bilheteiras; aplicação CP; Gabinetes de Apoio ao Cliente (GAC); linha de atendimento; peças de comunicação e <i>marketing</i>.</p>
Colaboradores e ORT's 	
<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar condições de trabalho, bem-estar, segurança e envolvimento; ● Atualização de políticas de Pessoal, SST, formação e comunicação interna. 	<p>Inquéritos internos; sistema de sugestões; diagnóstico de satisfação; reuniões; <i>intranet</i>; <i>newsletter</i> interna; resposta a pedidos de informação / reclamações; revisão pela gestão; encontro de quadros anual.</p>

Propósito de envolvimento

Tipo de envolvimento

Estado / Entidades Públicas



- Assegurar cumprimento legal, regulatório e contratual;
- Ajustes na governação, controlo interno e alinhamento estratégico.

Contrato de Serviço Público; Relatórios de gestão trimestrais; Plano de Atividades anual; reportes formais; reuniões de trabalho; receção de orientações e decisões sobre objetivos estratégicos; legislação.

Fornecedores



- Garantir qualidade, conformidade e continuidade do fornecimento;
- Melhoria da gestão da cadeia de valor e mitigação de riscos.

Concursos públicos; contactos regulares; reuniões técnicas; reporte de informação; avaliação de fornecedores; inquéritos.

Media



- Assegurar transparência e informação ao público;
- Gestão da reputação e reforço da comunicação externa.

Press releases; comunicação institucional.

Sociedade / Comunidades



- Compreender perceções sobre impactos sociais e ambientais;
- Integração na estratégia de sustentabilidade e comunicação.

Linha de atendimento; relatórios/ informação públicos.

Parceiros Estratégicos



- Desenvolver soluções conjuntas e melhorar a mobilidade integrada;
- Incorporação em projetos e melhoria da articulação intermodal.

Inquéritos; reuniões de trabalho; cooperação em projetos; troca de informação.

Os interesses e pontos de vista destas entidades são considerados de forma estruturada pela CP, influenciando a definição da sua estratégia, as opções do modelo de negócio e as prioridades de atuação, em coerência com a sua missão de serviço público e com os objetivos de sustentabilidade.

Stakeholder	Influência na estratégia
Clientes / Passageiros	Gestão de expectativas quanto à qualidade, fiabilidade, acessibilidade e informação do serviço ferroviário. A análise sistemática da satisfação, reclamações e sugestões contribui para decisões relacionadas com a oferta de serviços, melhorias operacionais, experiência do cliente, investimentos em material circulante e sistemas de informação.
Colaboradores e ORT	Identificação de necessidades em matéria de condições de trabalho, segurança, desenvolvimento profissional e diálogo social. O seu envolvimento tem impacto na definição da política de Gestão de Pessoas, nomeadamente no que refere a questões salariais, progressão na carreira, formação, organização do trabalho e saúde e segurança no trabalho, sendo determinante para a sustentabilidade social e económica da empresa.
Estado / Entidades Públicas	Enquanto acionista, entidade tutelar e autoridades de supervisão exercem uma influência determinante sobre o modelo de negócio da CP, nomeadamente através do enquadramento contratual, legal e regulatório, incluindo o contrato de obrigações de serviço público e das orientações de política pública para a mobilidade sustentável. Estes interesses condicionam a definição de objetivos estratégicos, a autonomia de gestão, a alocação de recursos e as práticas de governação, assegurando o cumprimento das obrigações legais e a criação de valor público.
Fornecedores	Influência na eficiência, segurança e continuidade da atividade operacional, sendo relevantes para a gestão da cadeia de valor, mitigação de riscos operacionais e cumprimento de requisitos técnicos, ambientais e sociais. As interações com este grupo informam decisões relativas a critérios de contratação, gestão de riscos e resiliência operacional.
Media	Os media desempenham um papel relevante na formação da perceção pública sobre a atividade da CP, impactando a estratégia de comunicação, transparência e reputação institucional. O acompanhamento da cobertura mediática contribui para o ajustamento das mensagens-chave e das práticas de divulgação de informação.
Sociedade / Comunidades	A sociedade, enquanto beneficiária indireta da atividade da CP, contribui para a estratégia através das expectativas relativas à mobilidade sustentável, redução de emissões, inclusão social e contributo para a coesão territorial. Estes fatores são considerados na definição das prioridades ambientais e sociais, no alinhamento com objetivos de desenvolvimento sustentável e na definição de objetivos da empresa.
Parceiros Estratégicos	Os parceiros estratégicos impactam a evolução do modelo de negócio através da cooperação em projetos, estudos e iniciativas conjuntas, nomeadamente no domínio da intermodalidade e inovação, contribuindo para o desenvolvimento de soluções integradas de mobilidade e para a criação de valor a longo prazo.



Objetivos do Desenvolvimento Sustentável





Os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS) constituem atualmente um quadro de referência global que orienta a resposta aos desafios ambientais, sociais e económicos que caracterizam o contexto contemporâneo. Desenvolvidos pela [Organização das Nações Unidas](#) na [Agenda 2030](#), estes objetivos foram assumidos pelos Estados-membros, mas a sua concretização depende, em grande medida, da capacidade das organizações de os integrar nas suas estratégias e práticas operacionais.


Neste enquadramento, a empresa incorporou os princípios universais das Nações Unidas relativos aos [Direitos Humanos](#), às normas internacionais da [Organização Internacional do Trabalho](#) (OIT), ao Ambiente e à Ética, assegurando que a sua atuação contribui, de forma direta ou indireta, para o alcançar dos 17 ODS. As iniciativas desenvolvidas ao longo do período de relato refletem este compromisso transversal, demonstrando que a sustentabilidade está presente tanto nas decisões estratégicas como nas operações diárias.

A atividade ferroviária de transporte de passageiros assume um papel particularmente relevante na concretização da Agenda 2030. A ferrovia é reconhecida como uma solução de mobilidade sustentável, capaz de reduzir emissões, aliviar a pressão sobre as cidades e promover um modelo de desenvolvimento mais responsável.

Reconhecendo a abrangência dos 17 ODS, a CP definiu seis objetivos como prioritários, orientando neste sentido a sua atuação, os seus compromissos e o desenvolvimento das suas iniciativas de sustentabilidade, alinhando com os seus temas materiais.

ODS	Contribuição e Meta
 <p>7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</p>	<p>A CP contribui para a meta ao integrar energia 100% renovável na tração elétrica dos seus comboios, reforçando a transição energética no setor ferroviário. Em 2025, a tração elétrica de origem renovável representou 76% do total de energia consumida, sendo os restantes 24% tração diesel.</p> <p>Esta aposta em energia limpa e em soluções de eficiência energética, como a recuperação de energia na travagem, permite reduzir a pegada de carbono do transporte ferroviário e apoiar a descarbonização do setor. Desta forma, a CP contribui para um sistema energético mais sustentável, fiável e alinhado com a Agenda 2030 e os objetivos climáticos nacionais.</p> <p>Metas</p> <p>7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p>
 <p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p>	<p>A CP contribui para as metas ao promover a produtividade e o trabalho digno no setor ferroviário. Enquanto entidade empregadora de mais de 3 900 trabalhadores, a CP assegura emprego estável, condições de trabalho justas e inclusão social, com forte aposta na formação contínua, na segurança e no desenvolvimento de competências, incluindo competências verdes. Estas práticas refletem o compromisso da empresa com os direitos laborais, a igualdade de oportunidades e a criação de emprego qualificado, em alinhamento com a Agenda 2030.</p>

ODS	Contribuição e Meta
 <p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p>	<p>Metas</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva</p> <p>8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p>
 <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</p>	<p>A CP contribui para a meta através do investimento contínuo na manutenção e modernização do sistema ferroviário, promovendo infraestruturas de transporte fiáveis, seguras e sustentáveis. A aposta em novo material circulante mais eficiente, em soluções tecnológicas e na digitalização dos serviços tem melhorado a eficiência, a qualidade e a experiência do passageiro.</p> <p>Estas iniciativas reforçam a acessibilidade e a atratividade do transporte ferroviário, apoiando o desenvolvimento económico e social e a promoção de uma mobilidade mais sustentável, em linha com a Agenda 2030.</p> <p>Metas</p> <p>9.1 Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando o acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p>
 <p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>	<p>A CP contribui para a meta ao assegurar um sistema de transporte ferroviário seguro, acessível e sustentável, que serve áreas urbanas, suburbanas e regionais. Os seus serviços reduzem o congestionamento rodoviário, as emissões e a dependência do automóvel, promovendo uma mobilidade mais limpa e eficiente.</p> <p>A empresa aposta na acessibilidade e na inclusão, através da adaptação do material circulante e de serviços de apoio a pessoas com necessidades específicas, como o Serviço Integrado de Mobilidade (SIM). Desta forma, reforça a coesão social e territorial e contribui para cidades e comunidades mais sustentáveis, em linha com a Agenda 2030.</p> <p>Metas</p> <p>11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.</p>
 <p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p>	<p>A CP contribui para as metas através da integração de práticas de gestão sustentável e de critérios ESG na sua atividade, bem como do reporte transparente do seu desempenho em sustentabilidade, alinhado com normas internacionais como as ESRS.</p> <p>A empresa promove a ecoeficiência operacional, com redução do consumo de recursos e do desperdício, e implementa políticas de contratação pública sustentável, incorporando critérios ambientais e sociais nas aquisições e na gestão da cadeia de fornecimento. Estas práticas reforçam padrões de produção e consumo mais sustentáveis e consolidam o papel da CP como promotora de boa governação no setor ferroviário.</p> <p>Metas</p> <p>12.6 Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividades.</p> <p>12.7 Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.</p>

ODS	Contribuição e Meta
 <p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p>	<p>A CP contribui para as metas ao integrar objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas na sua estratégia, através de um Plano de Descarbonização e Resiliência que orienta investimentos e operações para a neutralidade carbónica e a resiliência climática.</p> <p>A empresa implementa medidas de eficiência energética, eletrificação da operação e utilização de soluções alternativas aos combustíveis fósseis, reduzindo as emissões de CO₂. Paralelamente, realiza avaliações de riscos climáticos e promove ações internas de sensibilização e formação sobre alterações climáticas, reforçando a capacidade institucional. Estas iniciativas refletem o compromisso da CP com a ação climática, em alinhamento com a Agenda 2030 e o Acordo de Paris.</p> <p>Metas</p> <p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.</p> <p>13.2 Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.</p>

Neste contexto, a CP é membro do [projeto Rail Sustainability Index \(RSi\)](#), desenvolvido pela [Union Internationale des Chemins de Fer \(UIC\)](#), que constitui uma iniciativa estratégica de referência para o setor ferroviário a nível global, ao fornecer um sistema estruturado de avaliação, *benchmarking* e melhoria contínua do desempenho em sustentabilidade.

O RSi assenta diretamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo às empresas ferroviárias avaliar e comunicar de forma consistente o seu contributo para os seis ODS já identificados como prioritários para a CP, bem como para o ODS 5 (Igualdade de Género), incluído no referencial da UIC.

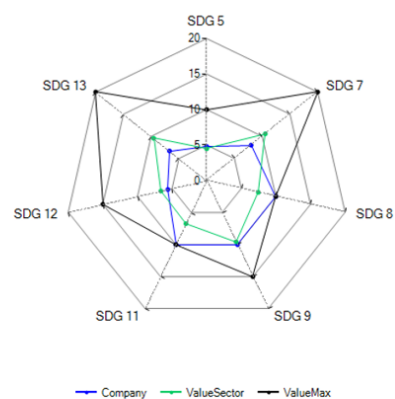
Este índice baseia-se num conjunto de 31 KPI e variáveis quantitativas e qualitativas, abrangendo dimensões ambientais, sociais e de *governance*. Os resultados permitem às empresas participantes aceder a um *dashboard* confidencial, a um relatório individual detalhado e a um nível de classificação (de “*Leader*” a “*Beginner*”), criando uma base sólida para a definição de metas e planos de melhoria contínua.



A CP tem vindo a melhorar anualmente o seu desempenho neste índice, tendo-lhe sido atribuída a classificação C+ *Pursuer* em 2025. No quadro seguinte pode observar-se o desempenho individual da CP em cada um dos ODS e o seu posicionamento relativo ao sector.



CP, E.P.E
Escala de pontuação: C+
Nível: Pursuer



KPI com melhor desempenho
A pontuação obtida para este conjunto de KPIs é igual ou superior à média do setor

Principal oportunidade de melhoria
A pontuação obtida para este conjunto de KPIs é inferior à média do setor

A informação agregada recolhida do RSi alimenta ainda o *Global Rail Sustainability Report* da UIC, assegurando uma visão consolidada do contributo do setor ferroviário para a Agenda 2030, e reforçando a credibilidade do setor junto de decisores públicos, investidores e sociedade civil.

Parcerias para a sustentabilidade

A CP defende que a sustentabilidade deve ser promovida de forma holística em todas as suas atividades e com os vários agentes da sua cadeia de valor. Dessa forma, tem sido uma prática comum o estabelecimento de parcerias estratégicas para amplificar o impacto da sua missão ESG e transformar compromissos em resultados tangíveis.

A colaboração com entidades públicas e privadas, instituições científicas e académicas, grupos de trabalho nacionais e institucionais permite acelerar a realização de iniciativas que contribuem para o desenvolvimento sustentável, fomentar a inovação, mitigar impactos negativos, aceder a financiamento e viabilizar um conjunto mais diversificado de projetos.

Nos quadros seguintes apresenta-se a subscrição de cartas, princípios e iniciáticas externas, bem como as listas de participações da CP em entidades nacionais e internacionais.

Cartas, Princípios e Iniciativas externas

Nome	Organizador
UIC Declaration on Sustainable Mobility and Transport	União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC)
Railway Climate Responsibility Pledge	Conferência Mundial do Clima (COP21)
Carta de Princípios do BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)
Declaração Europeia Sobre Segurança Ferroviária	Agência Ferroviária da União Europeia (ERA)

Participação em entidades nacionais

Organizações Nacionais – Sigla	Nome
Entidades em que a CP é Membro Fundador	
FNME	Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado
Entidades onde a CP tem participação social	
PFP	Plataforma Ferroviária Portuguesa
CCG	Centro Computação Gráfica
AMOLIS	Associação Metropolitana de Operadores de Transporte Público de Lisboa
CCF	Associação Centro de Competências Ferroviárias
Entidades Associadas	
ALFC	Associação dos Lares Ferroviários
APNCF	Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária
ADFERSIT	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transporte
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
SGI Portugal	Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral
ANEME	Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
GUSP	Associação de Grupos de Utilizadores SAP Portugal
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade

Participação em entidades nacionais

Organizações Nacionais – Sigla	Nome
COTEC	Associação Empresarial para a Inovação
AP2H2	Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação

Participação em entidades internacionais

Organizações Internacionais – Sigla	Nome
UIC	<i>Union Internationale des Chemins de Fer</i>
CER	<i>Community of European Railway and Infrastructure Companies</i>
CIT	<i>Comité International des Transports ferroviaires</i>
EURAIL	<i>Eurail B.V. and Interrail (or Eurail) as licensed tradename of Eurail B.V.</i>
EUROC	<i>European Rail Operating Community Consortium</i>
EUROFIMA	<i>Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire</i>
BCC	<i>Bureau Central de Clearing</i>
UITP	<i>Union Internationale des Transports Publics</i>
Maas Alliance	<i>Maas Alliance/Mobility Alliance</i>
Aliança PT	Aliança Portuguesa

6.

Ambiente



6. Ambiente

Alterações climáticas

[ESRS 2 IRO-1]

Encontra-se em validação a [Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climática \(ENAAAC 2030\)](#), com quatro objetivos estratégicos e a visão de transformar Portugal num país resiliente aos efeitos das alterações climáticas, com base na ciência e na cooperação entre os vários agentes da sociedade, sendo o setor dos transportes considerado prioritário.

As alterações climáticas afirmam-se como um dos mais relevantes desafios da atualidade, com repercussões significativas a nível ambiental, social e económico. No setor dos transportes, e em particular no transporte ferroviário de passageiros, estes impactos assumem especial relevância, atendendo à dependência de infraestruturas críticas, à intensidade de capital dos ativos e ao papel estruturante do setor na mobilidade sustentável e na transição para uma economia de baixo carbono.

Com base nos impactos, riscos e oportunidades (IRO) identificados no exercício de materialidade, tem vindo a ser progressivamente desenvolvida a abordagem da empresa à mitigação e adaptação às alterações climáticas. Reconhecendo a crescente relevância deste tema nos domínios regulatório, económico e operacional, a temática climática assume um papel estruturante no alinhamento estratégico da CP.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Adaptação às alterações climáticas	O aumento das ondas de calor, das chuvas intensas e dos incêndios pode afetar toda a infraestrutura ferroviária, incluindo a via e a catenária, o material circulante e as instalações de manutenção, acelerando a sua degradação, exigindo intervenções adicionais com o consequente aumento do número de avarias. Isso gera impactos negativos para o ambiente (maior consumo de materiais) e para a sociedade (perturbações no serviço).	I-	M; OP	☑
	As alterações climáticas podem provocar escassez de recursos, incluindo energia, o que conduz ao aumento dos custos. Também intensificam a necessidade de investir na melhoria da eficiência energética das infraestruturas e do material circulante. Além disso, mudanças de mercado, alterações regulatórias e novos requisitos tecnológicos podem gerar custos adicionais.	R	M; OP	■□□
	A empresa pode aceder a financiamentos públicos destinados à adaptação e à transição climática, atrair mais passageiros que optam por modos de transporte mais sustentáveis em vez do automóvel ou do avião e, ainda, prestar serviços de modernização e adaptação climática do material circulante de outras empresas.	O	J	■ ■ □
Mitigação das alterações climáticas	As opções de mobilidade sustentável que a CP oferece, ajudam os utilizadores a evitar emissões de gases com efeito de estufa; e tornar o transporte público mais apelativo reforçando ainda mais estes impactos positivos no clima.	I+	OP	■ ■ □

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
	Custos adicionais podem surgir devido às taxas de CO ₂ aplicadas a produtos petrolíferos (como combustíveis e óleos), bem como a alterações desfavoráveis nos preços dos combustíveis resultantes de flutuações macroeconómicas ou de novas políticas ambientais.	R	OP	■□□
	No contexto da descarbonização, a empresa continua fortemente dependente de contratos de prestação de serviços adjudicados por contratação pública. Existem ainda comboios a diesel que circulam sob catenária, uma vez que nem toda a infraestrutura ferroviária está eletrificada, o que condiciona o ritmo da transição.	R	OP; J	■ ■ □
	A melhoria da qualidade do serviço, a expansão da capacidade e a crescente consciência climática, estão a impulsionar uma maior utilização do transporte ferroviário e rodoviário. A modernização da frota reforça ainda mais a qualidade do serviço e fortalecem a fiabilidade global da oferta.	O	OP	■ ■ □
Energia	As regulamentações legais, os conflitos armados e outras perturbações globais podem afetar significativamente os mercados de energia, conduzindo ao aumento dos custos energéticos, como se verificou com o início da invasão da Ucrânia. Isso gera a necessidade de maiores investimentos, incluindo a transição energética com a aquisição de energia renovável.	R	M; OP	■□□

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■□□ Potencial a curto prazo ■ ■ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ Potencial a longo prazo

Adaptação e mitigação às alterações climáticas

[E1-1; E1-2; E1-3; E1-4; E1-5]

Ainda que não exista, à data, um plano formal de transição climática, prevê-se o seu desenvolvimento nos próximos anos, em resultado do aprofundamento desta abordagem e do acompanhamento da evolução do enquadramento normativo e das expectativas do setor e do mercado. Encontra-se já em vigor uma política de gestão que suporta a identificação, avaliação e gestão dos impactos, riscos e oportunidades associados às alterações climáticas.

No que se refere aos riscos relacionados com o clima, no âmbito da análise de dupla materialidade, foi identificado um conjunto de riscos climáticos materiais. Foram abrangidas todas as atividades do Grupo CP, bem como toda a sua cadeia de valor.

A tabela seguinte demonstra a classificação, para cada risco material relacionado com o clima identificado na análise de dupla materialidade, entre risco físico e risco de transição.

Subtópico	Descrição sucinta do risco relacionado com o clima	Cadeia de Valor	Tipo de risco
Adaptação	As alterações climáticas podem provocar escassez de recursos, incluindo energia, levando ao aumento dos custos, intensificando a necessidade de investimentos para melhorar a eficiência energética das infraestruturas e do material circulante.	Montante; Operações próprias	Físico
Mitigação	Custos adicionais podem surgir devido a taxas de CO ₂ sobre produtos petrolíferos, bem como a alterações desfavoráveis nos preços dos combustíveis, resultantes de flutuações macroeconómicas ou de novas políticas ambientais.	Operações próprias	Transição
Mitigação	A empresa continua altamente dependente de contratos de prestação de serviços adjudicados por entidades públicas. Há comboios a diesel que circulam debaixo de catenária dado que nem toda a infraestrutura ferroviária se encontra eletrificada, o que limita o ritmo de transição.	Operações próprias; Jusante	Transição
Energia	As regulamentações legais, os conflitos armados e outras perturbações globais podem afetar significativamente os mercados de energia, conduzindo ao aumento dos custos energéticos. Tal leva à necessidade de maiores investimentos, inclusivamente com a aquisição de energia renovável.	Montante; Operações próprias	Transição

Apesar de ser possível proceder a esta classificação dos riscos, a CP encontra-se numa fase inicial da sua abordagem às alterações climáticas, não tendo realizado até ao momento uma avaliação de como os seus ativos e atividades empresariais, nas suas operações próprias e cadeia de valor, podem estar expostos e sensíveis a estes riscos relacionados com o clima.

Prevê-se, numa fase subsequente, a realização de uma análise de cenários climáticos que permita ao Grupo avaliar de forma estruturada o nível de exposição a que se encontra sujeito e identificar prioridades de atuação, considerando diferentes trajetórias e contextos de evolução climática.

De igual modo, não foi possível realizar uma análise de resiliência que permita compreender em que medida a estratégia e o modelo de negócio da empresa estão preparados para enfrentar e adaptar-se aos riscos materiais relacionados com o clima. Consequentemente, a CP reconhece que precisa dedicar-se a esta temática, como um prelúdio da definição do que será a estratégia e modelo de negócio do Grupo, e compreender os efeitos nocivos das consequências deste tema na sua atividade, para posteriormente saber onde e como agir.






Política de Gestão

Implementação e manutenção do Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no trabalho, Inovação, Ativos e Informação), promovendo a minimização dos efeitos no Ambiente resultantes da atividade da CP. A minimização traduz-se na aplicação de práticas alinhadas com a proteção do ambiente, nomeadamente de conservação da biodiversidade, gestão adequada de resíduos, prevenção da poluição do ar e água, monitorização dos níveis de ruído e redução de emissões de GEE por intermédio da eficiência energética e racionalização do consumo de energia.

A política pretende aplicar o referencial ISO 14001, assim como assegurar o cumprimento da legislação aplicável e regulamentação do setor, como medidas de incentivo à melhoria contínua do desempenho ambiental, integrando estas preocupações na gestão operacional e na definição de objetivos e compromissos estratégicos, como pilar fundamental do sistema de gestão implementado.

A [Política de Gestão](#) considera todos os IRO materiais associados ao ambiente, aplicando-se às atividades da CP no transporte de passageiros, nas localizações onde executa as atividades de manutenção de veículos ferroviários e estende-se à cadeia de valor sempre que fornecedores/parceiros (incluindo internacionais) influenciem o cumprimento dos referenciais, requisitos legais, desempenho e afetem o sistema de gestão.

No âmbito da mitigação, têm vindo a ser implementadas diversas iniciativas que visam a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), incluindo:

Ação	Localização na cadeia de valor	Horizonte temporal
Iniciativas para mitigação das emissões de âmbito 1		
		
Substituição da frota de material circulante	Operações próprias	Longo prazo
Substituição da frota automóvel de combustão para elétrica	Operações próprias	Médio prazo
Garantir energia elétrica proveniente de fonte renovável para tração ferroviária e instalações	Montante e operações próprias	Curto prazo
Biocombustíveis na frota ferroviária	Operações próprias	Médio prazo
Substituição de gases fluorados nos equipamentos de ar condicionado (AVAC) do material circulante	Operações próprias	Longo prazo
Iniciativas para mitigação das emissões de âmbito 2		
		
Substituição da iluminação das instalações para LED	Operações próprias	Médio prazo
Geração de energia renovável para autoconsumo	Operações próprias	Longo prazo
Instalação de sistemas de monitorização de energia	Operações próprias	Longo prazo
Adequação da potência nominal dos <i>Data Centers</i> existentes	Operações próprias	Médio prazo
Instalação de variadores eletrónicos de velocidade nos compressores de ar comprimido	Operações próprias	Médio prazo
Iniciativas para mitigação das emissões de âmbito 3		
		
Digitalização de processos e serviços de apoio ao cliente	Operações próprias; Jusante	Curto prazo



Passe Ferroviário Verde

A CP – Comboios de Portugal implementou o **Passe Ferroviário Verde**, uma iniciativa estruturante destinada a incentivar o uso do transporte ferroviário enquanto alternativa de baixa intensidade carbónica face a outros modos de transporte mais emissores. O Passe permite aos passageiros aceder, mediante um valor fixo mensal, a viagens ilimitadas em diversos serviços ferroviários de âmbito nacional.

Ao tornar o transporte ferroviário mais acessível e previsível em termos de custo, esta iniciativa constitui um instrumento relevante de estímulo à utilização regular do comboio, **promovendo a substituição de deslocações realizadas em transporte individual rodoviário** ou em modos de transporte mais intensivos em carbono. A iniciativa contribui não só para a mitigação das emissões associadas ao uso dos serviços da CP, mas também para a redução das emissões globais do sistema de mobilidade, ao influenciar positivamente as escolhas de deslocação dos utilizadores.

Adicionalmente, a forte componente digital associada ao **Passe Ferroviário Verde**, sendo este o **primeiro passe ferroviário nacional totalmente digital**, contribui para a eficiência operacional e para a redução de consumos de recursos materiais, nomeadamente através da diminuição da necessidade de suportes físicos e da simplificação dos processos de aquisição, validação e reserva de viagens.

Desde o seu lançamento, em outubro de 2024, o **Passe Ferroviário Verde** registou uma adesão significativa, tendo alcançado a marca de um milhão de assinaturas. Tal reflete a aceitação social do **transporte ferroviário como elemento central da mobilidade sustentável** e demonstra o papel da CP enquanto **agente ativo da transição climática**, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes e para o cumprimento dos objetivos climáticos nacionais e europeus.

Transição energética e eficiência

Consumo energético

[E1-7]

O consumo de energia da CP, é essencial tanto nas operações de transporte de passageiros como nos processos de manutenção que desenvolve. A operação contínua da CP depende do consumo de energia para sustentar o funcionamento dos comboios, infraestruturas e sistemas necessários à prestação do serviço a que se propõe.

A CP gere o consumo energético focado na otimização de processos, utilização de equipamentos mais eficientes e adoção de boas práticas nas operações.

O Grupo CP utiliza várias fontes de energia, nomeadamente energia elétrica, gasóleo, gasolina, gás natural e propano. No seu setor principal de negócio, considerado de elevado impacto, utiliza duas fontes principais de energia - gasóleo e energia elétrica -, recorrendo pontualmente ao uso de gás natural, gás propano e de gasolina.

Em 2025, o consumo total de energia foi de 301 034,40 MWh.

Consumo total de energia (MWh) – Atividades em setores de elevado impacto

	2025
Consumo de energia fóssil	69 405,65
Petróleo bruto e produtos petrolíferos	67 147,98
Gás natural	23,19
Outras fontes fósseis	2 234,48
Eletricidade comprada ou adquirida proveniente de fontes fósseis	-
Consumo de energia nuclear	-
Consumo de energia renovável	231 471,82
Combustíveis de fontes renováveis	-
Eletricidade comprada ou adquirida proveniente de fontes renováveis	231 471,82
Energia renovável gerada pela empresa	-
Consumo total de energia	300 877,47
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	23,07
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	76,93

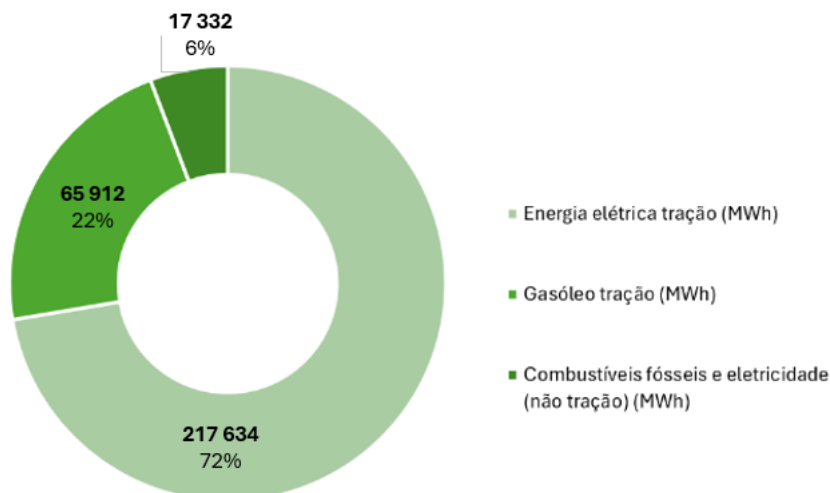
As atividades em setores de baixo impacto (Fernave, Ecosaúde e Saros) representaram menos de 1% do consumo total de energia.

Consumo total de energia (MWh) – Atividades em setores de baixo impacto

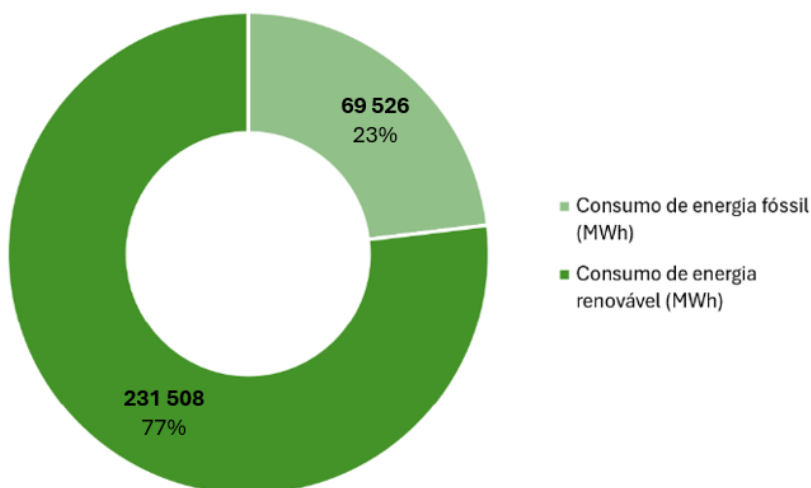
	2025
Consumo de energia fóssil	120,51
Consumo de energia nuclear	-
Consumo de energia renovável	36,43
Combustíveis de fontes renováveis	-
Eletricidade comprada ou adquirida proveniente de fontes renováveis	36,43
Energia renovável gerada pela empresa	-
Consumo total de energia	156,93
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	78,43
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	21,57

À semelhança de anos anteriores, a energia utilizada para a tração da frota de material circulante representa a grande maioria do consumo de energia total: cerca de 94% do consumo total de energia (283 545,23 MWh), onde a energia elétrica para tração corresponde a 72% e o gasóleo a 22%.

O restante consumo (17 332,24 MWh) varia entre combustíveis fósseis (gasóleo, gás propano e gás natural) nos equipamentos fixos em infraestruturas da CP e na frota automóvel a combustão (gasóleo e gasolina); assim como eletricidade (de origem renovável e fóssil) consumida nas instalações do Grupo e na restante frota.



O consumo de energia renovável corresponde a 77% do total (231 508,24 MWh), enquanto o consumo de energia fóssil apenas a 23% (69 526,16 MWh). Na energia fóssil, o gasóleo utilizado para tração do material circulante representa 95% do consumo.



Os resultados obtidos evidenciam a relevância de garantir a continuidade da trajetória, já em curso, no âmbito da melhoria do desempenho energético da empresa e da redução da intensidade carbónica. Conforme mencionado anteriormente, a CP assegura a implementação de um conjunto de iniciativas orientadas para o aumento da eficiência energética e para a progressiva

adoção de fontes de energia com menor pegada de carbono - as quais contribuem de forma direta para a diminuição do consumo energético e para a mitigação dos impactos climáticos associados à atividade.

Pegada de carbono

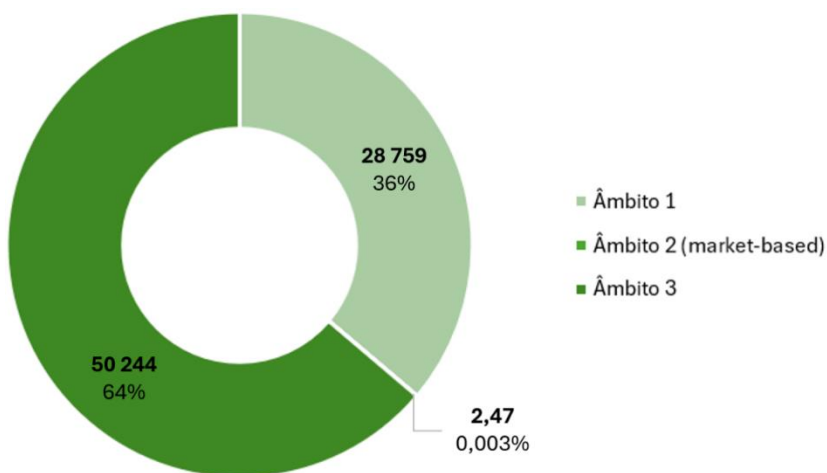
[E1-6; E1-8; E1-9; E1-10; E1-11]

Em 2025, as emissões totais da CP foram de 79 006 tCO₂e, sendo que as emissões de âmbito 3 são as mais significativas.

As emissões de âmbito 1 atingiram 28 760 tCO₂e, representando 36% das emissões totais. Deste total, cerca de 67% corresponde ao consumo de combustíveis em fontes móveis, enquanto apenas 2,4% ao uso de combustíveis nas fontes fixas.

As emissões de âmbito 2 (*market-based*) totalizaram apenas 2,47 tCO₂e, representando 0,003% das emissões globais, resultado da maioria de contratos de fornecimento de eletricidade com garantia de origem renovável.

As emissões de âmbito 3 totalizaram 50 244 tCO₂e, representando 63,6% das emissões globais. Deste total, a categoria de bens de capital é a mais relevante, representando cerca de 47%, seguido da compra de bens e serviços (31%). Este resultado reflete a natureza do setor da CP, que detém no seu ativo material circulante e equipamento de transporte (88% das emissões da categoria 2), maquinaria e outros equipamentos (8%), assim como infraestruturas de apoio, edifícios técnicos e oficinas com equipamento (4%). Não menos importante, a categoria 1 está associada aos materiais, produtos adquiridos e serviços, reforçando a importância de trabalhar em conjunto com fornecedores e parceiros, com o objetivo de reduzir impactos ao longo do ciclo de vida.



Emissões de GEE de âmbito 1, 2 e 3 (tCO₂e)

	2025
Âmbito 1	28 759,60
Combustíveis de fontes fixas	689,96
Combustíveis de fontes móveis	19 350,63
Emissões fugitivas de gases refrigerantes	8 718,99
Emissões de processo - ETAR	0,02
Emissões biogénicas de CO ₂	0,01
Âmbito 2, location-based	13 545,71

	2025
Âmbito 2, market-based	2,47
Âmbito 3	50 243,92
Cat. 1 - Compra de bens e serviços	15 372,29
Cat. 2 - Bens de capital	23 541,52
Cat. 3 - Atividades relacionadas com combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	6 180,40
Cat. 4 – Transporte e distribuição a montante	88,78
Cat. 5 – Resíduos gerados	268,54
Cat. 6 – Viagens de negócios	1 942,68
Cat.8 – Ativos alugados a montante	42,58
Cat. 12 – Tratamento e fim de vida dos produtos vendidos	0,30
Cat. 13 – Ativos alugados a jusante	2 601,71
Cat. 15 – Investimentos	205,11
Emissões totais de GEE, location-based	92 549,22
Emissões totais de GEE, market-based	79 005,99



A CP tem vindo a desenvolver iniciativas orientadas para a descarbonização da sua atividade, alinhadas com os objetivos definidos na [Lei de Bases do Clima](#) e no [Plano Nacional Energia e Clima 2030](#) (PNEC 2030), que estabelecem para Portugal uma meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55% até 2030, face aos níveis de 2005.

Remoção de GEE, preço interno de carbono e efeitos financeiros expectáveis dos riscos

[E1-9; E1-10; E1-11]

A CP não realizou, em 2025, remoções de GEE, nem financiou projetos de mitigação financiados por créditos de carbono. Adicionalmente, também não aplica regimes internos de fixação de preços de carbono.

Relativamente aos efeitos financeiros decorrentes dos riscos físicos e de transição materiais, a CP procedeu à identificação e avaliação quantitativa dos riscos físicos e de transição considerados materiais, conforme mencionado anteriormente. No entanto, à data do presente relatório, não foi efetuada a quantificação dos respetivos efeitos financeiros expectáveis, conforme previsto nos requisitos da norma. Esta limitação resulta, em particular, do atual grau de maturidade metodológica interna e da complexidade associada à modelização financeira dos riscos climáticos.

Apesar de não apresentar nesta fase valores quantitativos relativos aos efeitos financeiros, a empresa reconhece a relevância destes riscos para a sua posição financeira e desempenho no futuro, estando, por isso, comprometida em evoluir gradualmente o nível de detalhe e quantificação desta divulgação em exercícios de reporte futuros, em linha com as expectativas regulamentares da CSRD e da norma em causa.

Poluição

[ESRS 2 IRO-1]

Apesar do transporte ferroviário ser reconhecido pela sua eficiência e menor intensidade ambiental, as operações inerentes às atividades da CP geram fontes de poluição que requerem monitorização contínua, medidas de mitigação direcionadas e investimentos em práticas mais limpas.

As operações ferroviárias contribuem para emissões atmosféricas provenientes do material circulante a diesel e atividades logísticas associadas. Paralelamente, o uso de substâncias químicas, óleos, combustíveis e efluentes residuais industriais podem gerar riscos de contaminação hídrica e nos solos, sobretudo em oficinas, parques de material e postos de abastecimento de gasóleo.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Poluição do ar	O recurso ao transporte público ferroviário, às interfaces ferro-rodoviárias e a fontes de energia mais limpas, como as renováveis, ajuda a evitar as emissões poluentes que, de outra forma, resultariam da utilização de automóveis particulares, a sua maioria, a combustão interna.	I+	OP	☑
Poluição da água	As operações de lavagem e desgrafagem dos veículos em locais que não são adequados para o efeito, podem conduzir à contaminação do domínio hídrico, nomeadamente nos locais em que a descarga do efluente se realiza em meio natural.	I-	OP	■ ■ ■
Poluição da água	A contaminação de recursos hídricos pode gerar custos significativos associados a multas ambientais e sanções legais, além de exigir operações de remediação. Para além disso, pode prejudicar a reputação da empresa.	R	M; OP	☑

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■ □ □ Potencial a curto prazo ■ □ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ Potencial a longo prazo

Prevenção da poluição

[E2-1; E2-2; E2-3]

Reconhecer os impactos da poluição e agir para mitigá-los é fundamental para reforçar o compromisso do setor ferroviário com a proteção ambiental e a transição para práticas mais sustentáveis, preocupações que a CP integra na sua Política de Gestão.

A Política de Gestão, como já referido, estabelece os princípios, compromissos e orientações para prevenir, minimizar e controlar os impactos da atividade da CP no ambiente e na saúde pública.

Esta política aplica-se a todas as atividades da CP e, sempre que relevante, estende-se à cadeia de valor, nomeadamente através de requisitos ambientais dirigidos a fornecedores e prestadores de serviços.

Apesar desta política não estar focada exclusivamente na prevenção da poluição, a mesma procura evitar, controlar e reduzir os agentes poluentes com impactos no ambiente e saúde pública.

A implementação da política é suportada por práticas e procedimentos operacionais e de gestão, incluindo:



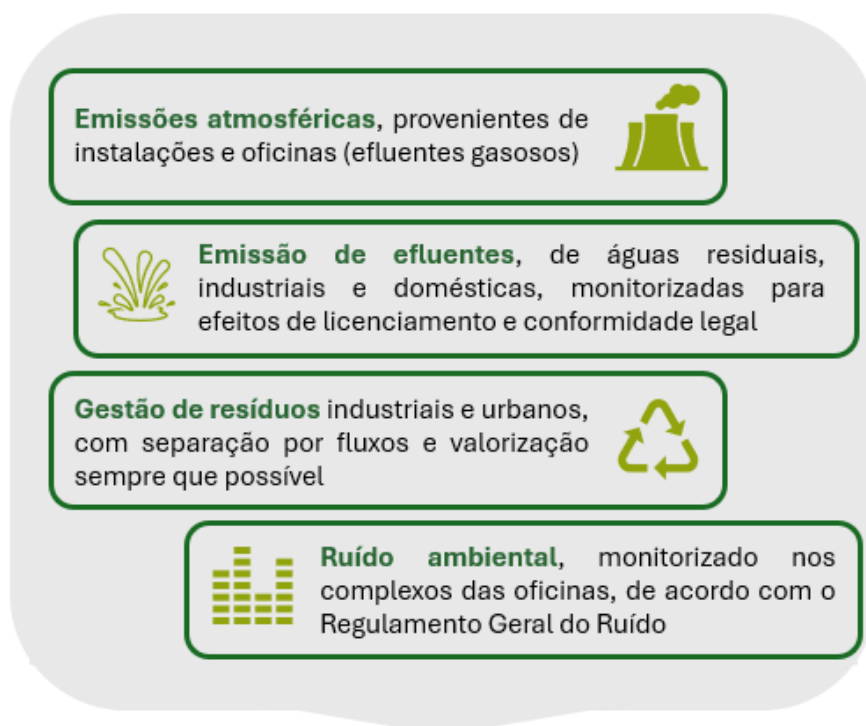
A monitorização da aplicação e eficácia da política é assegurada através dos mecanismos de governação e controlo interno da CP, traduzindo-se ainda em indicadores que servem de *inputs* para a sua revisão periódica e a melhoria contínua.

As ações implementadas ou planeadas constituem assim um elemento essencial para assegurar a aplicação efetiva de um dos pilares da política, permitindo reduzir e controlar emissões, descargas e

outras fontes de poluição, bem como reforçar positivamente o desempenho ambiental da organização. Estas iniciativas incluem medidas técnicas, operacionais e organizacionais orientadas para a prevenção da poluição na origem, o controlo ambiental, a gestão adequada de resíduos e efluentes e a mitigação de impactos sobre o ar, a água e o solo. Ao operacionalizar a política através de ações estruturadas, a CP promove a melhoria contínua do seu desempenho ambiental, contribui para a proteção dos ecossistemas e da saúde pública, e pretende assegurar o alinhamento entre os futuros compromissos estratégicos que a empresa assumir.

Ação	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Principais resultados (alcançados e esperados)
Gestão global dos resíduos produzidos, através da correta separação por fluxos e fileiras, promovendo a reciclagem sempre que tecnicamente exequível	Operações próprias	Curto prazo (em implementação)	Manutenção da taxa de valorização nos 70%
Passe Ferroviário Verde	Jusante	Curto prazo (implementado)	704 000 assinaturas (2025)
Construção da ETAR em Contumil	Operações próprias	dezembro 2026	Conformidade legal ao nível da descarga de efluentes líquidos
Remoção de amianto (PRA)	Operações próprias	Médio/Longo prazo	Diminuição do risco de desagregação do amianto

A eficácia é avaliada de forma qualitativa, atendendo ao acompanhamento das ações do “Laboratório Ferroviário Ambiental” que se centra na conformidade legal ambiental.



A CP, no âmbito do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), monitoriza de forma sistemática os principais aspetos ambientais associados às suas atividades ferroviárias e oficinais. A eficácia das políticas ambientais é acompanhada através de vários mecanismos formais e documentados, integrados no SGA da CP, tais como:

- **Identificação e avaliação de aspetos ambientais:** realizadas através da matriz de aspetos ambientais, revista sempre que existam alterações relevantes;
- **Indicadores ambientais anuais:** indicadores de energia; resíduos, água, utilizados para avaliar o desempenho ambiental e suportar decisões de gestão;
- **Auditorias internas e externas:** auditorias internas ao SGA e auditorias externas no âmbito da certificação ISO 9001;
- **Monitorizações laboratoriais** de efluentes líquidos e gasosos, por entidades acreditadas;
- **Relatórios anuais** de revisão dos sistemas de gestão.

Poluição do ar e da água

[E2-4]

Apesar do [Regulamento \(CE\) n.º 166/2006](#) do Parlamento Europeu e do Conselho (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes – «Regulamento RETP») estabelecer a obrigatoriedade de comunicação das quantidades de poluentes, por parte de determinados operadores, a CP, cuja atividade principal se insere no setor do transporte ferroviário, não se enquadra nesses requisitos.

Contudo, a poluição constitui um tema material para a empresa e deverão ser divulgadas as quantidades de poluentes, emitidos ou despejados, de acordo com os títulos únicos ambientais (TUA). Cada TUA identifica explicitamente as fontes fixas, os poluentes relevantes para cada fonte, a frequência de monitorização e os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis. De notar que nas ligações aos coletores municipais são os regulamentos municipais que definem os VLE aplicáveis.

No que concerne à poluição do ar, a CP monitoriza fontes fixas (chaminés) nos complexos oficinais de Guifões, Contumil, Entroncamento e Barreiro, sendo que a maioria destas chaminés é sujeita a monitorização pontual de cinco em cinco anos. Periodicamente, efetuam-se medições diretas por amostragem, sendo os dados recolhidos e reportados em boletins de análise emitidos por laboratórios acreditados.

Em 2024, realizou-se a monitorização pontual de emissões gasosas nos parques de material oficial (PMO) do Barreiro e Guifões. Os poluentes monitorizados em Guifões foram o monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO_x), composto orgânico volátil total (COVT) e partículas (PTS), e no Barreiro somente os dois últimos, tendo cumprido com os VLE definidos no Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho, que estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar.

Relativamente à poluição da água, são também realizadas medições diretas por amostragem periódica, e a recolha dos dados feita através de boletins de análise emitidos por laboratório acreditado.

A CP realiza medições em 22 pontos de descarga, identificados como: Entroncamento, Vila Real de Santo António, Barreiro, Oeiras, Santa Apolónia, Campolide, Contumil, Posto de Abastecimento de Gasóleo (PAG de Faro, Beja, Santa Apolónia, Caldas da Rainha, Régua, Sernada do Vouga e Contumil), Pórticos (Santa Apolónia, Algueirão, Minho e Douro e Pendulares), Contumil Alta Velocidade, Parque Material Minho e Douro e Sernada.

Cada ponto de descarga é monitorizado mais do que uma vez ao longo do ano, sendo variável o número de vezes que tal acontece por ponto, e para uma listagem diferente de poluentes. Em 2025, de todos os locais monitorizados, apenas 5 pontos apresentaram descargas de poluentes, incluídos no [Regulamento \(CE\) n.º 166/2006](#), acima do valor limite. O poluente mais comum a ultrapassar o limite nestes pontos é o cobre, conforme se pode observar na seguinte tabela:

Local Monitorizado	Poluente despejado	2025	Valor limite (VL)
Entroncamento	Cobre (Cu)	2,4 mg/L	1,0
	Azoto Total	48 mg/L	15
Barreiro	Cobre (Cu)	8,8 mg/L	1,0
	Cobre (Cu)	4,2 mg/L	1,0
	Zinco (Zn)	5,4 mg/L	5,0
	Fenóis	1,1 mg/L	1,0
Contumil – Alta Velocidade	Cobre (Cu)	4,0 mg/L	1,0
Parque de Material Minho e Douro	Azoto total (N total)	38,0 mg/L	15,0
Sernada	Azoto total (N total)	98,0 mg/L	15,0
	Fósforo total (P total)	14,0 mg/L	10,0

Tanto para os poluentes do ar como da água, os processos de monitorização das emissões estão em conformidade com as normas BREF ([Best Available Techniques Reference Document](#)) da União Europeia (UE).

Os sistemas de medição automática são alvo de ensaios de calibração através de laboratórios acreditados, os mesmos que realizam a verificação das medições periódicas.

O Grupo CP não definiu até ao momento metas focadas nas emissões de poluentes do ar e da água, sendo o cumprimento dos valores limite de emissão o seu estágio inicial.

Não obstante, o objetivo de prevenir e minimizar os efeitos ambientais das suas atividades, integrando a prevenção da poluição como um pilar do SGA, a CP assegura a monitorização das emissões gasosas, das descargas de efluentes líquidos, da produção e gestão de resíduos, ruído ambiental e substâncias perigosas. A ambição da CP não se limita ao cumprimento legal e passa por:

- Reduzir a poluição na origem, através de práticas operacionais mais eficientes;
- Adotar as melhores soluções técnicas que evitem emissões, descargas e contaminações;
- Minimizar impactos no ar, na água e no solo, reforçando a proteção ambiental nos estabelecimentos oficiais.

A CP assume ainda como ambição que a prevenção da poluição se estenda, sempre que relevante, à cadeia de valor, nomeadamente através:

- Da definição de requisitos ambientais para fornecedores e prestadores de serviços;
- Da integração de boas práticas ambientais em contratos de gestão de resíduos e serviços ambientais.

7.

Social



7. Social

Mão-de-obra própria

[ESRS 2 IRO-1]

Sendo as pessoas o pilar fundamental da atividade do Grupo CP, a empresa assume como prioridade estratégica a valorização contínua dos seus trabalhadores, promovendo condições de trabalho adequadas, condições de saúde e segurança e o diálogo social, numa lógica de gestão sustentável, inclusiva e orientada para o desempenho a longo prazo.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Condições de trabalho	Trabalhar em turnos irregulares ou rotativos pode afetar negativamente a saúde dos trabalhadores, uma vez que as mudanças frequentes nos horários perturbam os ritmos naturais de sono e o bem-estar geral.	I-	OP	■ ■ ■ ■
Diálogo social, liberdade de associação, comissões de trabalhadores, direitos de participação dos trabalhadores e negociação coletiva	Garantir a negociação coletiva com os órgãos representativos dos trabalhadores contribui para estabelecer uma remuneração justa e adequada, bem como para assegurar a progressão na carreira, ao proporcionar um enquadramento estruturado e transparente para os acordos salariais e para os regulamentos das categorias profissionais.	I+	OP	☑
	A negociação coletiva permite estabelecer acordos que promovem a estabilidade laboral, criando regras claras sobre remuneração, benefícios e outras condições de trabalho. Isso contribui positivamente para o clima organizacional e, conseqüentemente, para a motivação e produtividade dos trabalhadores.	O	OP	■ ■ ■ ■
	Greves ou conflitos resultantes de falhas no diálogo podem causar interrupções significativas no serviço, afetando o normal funcionamento da empresa.	R	OP	■ ■ ■ □
Saúde e segurança	A sensibilização e a formação, aliadas à avaliação, monitorização e implementação de medidas específicas de prevenção e proteção, permitem identificar e antecipar riscos de saúde e segurança numa fase precoce, bem como adotar ações corretivas posteriores. Este processo melhora o bem-estar geral e a segurança no local de trabalho, contribuindo para a redução de tempos de paragem, o aumento da produtividade e a criação de um ambiente laboral mais saudável.	I+	OP	☑
Diversidade e igualdade de tratamento	Sistemas de compensação que não garantem salários justos para todos os trabalhadores podem reforçar desigualdades existentes e enfraquecer o bem-estar e a estabilidade organizacional. Do mesmo modo, uma baixa proporção de mulheres na força de trabalho limita a diversidade, reduz a capacidade de inovação e diminui a atratividade da organização. Com o tempo, estes fatores podem influenciar negativamente a cultura corporativa, o desempenho económico e a reputação social.	I-	OP	■ ■ ■ □

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■ □ □ Potencial a curto prazo ■ □ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ ■ Potencial a longo prazo

Envolvimento do Talento CP

[S1-1; S1-2; S1-3; S1-4]

A atuação da empresa em matéria de envolvimento e gestão de pessoas da CP é enquadrada por um conjunto de políticas e instrumentos internos, encontrando-se alinhada com as melhores práticas e com referenciais nacionais e internacionais relevantes.

Destacam-se, neste âmbito:

Código de Ética e de Conduta do Grupo CP - estabelece os princípios e valores que orientam a atuação de todos os trabalhadores no exercício das suas funções. Define regras de conduta claras nas relações internas e externas, assegurando o respeito pela dignidade, compromisso com a promoção de condições de trabalho com igualdade de oportunidades e sem discriminação, aplicando-se a toda a força de trabalho, membros de órgãos sociais, trabalhadores, fornecedores e parceiros.

Política de Gestão de Pessoas - fomenta o desenvolvimento, valorização e bem-estar do talento CP, assegurando o reforço contínuo das suas competências e visando atrair e reter talento. A política promove condições de trabalho seguras e saudáveis, a conciliação entre a vida profissional e pessoal, a igualdade de oportunidades e a não discriminação, bem como a participação ativa dos trabalhadores nos processos de melhoria contínua, abrangendo todo o ciclo de gestão de pessoas, incluindo recrutamento e seleção, formação, avaliação, desenvolvimento, segurança e saúde no trabalho.



Pessoas, cultura, organizacional e direitos

Política de Gestão de Pessoas – NP 4437 (2022)

- **76%** dos trabalhadores sente que é tratado com respeito por colegas e chefias
- **71%** considera que a CP assegura a igualdade de tratamento entre homens e mulheres
- **Certificada pela NP 4427 desde 2022**, um reconhecimento formal do sistema de gestão das pessoas da CP, com objetivos suportados por planos de atividade específicos e avaliação periódica

A comunicação das políticas e códigos assenta em canais distintos, garantindo a sua divulgação junto dos públicos internos e externos. Externamente, esta comunicação é assegurada através do site institucional, enquanto, internamente, recorre-se à intranet “Nosso ESPAÇO”, complementada pela disponibilização da informação nos locais de trabalho, incluindo a sua afixação sempre que aplicável.

O “Nosso ESPAÇO” assume-se como a plataforma central da comunicação interna reunindo toda a informação relevante, promovendo a partilha, facilitando o acesso a conteúdos úteis para o dia a dia e constituindo o meio de acesso a várias aplicações. Este pilar da comunicação interna apoia assim a integração de novos trabalhadores, fomenta o espírito de equipa, promove a cultura da empresa e o alinhamento interno.

Diálogo com os Trabalhadores e Mecanismos de Auscultação

A CP assegura o diálogo com os trabalhadores através de um conjunto estruturado de canais formais e informais, que permitem a recolha de contributos, a identificação de preocupações e a melhoria contínua das práticas organizacionais, garantindo a confidencialidade sempre que aplicável.

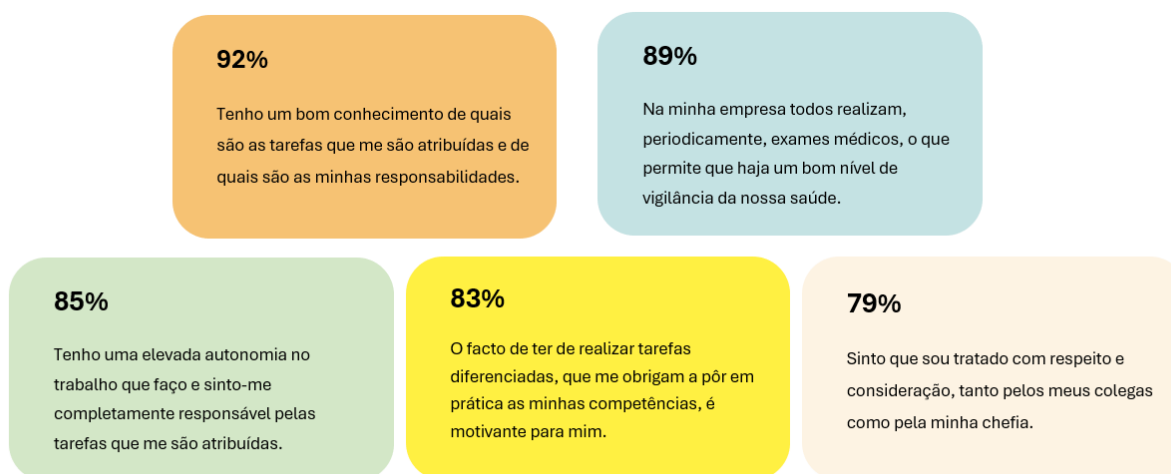
Destacam-se os seguintes mecanismos:

Diálogo institucional com Organizações Representativas dos Trabalhadores

Realização de reuniões regulares com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), promovendo a prevenção de conflitos e a discussão de matérias laborais, incluindo a negociação salarial. Neste âmbito, foi autonomizado em 2025, um gabinete de relações laborais que funciona como ponto de contacto dedicado para a articulação e acompanhamento destas matérias.

Inquérito de satisfação interna

É realizado um inquérito de satisfação dirigido aos trabalhadores, com o objetivo de recolher e analisar perceções, permitindo a sua agregação por dimensões relevantes e a identificação de oportunidades de melhoria.



NOTA: Nível de apreciação das 5 perguntas mais bem cotadas do inquérito de satisfação de 2025

Canal de Pedidos de Suporte

Encontra-se disponível o Canal de Pedidos de Suporte, uma ferramenta interna que permite aos trabalhadores submeter pedidos de esclarecimento e reportar situações de natureza operacional ou administrativa, assegurando o seu adequado encaminhamento e tratamento pelas áreas competentes. Em 2025, a taxa de respostas resolvidas no prazo de 5 dias atingiu 91,8%.



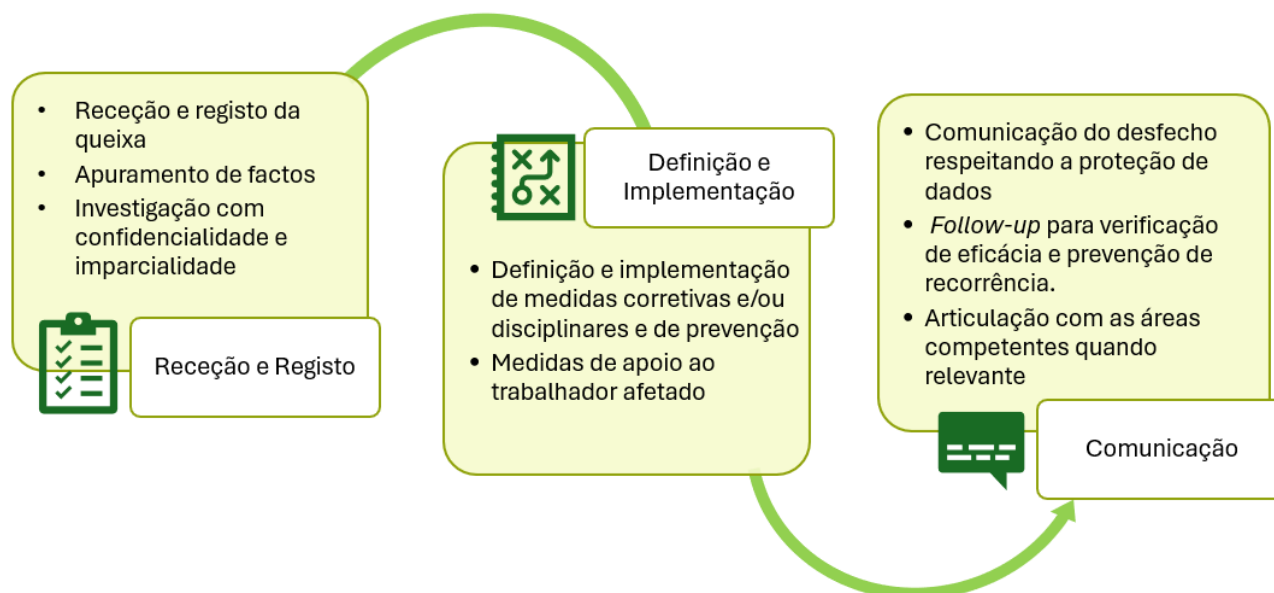
Canais de Recursos Humanos

São disponibilizados canais de contacto direto com a Direção de Pessoas e Cultura Organizacional (DPC), nomeadamente através de correio eletrónico e atendimentos presenciais, que asseguram o apoio quotidiano aos trabalhadores e permitem a identificação e sinalização de preocupações.

Entrevistas de saída e acompanhamento

A CP realiza entrevistas de saída sendo elaborado trimestralmente um relatório de análise e caracterização dos principais resultados, contribuindo para a melhoria contínua das políticas de gestão de pessoas.

Canal de Denúncias



A CP disponibiliza ainda um Canal de Denúncias que permite a comunicação, de forma confidencial e, quando aplicável, anónima, de situações suscetíveis de constituir infração ou irregularidade, assegurando o tratamento adequado das mesmas, em conformidade com o enquadramento legal aplicável. No período de reporte, não foram registadas denúncias por via deste canal.

Pessoas CP

[S1-5; S1-6; S1-7; S1-9; S1-10; S1-14]

Em 2025, o Grupo CP contou com 3 958 trabalhadores nas suas empresas, com um aumento de 1,3% face ao ano anterior e com a grande maioria da sua mão-de-obra a integrar a empresa CP. Neste período, 178 trabalhadores deixaram a empresa, representando uma taxa de rotatividade de 4,5%. O Grupo contou ainda com 56 trabalhadores não assalariados, pertencentes à Ecosaúde.

Na CP todos os trabalhadores estão abrangidos por convenções coletivas e diálogo social. A Fernave e a Ecosaúde, apesar de não terem formalizado nenhum acordo, orientam a sua atuação com base nas políticas de gestão do Grupo.

Reconhecendo os trabalhadores como um dos pilares estratégicos do Plano 2026–2032, a empresa assegura condições de trabalho que promovem o seu bem-estar, proteção social e estabilidade de rendimento.

Neste contexto, todos os trabalhadores auferem uma remuneração superior ao valor de referência salarial aplicável e beneficiam de mecanismos de proteção social em situações de perda de rendimento, nomeadamente por doença, desemprego, acidentes de trabalho, incapacidade adquirida, licença parental e reforma, assegurados tanto por instrumentos públicos como por benefícios complementares disponibilizados pelo Grupo, incluindo seguro de saúde.

A empresa garante ainda o acesso a licenças para assistência à família, em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar aplicável. Em situações de doença, é assegurado o adiantamento do respetivo subsídio, bem como, quando necessário, o seu complemento, de forma a garantir a continuidade do rendimento líquido, em termos equivalentes aos de um trabalhador em atividade.

No domínio dos acidentes de trabalho, a empresa adota um nível de cobertura superior ao legalmente exigido, assegurando, em caso de incapacidade, o pagamento do montante mais favorável entre o valor líquido integral da remuneração mensal e o previsto na legislação aplicável.

A composição por género da força de trabalho evidencia uma predominância masculina: 3 452 trabalhadores do sexo masculino (87,2%) e 506 do sexo feminino (12,8%), todos vinculados por contrato permanente ao Grupo CP.



100%

Trabalhadores com contratos permanentes



100%

Trabalhadores CP abrangidos por convenções coletivas



4,5%

Taxa de rotatividade



333

Trabalhadores usufruíram de licença de assistência à família



100%

Trabalhadores com seguro saúde

	2023	2024	2025	Varição 2024
Trabalhadores - Homens	3 308	3 417	3 452	1,0%
Trabalhadores - Mulheres	446	491	506	3.1%
Trabalhadores - Total	3 754	3 908	3 958	1,3%
Trabalhadores que deixaram a empresa	176	156	178	14,1%
Taxa de rotatividade	4,7%	4,0%	4,5%	12,7%

Desenvolvimento e Atração de Talento

O Grupo CP promove o desenvolvimento de talento jovem através de programas de *trainees*, concebidos como instrumentos estratégicos de renovação e capacitação das suas pessoas. Estes programas visam atrair, integrar e desenvolver recém-licenciados e jovens profissionais, proporcionando uma experiência de aprendizagem com contacto direto com as diferentes áreas da empresa.

Para além de contribuir para a transferência de conhecimento e continuidade geracional, o programa de *trainees* permite reforçar competências críticas para o futuro da organização, nomeadamente nas áreas da mobilidade sustentável, inovação e digitalização, promovendo simultaneamente a empregabilidade jovem e a atração de perfis qualificados alinhados com os desafios estratégicos do setor ferroviário.

Alinhado com princípios ambientais, sociais e de governação, este modelo promove a empregabilidade jovem, a diversidade de perfis e a igualdade de oportunidades, enquanto assegura a atração e retenção de talento qualificado em coerência com os desafios estratégicos do setor ferroviário e os compromissos de sustentabilidade do Grupo.

Programa de Trainees CP TrainUP
 40 *trainees* integraram a primeira edição do programa CP TrainUP 2025/2026, uma iniciativa que reforça o nosso compromisso com a formação de talentos e com a preparação dos líderes do futuro



Diversidade, equidade e inclusão¹

[S1-8; S1-11; S1-15; S1-16]

No Grupo CP, a diversidade e a inclusão são valores que guiam a atuação e visão na gestão das pessoas. Por isso, está formalizado um [Plano para a Igualdade de Género](#) que orienta a abordagem adotada para o tema da equidade entre homens e mulheres. O plano tem como objetivo monitorizar e garantir a plenitude de direitos nas temáticas:

- Igualdade no acesso ao emprego;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Igualdade remuneratória;
- Proteção na parentalidade;
- Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Neste contexto, durante o ano de 2025, foram implementadas medidas para a promoção da igualdade de género, de forma a garantir resultados e melhorias que vão ao encontro dos objetivos do Plano.

Programa “**Engenheiras por um dia**” para promoção das engenharias e tecnologias junto de estudantes de ensino não superior, desconstruindo a ideia de estas serem do domínio masculino



Princípio da **igualdade e não discriminação entre trabalhadoras e trabalhadores** refletido na elaboração do plano de formação



Ao nível da distribuição por género nos quadros superiores, as mulheres representam, em 2025, 49% dos cargos de gestão, o que reforça a diversidade na liderança.

¹ Apesar de estes subtópicos não terem sido considerados materiais, consideram-se importantes e relevantes ao reporte.

Relatório de Sustentabilidade 2025

	2023	2024	2025	Varição 2024
N.º de trabalhadores nos quadros superiores - Homens	11	21	24	14,3%
N.º de trabalhadores nos quadros superiores - Mulheres	13	19	23	21,1%
N.º total de trabalhadores nos quadros superiores	24	40	47	17,5%
% de trabalhadores nos quadros superiores – Homens	46%	53%	51%	-2,7%
% de trabalhadores nos quadros superiores – Mulheres	54%	48%	49%	3,0%

Os dados salariais evidenciam uma tendência de subida contínua da remuneração média, tanto entre trabalhadores do género masculino como do feminino, refletindo a atualização associada ao custo de vida e o aumento progressivo do salário mínimo.

Observa-se, em termos médios, uma remuneração superior entre as mulheres, explicada pela sua maior representatividade em funções e categorias com níveis remuneratórios mais elevados. Neste contexto, não se identificam indícios de discriminação salarial em função do género nos parâmetros analisados. As diferenças salariais entre os géneros decorrem, predominantemente, de fatores associados à antiguidade na empresa.

A CP assegura a transparência nesta matéria através da divulgação anual, no seu site institucional, do [Relatório sobre remunerações médias pagas a mulheres e homens](#).

Adicionalmente os Acordos de Empresa em vigor na empresa estabelecem as regras de evolução na carreira e nas categorias profissionais, garantindo um enquadramento claro e uniforme.

	2023	2024	2025	Varição 2024
Remuneração média bruta por hora – Homens	8,51€	8,92€	10,78€	20,86%
Remuneração média bruta por hora - Mulheres	12,63€	12,44€	14,94€	20,06%
% de disparidade salarial entre homens e mulheres	-48,44%	-39,54%	-38,61%	2,34%
Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados	3,07	2,92	0,31	-89,54%

O Grupo CP assume um papel ativo na promoção de uma mobilidade mais inclusiva e acessível, incorporando, na sua força de trabalho, pessoas com deficiência, cuja experiência aporta uma perspetiva concreta e relevante para a melhoria contínua das condições de mobilidade. Em 2025, o Grupo CP contou com 90 trabalhadores com deficiência a integrarem as suas equipas, dos quais 74 são homens e 16 mulheres, constituindo 2,3% do total dos trabalhadores.

	2023	2024	2025	Varição 2024
Pessoas com deficiência - Homens	59	65	74	13,8%
Pessoas com deficiência - Mulheres	11	13	16	23,1%
Pessoas com deficiência - Total	70	78	90	15,4%
% de pessoas com deficiência - Total	1,9%	2,0%	2,3%	13,9%

Em matéria de diversidade, durante o ano de reporte no Grupo CP, não foram reportados incidentes ou queixas na área da discriminação e desrespeito dos direitos humanos.



0

incidentes relacionados com direitos humanos



Para 2026, a CP tem definidas metas² que reforçam o compromisso com esta temática e com a constante melhoria da sua gestão:

Integrar os temas DEI (diversidade, equidade e inclusão) na **Estratégia de Responsabilidade Social 2026-2028**: com plano de Estratégia aprovado em 2026 e desenvolvimento de pelo menos 4 iniciativas até 2028.

Promover a **conciliação trabalho-família**, aumentando em 20% a adesão a medidas de conciliação e melhorar em pelo menos 10% a satisfação face ao ano anterior.

Frisar a **tolerância zero ao assédio e discriminação**, com 100% das chefias formadas e reforço da divulgação do canal de denúncias

Concluir **formação em igualdade e assédio nas chefias a 100%** e em pelo menos metade dos restantes trabalhadores.

Aumentar a **representatividade feminina** em carreiras operacionais em +1 p.p.

Promover o **recrutamento inclusivo**, contando com todos os anúncios validados, com linguagem inclusiva e ter pelo menos 80% dos processos com banco de candidatos misto.

Promover a **comunicação interna sobre igualdade** com 4 publicações ao ano e alcance médio de 60% do Grupo

² As metas apresentadas têm como referência o ano de 2025.

Formação e desenvolvimento de competências

[S1-12]

Em 2025, a aposta na formação e aprendizagem contínua, voltou a ser um pilar fundamental para garantir que o talento do Grupo está ao nível da evolução tecnológica e das exigências e desafios crescentes do setor, promovendo ainda o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e fortalecendo o crescimento individual.

O Grupo aposta num **Plano de Formação** anual com o objetivo de melhorar as competências técnicas, comportamentais e reforço do cumprimento legal e de requisitos de SST, enquanto reforça a motivação e retenção dos seus colaboradores. Foram administradas 172 614³ horas de formação a todos os trabalhadores, representado uma média de 44 horas de formação por trabalhador, o que constitui um aumento de cerca de 19,1%. Alinhando-se a uma abordagem que valoriza o desenvolvimento e crescimento da força de trabalho, todos os colaboradores do Grupo são abrangidos por dinâmicas de análise de desempenho.



99%

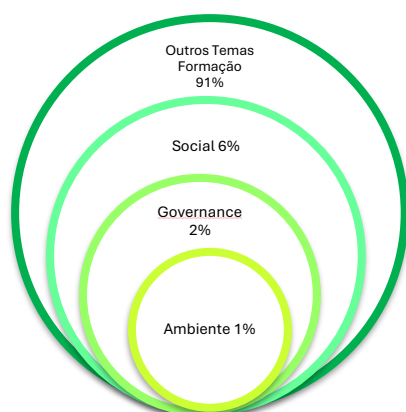
Trabalhadores do Grupo com avaliação de desempenho



44

Horas de formação por trabalhador

	2024	2025	Varição 2024
N.º total de horas de formação	143 083	172 614	20,6%
N.º médio de horas de formação por trabalhador	38	44	19,1%
% de trabalhadores que participaram em avaliações de desempenho	99,05%	99,12%	0,1%

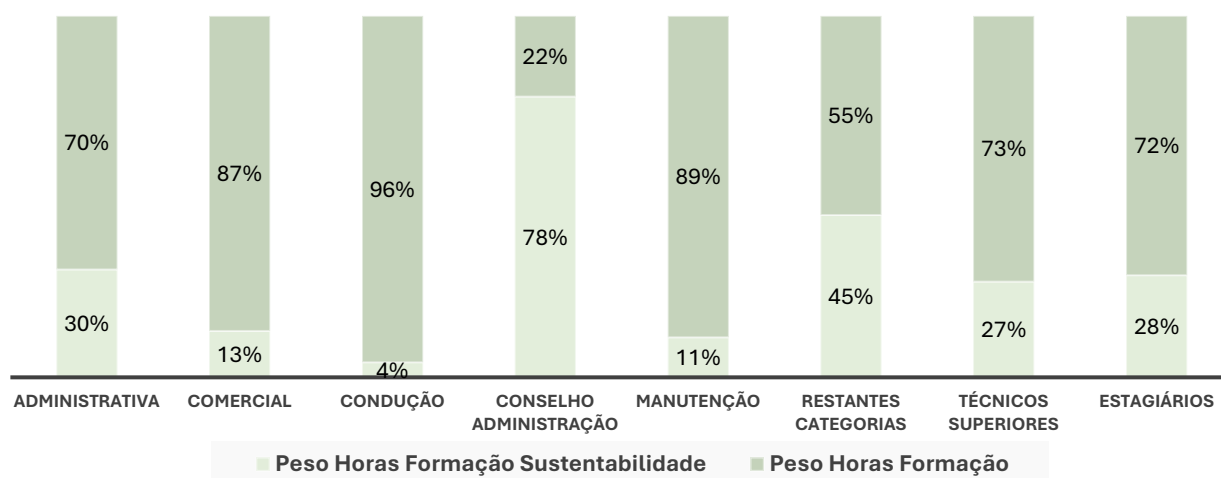


Relativamente às horas de formação administradas em 2025, 9% destas focaram-se em temas ESG, dos quais 1% no ambiente, 2% em *governance* e 6% no social. No quadro seguinte pode observar-se a distribuição das horas de formação por temas ESG e categoria profissional:

³ Ecosaúde: Os valores de formação registados em 2024 e 2025 situaram-se abaixo da referência de 40 horas anuais por trabalhador, consequência das restrições de recursos humanos enfrentadas nos últimos anos. Nesse contexto, a formação teve menor expressão durante o período em análise. Para 2026 prevê-se o reforço das ações formativas e a recuperação dos níveis desejados, com medidas destinadas a garantir maior disponibilidade de tempo e oportunidades de desenvolvimento para os colaboradores.

Fernave: No ano de 2025, não foi possível, pelo volume de atividade existente na empresa, atender à formação de 10% dos seus trabalhadores, não se tendo cumulativamente revelado nenhuma temática com interesse imediato para o desempenho da sua função, seja de melhoria profissional ou pessoal.

Peso da formação em Sustentabilidade 2025 (horas de formação)



Na CP⁴, 100% dos trabalhadores foram abrangidos por processos de avaliação de desempenho. Este mecanismo permite valorizar a dedicação e esforço das suas pessoas, bem como identificar oportunidades de melhoria contínua, colmatar lacunas e potencializar o conhecimento e *skills* dos trabalhadores. As metodologias aplicadas têm em conta critérios transversais aplicados a toda a empresa, bem como especificidades inerentes às funções desempenhadas por cada trabalhador.

Saúde, segurança e bem-estar

[S1-13]

O Grupo CP entende que garantir a saúde e a segurança dos seus trabalhadores é uma obrigação e um valor orientador das suas decisões e práticas. É desenvolvido um trabalho contínuo com vista a assegurar que este compromisso se encontra plenamente integrado, de forma transversal, nas operações do Grupo, tendo em consideração os riscos e responsabilidades inerentes ao setor e as suas especificidades operacionais. Deste modo, todos os trabalhadores estão abrangidos pelo Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

Durante o período de relato, não foram registadas mortes relacionadas com a atividade laboral dos trabalhadores do Grupo. No entanto, verificaram-se 370 acidentes de trabalho, que incluem cerca de 110 ocorrências relacionadas com terceiros nas linhas férreas nacionais, assim como um total de 6 309 dias perdidos relacionados com acidentes e doenças ocupacionais.



54

Índice de acidentes de trabalho

⁴ Ao nível do Grupo, a percentagem situa-se em cerca de 99,1%, uma vez que na Ecosaúde e Fernave não é realizado este processo.

	2024	2025	Varição 2024
Mortes devido a lesões relacionadas com o trabalho	1 ⁵	0	-100%
Mortes devido a problemas de saúde relacionadas com o trabalho	0	0	-
Acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	401 ⁶	370	-7,7%
Horas trabalhadas pela mão-de-obra própria	6 874 117	6 859 291	-0,2%
Índice de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	58	54	-7,5%
Casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho	23	9	-60,9%
Dias perdidos devido a problemas de saúde, lesões e mortes relacionadas com o trabalho	6 312	6 309	-0,05%

No âmbito da gestão da Saúde e Segurança no Trabalho, são promovidas ações de prevenção com orientações e recomendações dirigidas aos trabalhadores.

A empresa assegura práticas de monitorização ativa das condições de saúde dos trabalhadores, nomeadamente através da realização de exames médicos periódicos, e da disponibilização da Linha de Apoio Psicológico (da Ecosáude) enquanto medida de apoio à saúde mental e bem-estar dos trabalhadores.

Complementarmente, e em função dos riscos identificados, estão implementadas medidas de controlo eficazes que contribuem para a prevenção e mitigação de riscos e são protetoras da segurança dos trabalhadores, de que é exemplo a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados.

⁵ O trabalhador encontrava-se em período de descanso fora da sede, permanecendo, contudo, em serviço, e foi atropelado por um automóvel enquanto se dirigia ao restaurante para jantar. Não se trata de um óbito ocorrido no decurso de atividades ferroviárias.

⁶ Em 2024 e 2025, registaram-se respetivamente 116 e 110 acidentes relacionados com colhidas de terceiros nas vias-férreas da rede ferroviária nacional.



A CP dispõe de um Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob efeito do Álcool ou de Substâncias Estupefacientes ou Psicotrópicas que estabelece controlos de alcoolemia e de toxicologia a trabalhadores cujas funções tenham, direta ou indiretamente, maiores envolvimento na segurança da circulação e impliquem maiores riscos profissionais.

Trabalhadores da cadeia de valor

[ESRS 2 IRO-1]

A gestão dos trabalhadores na cadeia de valor é essencial para assegurar condições laborais dignas, reduzir riscos operacionais, proteger a reputação do Grupo CP e potencializar um serviço de qualidade a todos os passageiros e utilizadores finais.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Condições de trabalho	Quando os fornecedores e prestadores de serviços não integram de forma adequada requisitos sociais, laborais e de segurança, podem acabar por proporcionar condições de trabalho precárias, causadoras de maior instabilidade laboral entre trabalhadores que, de alguma forma, estão associados à atividade da CP através da sua cadeia de valor.	I-	M	■ ■ □

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■ □ □ Potencial a curto prazo ■ □ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ Potencial a longo prazo

Cadeia de Valor Responsável⁷

A CP tem vindo a trabalhar para estabelecer sinergias com os diversos *stakeholders* da sua cadeia de valor, especialmente com fornecedores e parceiros a montante. A cadeia de valor da CP apresenta diversas particularidades, motivo pelo qual a sua atuação é personalizada consoante o tipo de entidade em questão (ver [O nosso modelo de negócio e cadeia de valor](#)).

Ao nível dos diferentes tipos de trabalhadores que integram a cadeia de valor, destacam-se os trabalhadores do serviço de bar e restauração a bordo dos comboios de longo curso, da Linha de Atendimento ao cliente, dos promotores presentes em eventos de promoção comercial ou ativação da marca, e ainda os de serviços auxiliares como limpeza e segurança.

No centro deste tema, apresentam-se como críticas a salvaguarda da saúde e segurança no local de trabalho, a proteção individual e coletiva, assim como a garantia de que todas as normas e procedimentos aplicáveis ao Grupo CP são igualmente seguidos por estas entidades.

A CP exige e verifica padrões de atuação de todas as partes interessadas com as quais estabelece relações comerciais, através da aplicação dos princípios e linhas diretrizes estabelecidas no seu Código de Ética e de Conduta (ver [Conduta empresarial](#)).

⁷ A CP aplicou a disposição transitória, em conformidade com o parágrafo 125 da ESRS 1, omitindo neste ano todos os requisitos de reporte associados ao ESRS S2 Trabalhadores da Cadeia de Valor.

Uma vez que as funções destes trabalhadores implicam o contacto direto com clientes e utilizadores finais, torna-se fundamental que estes assumam como seus os valores e princípios da CP e reconheçam a importância de agir em alinhamento. Por outro lado, a CP acredita que uma gestão ativa dos trabalhadores da cadeia de valor fortalece a resiliência e a qualidade do serviço. Consequentemente, a empresa estende a abrangência de alguns dos seus programas de formação e acompanhamento técnico a estes trabalhadores da cadeia de valor que atuam diretamente junto dos públicos da CP.

Ao integrar estas preocupações na sua abordagem à contratação de fornecedores, a organização consegue alinhar práticas operacionais com os seus *standards* de segurança e sustentabilidade, veicular a imagem pretendida, transmitir boas práticas e promover melhorias contínuas, o que se repercute na fiabilidade do transporte ferroviário e na satisfação dos clientes, em ganhos de eficiência e superação de desafios.

Comunidades

[ESRS 2 IRO-1]

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades	Contribuição para o acesso das comunidades à mobilidade, ao emprego, à educação e a serviços essenciais, promovendo a coesão social e territorial através da conectividade entre zonas urbanas e regiões periféricas ou remotas.	I+	OP	<input checked="" type="checkbox"/>
	Ao garantir um serviço ferroviário fiável e abrangente, a empresa reforça a coesão territorial e contribui para reduzir desigualdades no acesso à mobilidade. Este desempenho consolida o seu posicionamento como operador público essencial, valorizando o seu papel na mobilidade inclusiva e no desenvolvimento regional, além de fortalecer a confiança das comunidades e das entidades públicas.	O	OP	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

Real Potencial a curto prazo Potencial a médio prazo Potencial a longo prazo

A atividade de transporte de passageiros da CP assume-se como um serviço público estratégico e fundamental ao desenvolvimento socioeconómico das comunidades ao longo de todo o país. As pessoas reconhecem na CP uma via de conexão a emprego, educação, cuidados de saúde, lazer, entre outros, potencializando o crescimento coletivo e individual, reforçando a competitividade territorial e contribuindo ativamente para o bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, é fundamental destacar o papel transformador da CP na coesão social, na dinamização da economia local e na redução de desigualdades. O trabalho diário realizado pelos trabalhadores e parceiros da CP alavanca não só as comunidades adjacentes às linhas e estações onde opera, mas sim todo um país. Este papel de agente ativo na vida do território nacional traduz-se num sentimento de responsabilidade e de grande missão, do qual a CP se orgulha, e que orienta a sua definição estratégica.

Dialogar para a ação

[S3-2]

O ecossistema da CP é marcado pela necessidade de uma abordagem contínua de envolvimento e escuta ativa das suas comunidades. A sua atuação centra-se na avaliação regular dos seus impactos, no diálogo com os vários grupos de *stakeholders*, na implementação de procedimentos de mitigação e no desenvolvimento de iniciativas de Responsabilidade Social.

Para o efeito, a CP disponibiliza um conjunto de canais de comunicação que permitem a qualquer parte interessada, bem como aos seus representantes, expressar opiniões, necessidades e expectativas. Estes canais são monitorizados por equipas internas, garantindo o adequado encaminhamento e tratamento das comunicações recebidas, bem como a observância de princípios de confidencialidade e proteção da informação.

1. Receção da informação



O processo inicia-se com a chegada das preocupações, pedidos ou sugestões através dos diversos canais institucionais da empresa. Estes incluem os endereços de contacto dedicados à Responsabilidade Social, o *site* institucional, as redes sociais, a intranet e outros canais personalizados. Estes pontos de entrada asseguram que qualquer comunidade pode comunicar de forma acessível e direta.



3ressocial@cp.pt
insitucional@cp.pt

intranet
site institucional

2. Triagem e análise



Todas as comunicações neste âmbito são encaminhadas e centralizadas na área de Responsabilidade Social, que assegura a sua análise inicial. Nesta fase, são avaliados a natureza, a urgência e o enquadramento do pedido. Sempre que necessário, é promovida a articulação com as restantes áreas e órgãos da organização, com vista ao aprofundamento da análise e à preparação da resposta, garantindo um processo transparente, rastreável e alinhado com os princípios dos *United Nations Guiding Principles on Business and Human Rights* (UNGP).



Reuniões com representantes



Campanhas
Cartazes

3. Mecanismos de resposta e remediação



A Responsabilidade Social desenvolve a resposta ou implementa as medidas necessárias. Quando aplicável, são ativados procedimentos formalizados como apoios, medidas de acessibilidade ou ações de mitigação, assegurando a consistência e controlo do processo.



Relatórios

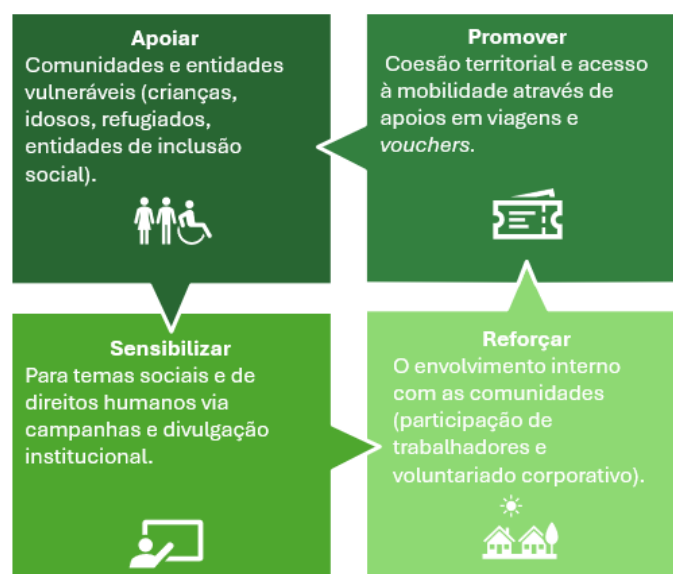
No caso dos [Clientes com Necessidades Específicas \(CNE\)](#), a empresa dispõe de mecanismos próprios de acompanhamento. A figura do [Conselheiro para o Cliente com Necessidades Específicas](#) foi criada para assegurar a identificação de barreiras de acessibilidade, recolha de *feedback*, sugestões e prioridades, por estes utilizadores, o que resulta na emissão de recomendações internas para a melhoria dos serviços. Paralelamente, o [Conselho Consultivo](#) para os CNE, que integra diversas instituições ([ACAPO](#), [ADFA](#), [APD](#), [APS](#), [CNOD](#), [Fundação LIGA](#), [INR](#), [IP](#) e [ANMP](#)) reúne anualmente, contando com a participação das Direções com responsabilidade na matéria, funcionando como espaço formal de apresentação de reclamações, análise de problemas e definição de prioridades de intervenção. As questões recebidas através destas entidades são triadas pela Responsabilidade Social e encaminhadas para as Direções competentes. Já os pedidos submetidos diretamente pelos clientes através dos canais gerais seguem o processo comum, sem um procedimento diferenciado, de tratamento de reclamações.

Presença com propósito

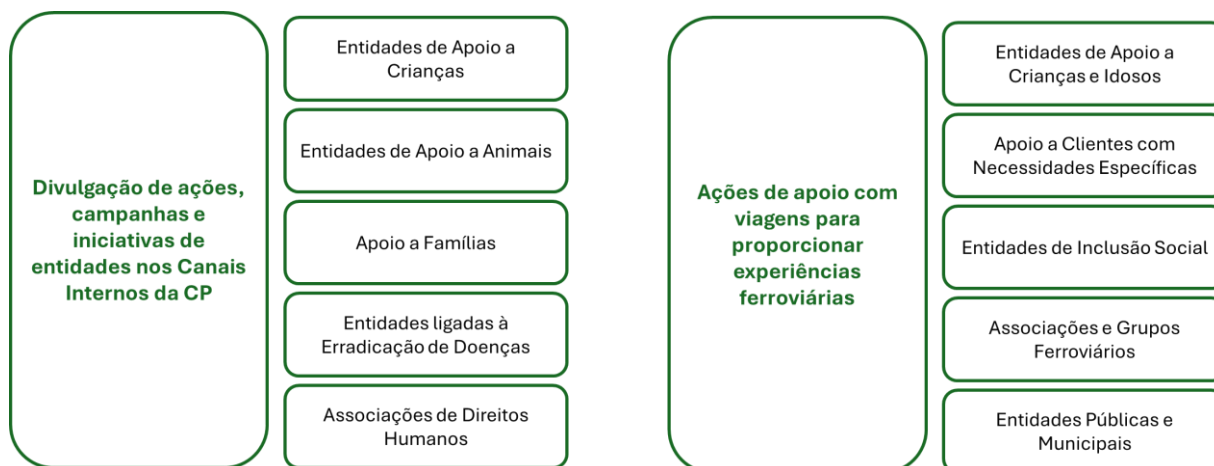
[S3-1; S3-3; S3-4]

A envolvimento da CP com as suas comunidades vai muito além da prestação de um serviço de transporte, da gestão operacional ou da mitigação de impactos. Desde sempre que, reconhecendo a sua importância na demografia nacional, a empresa procura assumir um papel ativo, investindo em ações que respondam às prioridades locais e promovendo benefícios a longo prazo.

Nesse contexto, a CP implementou um [Plano de Responsabilidade Social 2024 -2025](#) que estabelece as linhas orientadoras e os pilares da sua atuação nesta matéria, assim como a metodologia de seleção e avaliação de iniciativas, o enquadramento dos planos de investimento e a abordagem de monitorização e reporte do desempenho.



A organização estrutura as suas ações de responsabilidade social em dois eixos de atuação: (i) a divulgação de ações, campanhas e iniciativas promovidas por entidades externas, através dos canais internos da CP, visando reforçar o apoio institucional e incentivar a participação ativa e voluntária dos colaboradores; e (ii) a concretização de ações de apoio, designadamente através da disponibilização de viagens, com o objetivo de proporcionar experiências ferroviárias.



A CP desenvolve também um conjunto de ações mais específicas, que incluem a entrega e recolha de bens, a realização de campos de férias, a execução de testes ao *site* por Clientes e Pessoas com Necessidades Específicas, a participação em campanhas de âmbito social e de promoção dos direitos humanos (contra o tráfico humano e a violência sobre as mulheres, e ações de apoio à crise humanitária), a atribuição de donativos, bem como iniciativas de voluntariado corporativo e de competências. Integra ainda o apoio com viagens destinadas à promoção ambiental, em colaboração com entidades que trabalham esta temática.

Estas ações, além do seu impacto comunitário, implicaram custos operacionais que foram diretamente suportados pela organização.

		
19 691€	46 955 €	636 viagens
Apoios financeiros previstos em protocolos regulares, destinados a projetos de inclusão social, cidadania, desporto e apoio comunitário.	Divulgação de campanhas e iniciativas de entidades externas (canais CP).	Apoios em viagens/vouchers.

Em linha com as preocupações e respeito pelos direitos humanos destaca-se a iniciativa “Dá Luz Verde à Saúde Mental”, que funciona como um espaço de diálogo e informação, através de um programa de rádio e ações de sensibilização dirigidas à comunidade.

A CP divulgou a campanha nos seus canais internos, e realizou uma sessão online aberta a todos os trabalhadores no [Dia Mundial da Saúde Mental](#), tendo contado com a participação de 60 pessoas. Apoiou também a sua divulgação com a colocação de 311 cartazes nos seus comboios, no valor de 6 220€, ampliando a visibilidade da mensagem junto da comunidade:

“Dá Luz Verde à Saúde Mental”

Iniciativa, promovida pela ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a importância da saúde mental, combater o estigma e reforçar os direitos humanos das pessoas com doença mental.



Adicionalmente, a CP estabelece protocolos com institutos de formação profissional, como o [Instituto Politécnico de Tomar](#) e a [ATEC - Academia de Formação](#), no âmbito dos quais foram realizados 45 estágios curriculares, 2 estágios de verão e 2 estágios profissionais. Estes estágios são sinónimo do compromisso do Grupo com a formação e inclusão nos diversos grupos sociais, proporcionando experiências práticas, acompanhamento técnico e a oportunidade de transição para o mercado de trabalho.

Relatório de Sustentabilidade 2025

A empresa define também metas que orientam a sua atuação futura neste domínio e acompanha anualmente a execução das suas ações através de indicadores operacionais consolidados. Apesar de ainda não existirem metas específicas, mensuráveis e formalmente aprovadas, para as comunidades afetadas, está previsto o desenvolvimento desta temática em 2026.



Em 2025, a CP monitorizou semestralmente o seguinte conjunto de metas:

150 solicitações de apoio por parte de entidades externas

Resultado 2025: 140

200 participantes em sessões Teams para colaboradores CP

Resultado 2025: 213

50 entidades apoiadas

Resultado 2025: 61

82% de automotoras preparadas para acesso de clientes em cadeira de rodas (embarque e desembarque)

Resultado 2025: 82%

Atingir 4% de estações do serviço intercidades (IC) e inter-regional (IR) que permitem acesso de clientes em cadeira de rodas (embarque e desembarque)

Resultado 2025: Estações IC - 30,09%; Estações IR - 23,33%

Atingir 8 000 visualizações dos acordos para trabalhadores publicados na *intranet*

Resultado 2025: 17 413

113 participantes em ações de voluntariado CP

Resultado 2025: 60

4 800 pedidos SIM (clientes com necessidades específicas)

Resultado 2025: 3 851

Atingir 25 bilheteiras acessíveis a clientes com cadeira de rodas

Resultado 2025: 27

Por fim, importa destacar que a CP se encontra a desenvolver uma **Política de Responsabilidade Social**, que irá estabelecer os compromissos, modelo de gestão, metodologias de comunicação com *stakeholders*, e abordagens de atuação, alinhada com a CSRD, normas ESRS e os ODS. A implementação desta política está prevista para o segundo semestre de 2026.

Clientes e utilizadores finais

[ESRS 2 IRO-1]

A atividade do Grupo CP, enquanto principal prestador de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, tem um impacto direto nos seus clientes e utilizadores, que recorrem diariamente aos seus serviços para satisfazer diversas necessidades de mobilidade no seu quotidiano. Decorrente da sua importância para a sociedade em geral, garantir um serviço acessível, seguro, fiável e de qualidade constitui não apenas um objetivo da empresa, mas também um compromisso social fundamental.

O Grupo CP reconhece que os clientes e utilizadores finais são parte interessada central da sua atividade e que a sua satisfação e confiança dependem da forma como os serviços lhes são entregues. Nesse sentido, a abordagem da CP procura assegurar a igualdade de acesso ao transporte ferroviário, a não discriminação e a adaptação progressiva das infraestruturas e dos serviços às diferentes necessidades dos clientes e utilizadores finais, incluindo pessoas com mobilidade reduzida.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Uma perceção negativa da imagem da organização por parte das partes interessadas pode minar a confiança, fragilizar relações e reduzir o apoio a iniciativas estratégicas.	R	OP	■ □ □
	Disponer de informação em tempo real, acessível através de aplicações móveis, painéis informativos e avisos multimodais, melhora substancialmente a experiência do passageiro, aumentando os níveis de satisfação e reforçando a fidelização, uma vez que reduz a incerteza, facilita a tomada de decisões e transmite maior confiança no serviço.	O	J	■ □ □
Inclusão social de consumidores e/ou utilizadores finais	Medidas de acessibilidade, como opções de bilhética adaptadas, veículos acessíveis e instalações sem barreiras, garantem que pessoas com limitações físicas ou cognitivas possam utilizar os serviços de transporte sem obstáculos. Uma cadeia de mobilidade totalmente integrada melhora ainda mais a experiência de viagem para todos os utilizadores.	I+	J	☑
	Alterações na oferta ferroviária, como frequência, paragens ou ligações, podem influenciar a atratividade e a valorização ou desvalorização de zonas residenciais e comerciais. Reduções de serviço podem contribuir para a perda de dinamismo económico local e para um maior isolamento das comunidades periféricas.	I-	OP; J	☑
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	O aumento da segurança dos serviços de transporte público pode ser alcançado através da modernização dos veículos, do investimento em investigação e desenvolvimento e da implementação de medidas eficazes de gestão da segurança nas operações de transporte local.	I+	J	☑
	Incidentes de segurança envolvendo infraestruturas ferroviárias, incluindo passagens de nível, podem comprometer a saúde e a segurança dos utilizadores, reduzir a qualidade do serviço e gerar custos operacionais ou legais adicionais.	R	OP	■ □ □

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■ □ □ Potencial a curto prazo ■ □ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ Potencial a longo prazo

Envolvimento Consumidores e Utilizadores Finais

[S4-1; S4-2; S4-3; S4-4]

A gestão da relação com consumidores e utilizadores finais do Grupo CP é enquadrada por um conjunto de políticas e instrumentos internos que estabelecem princípios, regras e procedimentos claros, alinhados com as orientações para os serviços públicos e as melhores práticas do setor.

No desenvolvimento destas políticas são considerados os interesses das principais partes interessadas com base no respetivo *feedback*, em articulação com os objetivos e prioridades estratégicas da empresa.

Neste contexto destacam-se, entre outras:

Condições Gerais de Transporte da CP - condições gerais do transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia e velocípedes em comboios da CP, definidas pela CP e notificadas à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes;

Política de Atenção ao Cliente - define critérios comerciais destinados a compensar os clientes em situações em que o serviço prestado não corresponde aos padrões expectáveis, nos casos não abrangidos pelas Condições Gerais de Transporte da CP ou quando estas se revelem mais restritivas;

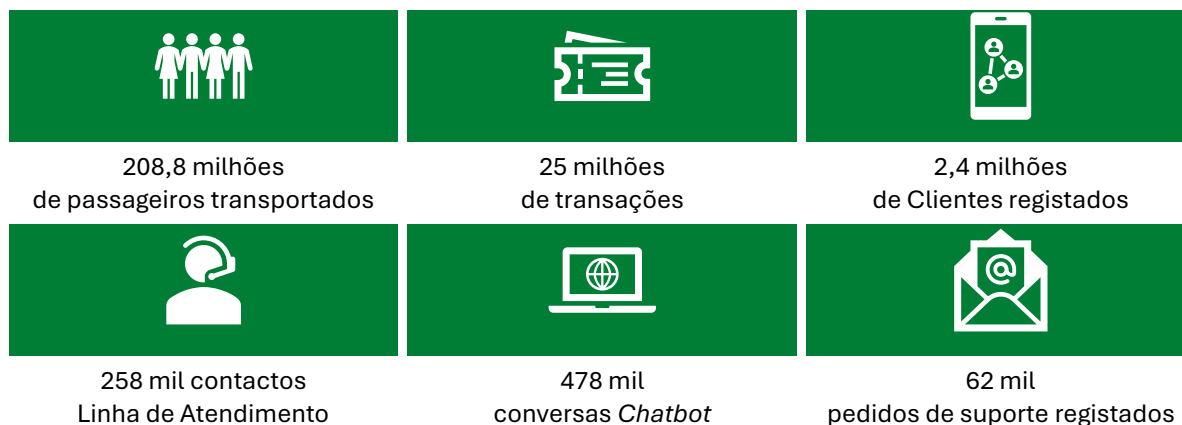
Política de Pós-Venda CP - estabelece os procedimentos aplicáveis a reembolsos, trocas e revalidações;

Serviço Integrado de Mobilidade (SIM) - define as regras para a prestação de apoio no embarque e desembarque de Clientes com Necessidades Específicas, promovendo a acessibilidade e a inclusão no transporte ferroviário;

E ainda a **Política de Canais de Venda** que se encontra atualmente em fase de elaboração.

Estas políticas e instrumentos são aprovados pelo Conselho de Administração e divulgadas internamente. A comunicação com os clientes é assegurada de forma articulada pela Direção Comercial (DCO), responsável pela gestão da informação ao cliente, pela Linha de Atendimento e serviços de *front-office*, designadamente bilheteiras, Gabinetes de Apoio ao Cliente e revisores, e pela Direção de Marketing e Comunicação (DMK), que assegura as campanhas de comunicação e a gestão dos canais de comunicação externa, nomeadamente o site institucional, a *App* CP e as redes sociais.

Verifica-se um reforço da importância de uma comunicação eficaz e de uma relação de proximidade com o cliente, sustentadas na gestão articulada dos conteúdos e dos diversos canais de contacto disponibilizados.



A empresa tem vindo a investir em digitalização, inovação tecnológica e melhoria da experiência do cliente, através de sistemas de informação avançados, de soluções de bilhética digital, de otimização da gestão da frota e modernização operacional, e do CRM (*Customer Relationship Management*). Nesse sentido, ao longo do ano de reporte foram implementadas diversas novas ações, como melhoria de processos existentes ou desenvolvimento de sugestões apresentadas por clientes e utilizadores finais.

Principais Ações 2025		
Implementação de novo fornecedor de serviços da Linha de Atendimento desde 01 de janeiro 2025	Lançamento do <i>Chatbot</i> – <i>WhatsApp</i> e desenvolvimento de Inteligência Artificial (IA) na construção de respostas	Novo fornecedor do serviço de cafetaria e bares, no Alfa Pendular e Intercidades
Conclusão da instalação de 304 novas máquinas de venda automática e instalação de novos validadores, na Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Aumento da segurança com a implementação do sistema de laço de portas nas Carruagens Intercidades	Disponibilização do Cartão CP em formato digital para o Passe Ferroviário Verde
Implementação de uma nova <i>gateway</i> de pagamentos	Lançamento de novo <i>site</i> e nova <i>app</i> CP	Reabertura da Linha da Beira Alta
Extensão do tarifário Andante à Linha do Vouga	Atingidos os 21 dias de tempo médio de resposta a pedidos de suporte, no final do ano	Reabertura ao serviço da Linha de Leixões

De modo a estar mais próxima das necessidades dos passageiros, a CP dinamiza campanhas, estabelece parcerias e disponibiliza horários alargados e especiais em diversos eventos e datas comemorativas, ao longo do ano:



O desempenho nesta área, é orientada por um conjunto de metas que visam reforçar a qualidade do serviço, a eficácia da comunicação e a proximidade com os clientes.



Conclusão do Projeto Customer Relationship Management (CRM) com a implementação da vertente Cliente Coletivo.

Informação em Tempo Real via notificação do cliente, de forma proativa, sempre que se verifica alteração ao serviço.

Disponibilizar um atendimento telefónico VoiceBot sem espera em linha e com resposta mais completa, margem de fiabilidade maior e mensurável pela CP, disponível 24/7.

Novo processo de objetos abandonados, com recurso a plataforma externa e criação de modelo de negócio.

Nova Política de Atenção ao Cliente.

Nova informação ao cliente via modernização dos expositores físicos, displays digitais e pontos de informação.

Confiança e segurança

As perspetivas dos clientes e utilizadores finais influenciam de forma contínua a atuação do Grupo, constituindo um *input* relevante para a identificação de oportunidades de melhoria e ajustamento dos serviços, bem como para a definição e adequação dos conteúdos das comunicações ao público, nomeadamente em situações de alteração do serviço.



No que respeita à comunicação das preocupações e/ou necessidades, por parte dos clientes, a CP disponibiliza mecanismos de sugestões e reclamações através dos seguintes canais:

- Formulário digital disponível no site;
- Livro de Reclamações (físico e eletrónico);
- Menos frequentemente, por carta, e-mails e formulários (para pedidos de reembolso que impliquem a entrega do título original de transporte).



21

dias de tempo médio de resposta a pedidos de suporte



59 milhões

de emails enviados a clientes

Ainda que não sejam considerados canais de reclamação, a Linha de Atendimento e as publicações nas redes sociais recolhem também algumas das preocupações dos clientes.

Adicionalmente, os clientes e utilizadores finais dos serviços da CP podem recorrer, nos termos legais, a canais de denúncia externos, designadamente: ao [Mecanismo Nacional Anticorrupção](#) (MENAC), ao Ministério Público, quando aplicável, ou outras autoridades competentes previstas na lei, que garantem a sua proteção.

A informação recolhida nos vários canais é sistematicamente analisada, permitindo à CP identificar oportunidades de melhoria e introduzir ajustamentos às condições de prestação do serviço, reforçando a capacidade de prevenir impactos futuros e melhorar a experiência do cliente.

As conclusões deste processo são posteriormente comunicadas aos clientes, assegurando uma comunicação bidirecional e personalizada.

A comunicação externa da empresa utiliza múltiplos meios: publicações no *site*, *Chatbot*, Linha de Atendimento, Gabinetes de Apoio ao Cliente, *mailing* para a base de dados de clientes registados, afixação de informação nas bilheteiras, assim como resposta direta aos pontos partilhados via redes sociais.

A empresa dispõe de mecanismos formais e estruturados para identificar, analisar e remediar impactos negativos sobre clientes e utilizadores finais, assegurando uma resposta eficaz e orientada para a resolução das situações ocorridas. Este enquadramento é complementado pela Política de Atenção ao Cliente, que estabelece critérios aplicáveis à compensação de clientes, designadamente através de reembolsos ou outras formas de compensação, sempre que o serviço prestado não corresponda aos padrões expectáveis.

Em termos gerais, sempre que ocorre um incidente com impacto negativo como falhas de serviço, atrasos ou supressões de circulação ou outras falhas ocorrências que afetem a experiência do cliente, a CP promove a sua análise através do Sistema de Gestão de Pedidos de Suporte, que integra reclamações, pedidos de informação, sugestões e pedidos de reembolso.

Este sistema assegura o registo e tratamento centralizado dos pedidos, suportado por plataforma CRM, permitindo não apenas dar resposta às situações concretas, mas também identificar causas, implementar medidas corretivas e prevenir a repetição de ocorrências, numa lógica de melhoria contínua.

O processo materializa-se através de diferentes tipos de ações, consoante a natureza e gravidade do impacto, incluindo:

- Resposta formal ao cliente e esclarecimento da ocorrência;
- Correção da situação identificada, sempre que aplicável;
- Atribuição de compensações ou reembolsos, nomeadamente em casos de atraso ou supressão;
- Implementação de medidas de mitigação e melhoria do serviço, decorrentes da análise das reclamações.

O tratamento das situações reportadas envolve a articulação entre as diferentes áreas internas responsáveis pelo serviço prestado, garantindo uma abordagem transversal e integrada. Sempre que aplicável, a CP articula também com entidades externas ou parceiros envolvidos na prestação do serviço, assegurando uma resposta coordenada e eficaz na resolução das situações que afetem os consumidores.

A CP mede e analisa anualmente a satisfação dos seus clientes, através da realização de inquéritos que incidem sobre os aspetos mais relevantes para os clientes, bem como a sua influência na fidelização e na satisfação global com o serviço prestado. Estes estudos, permitem recolher informação sobre a experiência do cliente, à empresa identificar as principais áreas de preocupação ou insatisfação e desenvolver ações de melhoria com base nas prioridades manifestadas.



6,3

Índice de satisfação global
com o serviço prestado
2025

O índice de satisfação global com o serviço prestado corresponde a um indicador ponderado, calculado com base no peso relativo dos índices de satisfação global de cada um dos serviços da CP (Alfa Pendular, Intercidades, Regionais, Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra).

No setor do transporte ferroviário de passageiros, que assegura diariamente a mobilidade de milhões de pessoas, a segurança física dos consumidores e utilizadores finais constitui um elemento central da confiança no serviço prestado. Garantir viagens seguras, fiáveis e acessíveis é uma responsabilidade fundamental de qualquer operador ferroviário e um pilar essencial da sua atuação.

Neste contexto, a CP assume a segurança como um eixo fundamental da sua atuação, integrando-a de forma consistente nas decisões da gestão e na condução da sua atividade. A empresa orienta a sua atuação pelo cumprimento rigoroso do enquadramento legal e regulamentar aplicável, a nível nacional e europeu, complementando-o com a adoção de práticas de referência e com a promoção permanente de comportamentos seguros em toda a organização.

A segurança dos passageiros assume uma relevância material, dado o potencial impacto que incidentes, acidentes ou falhas operacionais podem ter na integridade física, no bem-estar e na confiança dos utilizadores. A proteção da vida e da saúde dos passageiros é, por isso, um princípio transversal a toda a atividade da empresa, influenciando decisões estratégicas, operacionais e de investimento.

Deste modo, a CP dispõe de um **Sistema de Gestão de Segurança (SGS)**, o qual tem vindo a ser progressivamente reforçado e alinhado com o enquadramento europeu. A [Diretiva \(EU\) 2016/798](#), transposta para o ordenamento jurídico nacional pelo [Decreto-Lei nº 85/2020](#), veio consolidar este enquadramento, atribuindo às empresas ferroviárias a responsabilidade pela segurança das operações e às entidades responsáveis pela manutenção (ERM) a responsabilidade de assegurar a manutenção do material circulante em condições de segurança.

O SGS tem como finalidade assegurar que a empresa exerce a sua atividade de forma segura, num contexto ferroviário exigente, que envolve a interação com a infraestrutura, outros operadores e com diversos prestadores de serviços, exigindo o cumprimento rigoroso das responsabilidades em matéria de segurança.

Este sistema permite uma gestão organizada dos riscos associados tanto às atividades da empresa como às suas interfaces com outras entidades do sistema ferroviário, contribuindo para a prevenção de ocorrências e para o reforço contínuo da segurança operacional.

A gestão de riscos na CP assenta num processo contínuo de monitorização e melhoria, estruturado em três dimensões complementares: técnica (equipamentos e meios), humana (competências, formação e envolvimento das pessoas com funções relevantes para a segurança) e organizacional (métodos e procedimentos que asseguram a coordenação das atividades). Este modelo visa garantir a identificação, prevenção e mitigação dos riscos com potencial impacto nos clientes e utilizadores finais, assegurando a proteção da sua segurança, bem-estar e confiança no serviço prestado.

A CP avalia de forma estruturada as ocorrências operacionais com base na probabilidade e gravidade dos seus efeitos. Este processo é suportado pelo Sistema Integrado de Risco e Segurança (SIRISE), que permite identificar os riscos mais críticos e definir as respetivas medidas de mitigação.

Este enquadramento é complementado pela análise sistemática de ocorrências, auditorias, inspeções e investigações a acidentes, assegurando uma abordagem preventiva, orientada para a melhoria contínua e para a mitigação de impactos que possam afetar os clientes e utilizadores finais ao longo da cadeia de prestação do serviço.

A abordagem da CP à segurança vai além da observância dos requisitos formais, assentando numa lógica de prevenção, aprendizagem contínua e melhoria constante dos seus sistemas, processos e práticas. Neste âmbito, a empresa reconhece o valor da participação ativa dos seus *stakeholders*, incentivando a partilha de sugestões, observações e oportunidades de melhoria por parte dos passageiros, operadores, parceiros, fornecedores e trabalhadores, bem como das entidades que os representam.

No âmbito do seu SGS, a CP compromete-se a:

1. Incentivar comportamentos seguros, promovendo a comunicação de ocorrências, a divulgação clara das regras de segurança e a sensibilização para a importância de atuar de forma responsável

2. Reforçar a segurança de forma contínua através da definição de metas periódicas, da identificação e acompanhamento dos riscos, bem como da realização de verificações no terreno e ações de controlo

3. Análise antecipada dos potenciais impactos na segurança resultantes de alterações técnicas, operacionais ou organizacionais no sistema ferroviário

4. Assegurar o cumprimento sistemático da legislação e de outros requisitos aplicáveis em matéria de segurança

5. Garantia da compreensão do papel da segurança, na simplificação de procedimentos e documentação para tornar a sua aplicação mais eficaz

6. Integração de princípios associados aos fatores humanos e organizacionais, reconhecendo a sua influência determinante na segurança ferroviária

7. Assegurar formação adequada e avaliação regular dos profissionais com responsabilidades em matérias de segurança

8. Garantia do material circulante em condições técnicas adequadas, assegurando a sua fiabilidade através de planos de manutenção rigorosos e operação conforme as regras aplicáveis


9. Garantir que instalações e equipamentos acessíveis a passageiros, trabalhadores e prestadores de serviços não põem em causa a sua segurança

10. Assegurar padrões e requisitos necessários ao cumprimento das regras de segurança, entre prestadores de serviços, nomeadamente no material circulante, manutenção, infraestruturas e proteção de pessoas e bens

A proteção dos consumidores e utilizadores finais não se limita à segurança do material circulante e à fiabilidade das operações, dependendo igualmente da existência de condições adequadas de vigilância e controlo dos serviços ferroviários. Num contexto de elevada afluência e utilização diária por um grande número de passageiros, a prevenção de comportamentos ilícitos assume uma relevância central para a efetiva garantia de segurança.

A vigilância desempenha um papel essencial na dissuasão e resposta a situações como agressões, furtos ou outros incidentes suscetíveis de comprometer a integridade física e o bem-estar dos passageiros. A presença de meios humanos e tecnológicos de vigilância contribui para um ambiente mais seguro, aumenta a rapidez de atuação perante incidentes e reforça a confiança dos consumidores no serviço prestado.

Neste sentido, a CP tem vindo a implementar um conjunto de medidas para a vigilância e segurança:

 Medidas e ações implementadas	
Tema	Medida
Vigilância dos serviços	Definição e acompanhamento dos serviços de vigilância nas instalações e no material circulante, garantindo a sua adequação ao nível de risco.
Reforço de meios de segurança	Ajuste dos recursos de vigilância em locais e períodos críticos, incluindo estações, parques de material, parques oficiais e linhas com maior afluência.
Prevenção de incidentes	Implementação de medidas dissuasoras e de resposta rápida para reduzir ocorrências como agressões, furtos, roubos e atos de vandalismo.
Articulação com forças de segurança	Cooperação permanente com as autoridades policiais para intervenção célere em situações de risco e reforço da segurança operacional.
Gestão de riscos específicos	Avaliação contínua dos riscos para pessoas e bens, com reforço de vigilância em contextos de maior concentração de passageiros, como eventos culturais ou desportivos.

Num contexto de crescente digitalização dos sistemas de operação e de suporte ao negócio, a CP reconhece que a segurança digital constitui um elemento crítico da segurança global dos seus passageiros, pelo que importa apostar na resiliência da empresa e garantir a proteção de dados e a prestação contínua e segura dos vários serviços, mantendo, assim, a confiança dos clientes e utilizadores finais.

A cibersegurança na CP encontra-se alinhada com o enquadramento legal e regulamentar aplicável e com os referenciais nacionais em matéria de proteção do ciberespaço.

Foram desenvolvidas iniciativas orientadas para a prevenção, deteção e resposta a incidentes, com especial foco no fator humano, reconhecido como um dos principais vetores de risco. Destacam-se:

- **Ações de formação e sensibilização** dirigidas à gestão de topo, a colaboradores com funções críticas e a novos trabalhadores, promovendo boas práticas de ciber-higiene, utilização segura de sistemas e maior capacidade de reconhecimento de ameaças como o *phishing*;
- **Reforço de medidas técnicas e organizacionais**, incluindo a adoção progressiva de autenticação multifatorial, a correção sistemática de vulnerabilidades detetadas, a melhoria da segurança física das infraestruturas digitais e a atualização de políticas e procedimentos de segurança da informação, acompanhando a evolução do enquadramento legal europeu e nacional

Como próximos passos, a CP prevê dar continuidade ao reforço da cultura de cibersegurança, aprofundando a integração de boas práticas em toda a organização, assegurando a conformidade com os novos requisitos legais decorrentes da transposição da [Diretiva \(UE\) 2022/2555 - NIS 2 \(Network & Information Systems\)](#), transposta para Portugal através do [Decreto-Lei n.º 125/2025](#) e alinhando-se com referenciais internacionais em matéria de segurança da informação.

Estas medidas contribuem para uma capacidade elevada de monitorização e resposta, permitindo a deteção precoce de ameaças e a mitigação eficaz de incidentes.

Inclusão e acessibilidade

A CP disponibiliza mecanismos específicos dirigidos a **Clientes com Necessidades Específicas (CNE)**, incorporando o contributo do **Conselheiro para CNE**, cuja articulação é assegurada pela Direção de Sustentabilidade-Responsabilidade Social. Este modelo permite integrar, de forma estruturada, as preocupações e necessidades de grupos potencialmente mais vulneráveis nas operações do Grupo.

Em 2025, o Conselheiro para CNE representou a CP em iniciativas relevantes no domínio da mobilidade e acessibilidade, destacando-se a participação na III Edição do Fórum Mobilidade & Transportes 2025, no painel dedicado à inclusão de pessoas com deficiência, no evento *AccessibleEU Portugal – Turismo Cultural e Acessibilidade: Construir Experiências Inclusivas*, e no evento *International Transport Forum*, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), onde foi apresentado projeto dos elevadores da série 2240. O Conselheiro integra ainda a nova Rede Europeia de Embaixadores para a Inclusão e Diversidade nos Transportes, promovida pela Comissão Europeia, que visa contribuir para um setor dos transportes mais inclusivo, quer ao nível do emprego, quer da utilização dos serviços.

A CP tem ainda participado em outras iniciativas internacionais no domínio da acessibilidade no setor ferroviário, que visam a adoção de soluções orientadas para uma mobilidade mais inclusiva, sublinhando-se a sua presença no grupo europeu [UIC PASSAGE](#) (*Passenger Assistance System for Seamless Access and Guidance for Everyone*).

No domínio institucional, a CP participa no *Cluster DEI*, do GRACE, grupo de trabalho colaborativo que promove a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas no domínio da diversidade, equidade e inclusão, contribuindo desta forma para o reforço de culturas organizacionais alinhadas com princípios ESG.

Ao longo do ano procedeu-se à revisão do [Serviço Integrado de Mobilidade](#) (SIM) com vista a aprimorar a experiência dos utilizadores finais e a sensibilizar as equipas para as suas necessidades. Em 2025, registaram-se 3 949 pedidos, face aos 4 162 verificados em 2024. Esta redução leva a uma reflexão estratégica por parte da CP, que se encontra a trabalhar no sentido de reafirmar a confiança deste tipo de clientes.

Serviço Integrado de Mobilidade (SIM)



É um serviço disponibilizado pela CP pela Linha de Atendimento (808 100 746), dos Gabinetes de Apoio ao Cliente ou através de um Formulário de Requisição SIM no site institucional, com o objetivo de Clientes com Necessidades Específicas. O serviço está disponível 24 horas por dia e em todos os dias do ano.

Este serviço assegura dois tipos de assistência que são definidos em função das necessidades do passageiro: assistência a passageiros em cadeira de rodas e com outras necessidades específicas.

O Conselheiro para CNE da CP é o **único Especialista Nacional em Acessibilidade em Portugal**, destacando a empresa como referência em mobilidade inclusiva e responsabilidade social



8.

Governance



8. Governance

Conduta empresarial

[ESRS 2 IRO-1]

A CP pauta a sua conduta por uma postura de rigor, transparência, imparcialidade e justiça, quer na forma como desenvolve as suas atividades e operações, quer na relação que estabelece com os seus *stakeholders*.

A reputação e a credibilidade da CP, ativos estratégicos da organização, estão intrinsecamente ligadas à atuação dos seus órgãos de governação e dos seus trabalhadores, tanto no âmbito interno como no contacto com parceiros externos. Nesse sentido, a CP está empenhada em realizar os seus negócios e desenvolver relações comerciais com integridade e profissionalismo, cumprindo com a legislação aplicável, aplicando as melhores práticas nacionais e internacionais e indo ao encontro dos compromissos assumidos, de forma transversal na sua cadeia de valor.

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de Valor	Real/Potencial
Cultura empresarial	Estabelecer responsabilidades claras e estruturas bem definidas, como políticas e manuais organizacionais, apoia uma atuação coordenada alinhada com os valores da organização e com os seus objetivos estratégicos.	I+	OP	☑
	Contrariamente ao que é exigido pela regulamentação, a anonimidade dos denunciadores pode ser comprometida, e podem ser tomadas ações retaliatórias indevidas contra eles, criando riscos significativos para quem reporta irregularidades.	I-	OP	■ □ □
	A implementação de um programa de ética robusto, aliado a um canal de denúncia seguro e protegido e a práticas de transparência nos contratos, contribui para reduzir riscos legais, reputacionais e operacionais. Estes mecanismos fortalecem a confiança interna e externa, demonstram boas práticas de governação e melhoram o desempenho da empresa em concursos públicos e privados, onde critérios de integridade e <i>compliance</i> são cada vez mais valorizados.	O	OP	■ □ □
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	O apoio proativo, a cooperação aberta e a existência de diretrizes claras e uniformes reforçam o compromisso dos fornecedores. Estes fatores melhoram o cumprimento das especificações, promovem parcerias sustentáveis e oferecem aos fornecedores maior segurança de planeamento e estabilidade económica.	I+	OP	☑

Legenda

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade

OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ■ □ □ Potencial a curto prazo ■ □ □ Potencial a médio prazo ■ ■ ■ Potencial a longo prazo


Cultura de ética, transparência e responsabilidade

[G1-1; G1-2; G1-3; G1-4]

A ética, a responsabilidade, o cumprimento regulatório e a prevenção de riscos são asseguradas por um conjunto integrado de políticas e sistemas que orientam a atuação da CP, fortalecendo a cultura interna e promovendo uma gestão assertiva, alinhada com o interesse público e com padrões elevados de conduta empresarial.

Este quadro inclui um Código Ética e Conduta, programas contínuos de formação e sensibilização para todos os trabalhadores, mecanismos de reporte e canais de denúncia confidenciais.


A CP possui políticas anticorrupção e antissuborno alinhadas com a [Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção](#) (UNCAC), operacionalizadas através do [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#) (PPRCIC) e do [Código de Ética e de Conduta do Grupo CP](#). Estes instrumentos estabelecem regras de prevenção, deteção e resposta a riscos de corrupção, incluindo mecanismos de controlo interno, canal de denúncias, gestão de conflitos de interesse e restrições à aceitação de ofertas e vantagens indevidas.

	<h3>Código de Ética e Conduta do Grupo CP</h3>	
<p>Define os 13 princípios de ética do Grupo CP, celebrando os valores dos quais a organização se rege e os quais todos os trabalhadores devem assumir como seus.</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Princípio da Legalidade; ● Princípio da Prossecução do Interesse Público; ● Princípio da Igualdade e Não Discriminação; ● Princípio da Colaboração e Boa Fé; ● Princípio da Lealdade; ● Princípio da Imparcialidade; ● Princípio da Integridade; 		<ul style="list-style-type: none"> ● Princípio da Proporcionalidade; ● Princípio da Prestação de Informação de Qualidade; ● Princípio da Competência e Responsabilidade; ● Princípio da Urbanidade; ● Princípio do Respeito Interinstitucional; ● Princípio da Proteção e Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental.

Complementarmente, apresenta as normas gerais de conduta do Grupo, nomeadamente em relações de ambiente organizacional, proteção de dados pessoais, política de ofertas, prevenção de conflitos de interesse, combate à corrupção, contributo para a imagem reputacional, prevenção de incompatibilidades e processo de denúncia de infrações, entre outros temas relevantes.

O Código foi revisto em 2025, garantindo assim a sua atualização face à regulamentação vigente e aos temas mais relevantes.

Para a melhor gestão destes temas, e seguindo as melhores práticas de *governance*, a CP mantém uma [Comissão de Ética](#), que abrange as várias empresas do Grupo.

	<h3>Comissão de Ética</h3>
<p>A sua principal missão é zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, promover a informação e as boas práticas nele contidas, esclarecer dúvidas sobre as matérias que aí estão contempladas e emitir pareceres sobre questões relacionadas com o seu cumprimento. Cuida também do incremento da ética no modelo de governo de cada uma das Empresas do Grupo CP.</p>	

A CP disponibiliza um **canal de denúncias** (*whistleblowing*), implementado ao abrigo do disposto no [Regime Geral de Prevenção da Corrupção](#) (RGPC) e do [Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações](#) (RGPDI), que permite aos seus trabalhadores apresentar denúncias de práticas ou suspeitas de violações ao Código. O canal é monitorizado por uma equipa especializada, que garante o devido tratamento das comunicações recebidas, bem como a confidencialidade e salvaguarda dos denunciantes.

No que respeita a denúncias por fornecedores e outros terceiros, nos termos do artigo 5.º da [Lei n.º 93/2021](#), podem igualmente beneficiar do regime de proteção de denunciante pessoas singulares que obtenham informação sobre infrações no âmbito de uma relação profissional com a CP, designadamente fornecedores, subcontratantes ou prestadores de serviços.

Tendo em conta que estes terceiros não dispõem de acesso ao canal interno, a CP assegura que:

- a inexistência de acesso ao canal interno não impede nem limita o exercício do direito de denúncia protegida;
- tais pessoas podem recorrer, nos termos legais, a canais de denúncia externa, designadamente:
 - ao [Mecanismo Nacional Anticorrupção](#) (MENAC - [+transparente](#));
 - ao [Ministério Público](#), quando aplicável;
 - ou a outras autoridades competentes previstas na lei.

Conscientes da importância do tema da proteção de dados e segurança da informação, a CP garante a aplicação rigorosa do [Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados](#) (RGPD) e a devida formação e sensibilização aos seus trabalhadores.

	Proteção de dados, privacidade e confiança
<p>Políticas de privacidade conforme o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados que asseguram confidencialidade, integridade e segurança dos dados pessoais dos clientes, trabalhadores e parceiros. A Política de Privacidade adotada em 2018 assegura tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais.</p>	

A responsabilidade para a gestão deste tema foi alinhada através da nomeação do [Encarregado de Proteção de Dados](#) (EPD), responsável pela formação e sensibilização interna, controlo do cumprimento do RGPD, realização de auditorias, avaliações de impacto e ponto de contacto com a [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#). Para além disso, é disponibilizado um canal dedicado para o exercício de direitos dos titulares de dados, garantido o acesso, retificação, eliminação e oposição ao tratamento de dados pessoais.

Este enquadramento normativo traduz-se, para além da sua manutenção e monitorização contínua, num conjunto de ações transversais às diferentes dimensões da conduta empresarial da empresa.

Revisão do procedimento de gestão de conflitos de interesse

Este protocolo estabelece orientações e responsabilidades relativas à existência de situações de conflito de interesses, no âmbito do RGPD, assegurando o preenchimento das declarações de existência ou inexistência de conflito de interesses nas situações em que for aplicável, reforçando os mecanismos de prevenção.





Trabalhadores abrangidos

- Membros do Conselho de Administração
- Dirigentes e trabalhadores que intervenham nos procedimentos abrangidos



Áreas de intervenção

- Contratação pública
- Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios
- Procedimentos sancionatórios

Implementação de Inteligência Artificial (IA) com princípios de uso ético, responsável e transparente

A utilização da IA nas organizações tem vindo a crescer de forma exponencial, suportada por uma inovação sustentável, traduzindo-se na melhoria da eficiência empresarial e do apoio à tomada de decisão. Sublinha-se que a utilização destas tecnologias deve respeitar princípios éticos, legais e organizacionais, em especial no que respeita à proteção de dados pessoais.

Neste enquadramento, a CP apresenta como eixo estratégico transversal a “Transformação Digital e Inovação” e avança na adoção de tecnologias de IA em múltiplas dimensões da sua atividade.

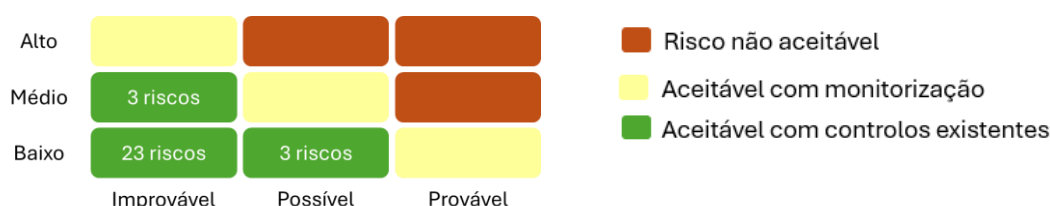
Entre as iniciativas, em curso ou planeadas, destacam-se:

- **Atendimento ao Cliente:** *ChatBot* e *VoiceBot* CP, disponíveis no *site* institucional, *App* e *WhatsApp*, assegurando atendimento automático (rápido e acessível) em tempo real;
- **Manutenção Digital:** Telemanutenção, Oficina Digital e Armazém Digital para monitorização remota, gestão inteligente e manutenção ágil;
- **Digital Train:** Infraestrutura a Bordo (IAB) e *Nextstop* para conectividade, informação em tempo real e operação inteligente;
- **Optimização de processos:** Adoção de uma Solução de Gestão Documental, migração para SAP 4/HANA com reengenharia de processos e implementação de tecnologia de Inteligência Artificial Generativa, garantindo maior automatização e inovação nos fluxos internos;
- **Bilhética integrada:** evolução para um ecossistema de bilhética inteligente e integrado e orientado para a mobilidade digital;
- **Preço Dinâmico:** gestão da capacidade instalada nos comboios AP otimizando a receita através de uma plataforma de inteligência competitiva;
- **Produção Digital:** Implementação de sistemas que suportem a produção de transportes nas vertentes Horários, Material Circulante, Pessoal Circulante e Pessoal Não Circulante e evolução para Centros Operacionais V2, assegurando maior integração, digitalização e capacidade de resposta;
- **CP Tempo Real:** Criação de uma Plataforma unificada de dados (Microsoft Fabric) e modernização da infraestrutura de TI para integrar sistemas e disponibilizar KPIs em tempo real, suportando decisões ágeis e baseadas em dados;
- **Ecodriving | Telecontagem de Energia:** Implementação de soluções de Ecodriving e Telecontagem de energia, promovendo eficiência energética e redução de custos operacionais.

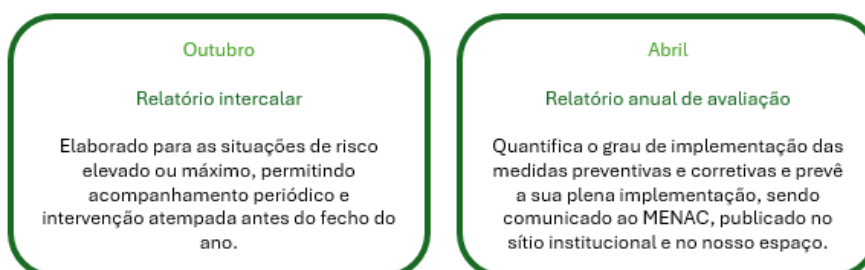
Gestão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)

A CP procede à avaliação quanto ao nível de risco de todas as atividades e processos da organização, incluindo a prestação do serviço ferroviário de passageiros. Este procedimento segue a metodologia NP ISO 31000:2018, estruturada em torno de dois eixos: a *probabilidade de ocorrência* e a *gravidade do impacto*. Cada risco é classificado numa escala de três níveis em cada eixo – baixo, médio ou alto – e o seu grau resulta no respetivo cruzamento.

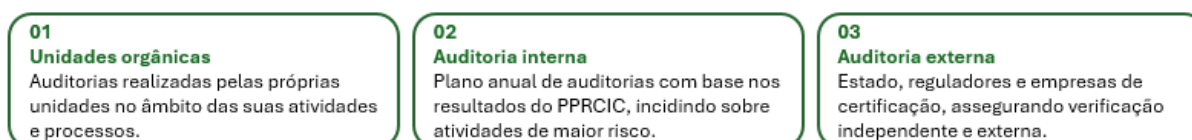
O Plano identifica 29 riscos de corrupção e infrações conexas transversais às diferentes unidades da empresa.



A eficácia das medidas implementadas é verificada de forma contínua e estruturada, através de um ciclo de monitorização que combina reporte periódico interno e independente. Este ciclo assegura que o Plano se mantém atualizado, que as medidas preventivas estão a produzir efeito e que potenciais lacunas são identificadas e corrigidas.



A avaliação da eficácia dos controlos é assegurada a três níveis, garantindo independência e abrangência na verificação:










O Plano é revisto a cada três anos ou sempre que se verifiquem alterações orgânicas relevantes.

Os riscos de corrupção e suborno incidem sobretudo sobre funções com poderes de decisão, contratação pública, gestão financeira e patrimonial, fiscalização e controlo, gestão de contratos e relacionamento com terceiros.

Importa ainda destacar que, para além destas políticas, procedimentos e ações, a CP compromete-se a aplicar outros referenciais, nomeadamente: NP ISO 9001 (Qualidade), NP ISO 14001 (Ambiente), NP ISO 45001 (SST), NP 4457:2021 (Inovação), NP ISO 55001 (Gestão de Ativos), e NP 30301 (Gestão da Informação), NP 4427 (Sistemas de Gestão de Pessoas), ISO 27001 (Segurança da Informação) e ISO 42001 (Inteligência Artificial), bem como a cumprir as Diretivas (UE) 2016/797 (Interoperabilidade) e (UE) 2016/798 (Segurança Ferroviária), os requisitos do Regulamento de Execução (UE) 2019/779, a legislação aplicável e a regulamentação do setor, incluindo compromissos voluntariamente assumidos.

A CP, em alinhamento com a sua Missão e Visão e consciente da sua responsabilidade empresarial e social, promove uma cultura organizacional assente na inovação, sustentabilidade e melhoria contínua, visando responder às expectativas dos seus clientes, trabalhadores e parceiros. A integração dos diversos **sistemas de gestão**, nomeadamente nas áreas de segurança, risco, gestão de ativos, inovação, manutenção e responsabilidade social, é assegurada através da estrutura de alto nível das normas aplicáveis, permitindo uma abordagem coerente e transversal.

Neste contexto, a CP reforça o seu compromisso com as melhores práticas e referenciais internacionais, encontrando-se certificada em diversas dimensões relevantes.

<p>O Sistema de Gestão de Segurança (SGS) da CP encontra-se implementado em conformidade com a Diretiva UE 2016/798 e legislação nacional aplicável, validada pelo Certificado de Segurança Único emitido pela Autoridade Nacional de Segurança.</p> 	<p>A "Prestação de Serviços de Reparação, Manutenção, Reabilitação, Modernização, Projeto, Modificação e Operações de Carrilamento de Material Circulante Ferroviário e Recondicionamento dos respetivos órgãos e equipamentos encontra-se certificada de acordo com a NP ISO 9001.</p> 	<p>O Grupo CP é detentor do certificado ERM conforme Regulamento UE 2019/779 para a manutenção e reparação de vagões, (incluindo vagões para transporte de matérias perigosas), equipamentos e máquinas de via, bem como para a manutenção e reparação de material circulante, motor e de passageiros.</p> 
<p>A CP foi a primeira empresa ferroviária europeia, de dimensão nacional, a obter a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade abrangendo os seus processos relevantes de acordo com a Norma NP ISO 9001.</p> 	<p>O Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros Urbanos, Regionais e de Longo Curso" está certificado de acordo com a NP ISO 9001.</p> 	<p>O Laboratório de Metrologia da CP está acreditado segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025, para realizar calibrações no âmbito dimensional, elétrico, momento e pressão.</p> 
<p>A CP encontra-se certificada pela norma NP 4427 Sistema de Gestão de Pessoal.</p> 		



No contexto da presente fase de transição para o reporte de sustentabilidade alinhado com a CSRD, a CP não tem ainda definidas metas quantitativas específicas para as áreas de conduta empresarial, ética e integridade, comprometendo-se a analisar e definir metas adequadas em ciclos de reporte futuros. Até à sua definição, a eficácia das políticas e ações é avaliada através do sistema de monitorização e controlo interno descrito abaixo.



Monitorização de conformidade legal e regulatória



Execução PRRCIC e medidas corretivas



Auditorias internas e externas aos sistemas de gestão



Análise de incidentes e não conformidades

Reporte interno aos órgãos de gestão

E, quando aplicável, a entidades externas competentes assegurando prestação de contas e alinhamento com a supervisão institucional.

A eficácia deste enquadramento reflete-se nos resultados do ano de reporte: não foram identificadas violações das leis de anticorrupção e antissuborno.

INFRAÇÕES IDENTIFICADAS

0

O montante total associado a infrações, sanções ou coimas foi igualmente nulo, refletindo a eficácia do modelo preventivo integrado na CP.

Gestão de fornecedores

[G1-6]

A gestão responsável da conduta empresarial estende-se igualmente à cadeia de fornecimento, materializando-se num quadro de governação robusto com critérios de seleção e práticas de pagamento transparentes e cumpridas de forma consistente, em conformidade com os prazos e condições contratuais acordados.

Os processos de contratação e seleção de fornecedores incorporam critérios legais, técnicos e de conformidade, incluindo requisitos relacionados com integridade, cumprimento normativo e prevenção de riscos de corrupção, nos termos da legislação aplicável.

Até à data, não existe um programa formal específico de formação ESG dedicado exclusivamente à função compras, sendo a atuação enquadrada pelos normativos legais e internos aplicáveis.

No que se refere ao envolvimento da CP na melhoria do desempenho ESG dos seus fornecedores, são promovidos, sempre que aplicável, requisitos de conformidade e de responsabilidade no âmbito das relações contratuais, incentivando a adoção de práticas alinhadas com os princípios de sustentabilidade.

A CP, que integra mais de 1 400 fornecedores, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos e aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, assegurando processos de contratação objetivos, imparciais e transparentes, com igualdade de tratamento entre fornecedores. Os contratos que ultrapassem os

cinco (5) milhões de euros ficam sujeitos a uma camada adicional de fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Procedimento de Competências Sustentáveis de Fornecedores

Define as competências que os fornecedores da CP devem cumprir em todas as contratações, abrangendo mais de 20 tipologias de fornecimento, organizado em três camadas de requisitos. Alinhado com a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), aplica-se integralmente a toda a estrutura orgânica da CP. Durante a execução dos contratos, a CP reserva-se o direito de realizar auditorias à gestão ambiental do fornecedor, incluindo ações de controlo pontual para verificação do cumprimento dos requisitos.



Requisitos ambientais

Gestão de resíduos, responsabilidade ambiental e conformidade com legislação aplicável, transversais a todos os contratos.

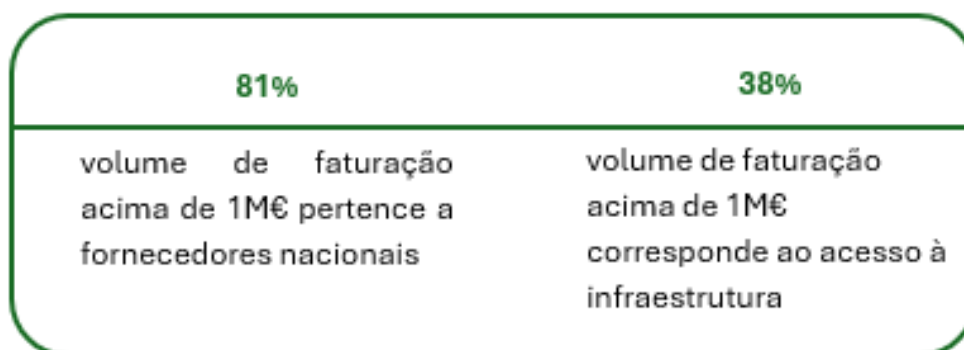
Requisitos de SST

Aptidão médica, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, formação técnica e normas de saúde e segurança no trabalho para todos os fornecedores.

Obrigações específicas

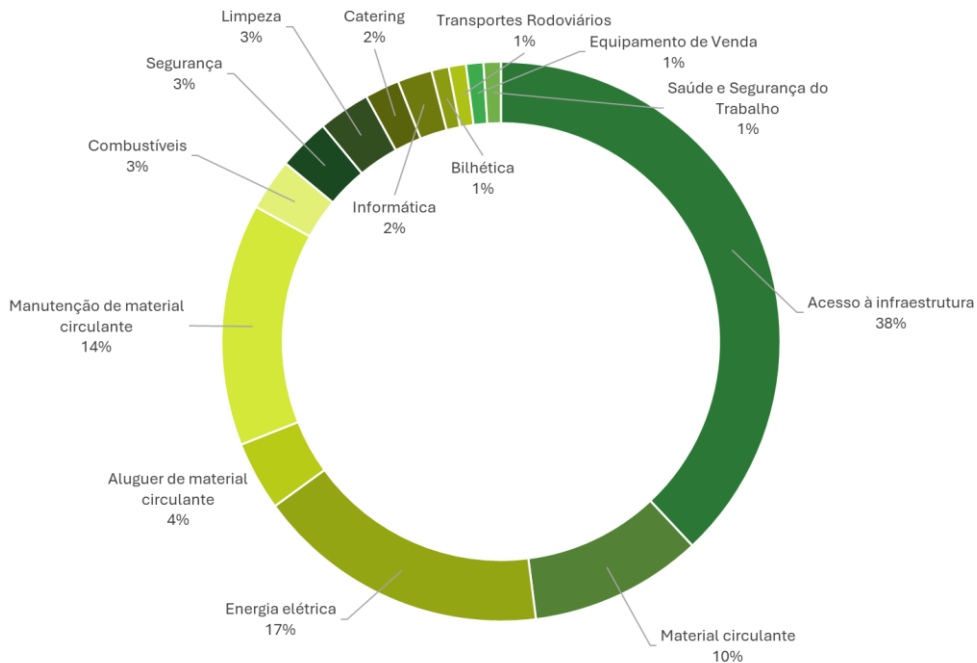
Requisitos adicionais por categoria de fornecimento, adaptados à especialidade e ao impacto ambiental de cada atividade.

A cadeia de fornecimento da CP caracteriza-se por uma forte presença nacional e por categorias de fornecimento diretamente ligadas às necessidades da operação ferroviária.

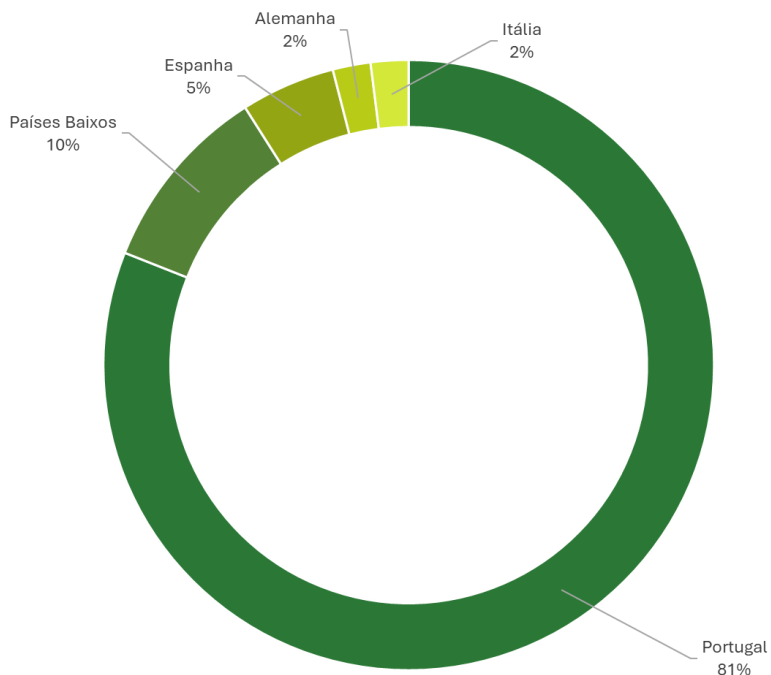


Os gráficos seguintes detalham a composição da cadeia de fornecimento por categoria e origem geográfica dos fornecedores.

Cadeia de fornecedores por categoria



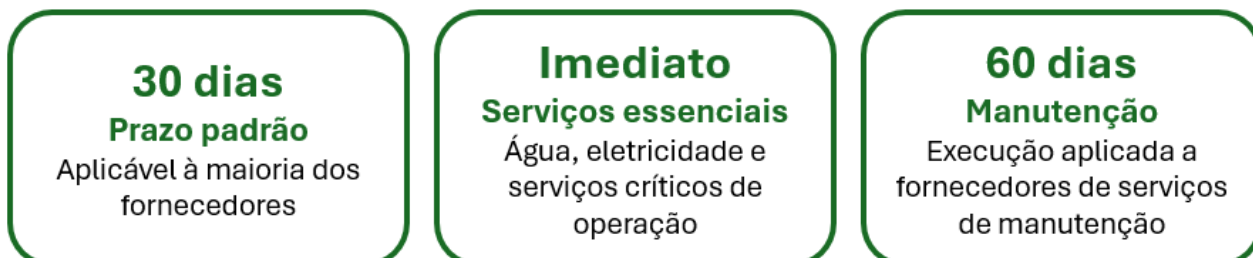
Nacionalidade dos fornecedores



O recurso a fornecedores de outras nacionalidades concentra-se essencialmente ao nível do material circulante, área de elevada especialização técnica com mercado predominantemente internacional.

A gestão responsável da cadeia de fornecimento traduz-se também em práticas de pagamento assentes em critérios uniformes, transparentes e consistentemente cumpridos.

27 dias Prazo médio de pagamento (PMP) em 2025



O **PMP** é calculado utilizando o saldo médio trimestral da dívida a fornecedores e o total anual de aquisições de bens, serviços e bens de capital. O prazo contratual ou legal inicia-se, regra geral, após a data de receção da fatura, conforme estipulado nas condições contratuais.



Não existem processos judiciais relacionais relacionados com atrasos de pagamento, reforçando a postura de cumprimento rigoroso das obrigações contratuais.

A informação de pagamentos encontra-se estruturada ao nível da ordem de compra e da fatura individual. A sua agregação por categoria de fornecedor requer a catalogação prévia do universo total de fornecedores e a recolha de dados por operação, processo que não foi possível assegurar dentro dos prazos de elaboração do presente relatório. Esta análise está identificada como melhoria para o próximo ciclo de reporte.

9.

Anexos



9. Anexos

Tabela de correspondência ESRS

Requisito de Divulgação		Localização
ESRS 2	Divulgações Gerais	
BP-1	Base para a preparação da declaração de sustentabilidade	Base de Elaboração p. 21
BP-2	Informação específica caso a entidade utilize opções de faseamento	Divulgações em relação a circunstâncias específicas p. 22
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	GOV-1 – Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão p. 24
GOV-2	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	GOV-2 – Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos p.24
GOV-3	Declaração sobre o dever de diligência	GOV-3 - Declaração sobre o dever de diligência p.26
GOV-4	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	GOV-4 – Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade p.27
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Estratégia de Sustentabilidade p.30
SBM-2	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i>	SBM-2 – Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> p.33
SBM-3 (exceto parágrafo 27)	Interação dos impactos, riscos e oportunidades materiais com a estratégia e modelo de negócio, e efeitos financeiros	SBM-3 – Interação dos impactos, riscos e oportunidades materiais com a estratégia e modelo de negócio, e efeitos financeiros p.30
IRO-1	Descrição do processo de identificação e avaliação de impactos, riscos e oportunidades materiais e da informação material a reportar	Análise de materialidade p.31
IRO-2	Impactos, riscos e oportunidades materiais e requisitos de divulgação incluídos na declaração de sustentabilidade	No início de cada capítulo material

Requisito de Divulgação		Localização
ESRS E1	Alterações Climáticas	
E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Adaptação e mitigação às alterações climáticas p.44
E1-2	Identificação de riscos relacionados com o clima e análise de cenários	Adaptação e mitigação às alterações climáticas p.44
E1-3	Resiliência face às alterações climáticas	Adaptação e mitigação às alterações climáticas p.46
E1-4	Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Adaptação e mitigação às alterações climáticas p.46
E1-5	Ações e recursos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Adaptação e mitigação às alterações climáticas p.46
E1-6	Metas relacionadas com as alterações climáticas	Pegada de carbono p.50
E1-7	Consumo energético e combinação de energia	Transição energética e eficiência p.47
E1-8	Emissões de GEE de âmbito 1, 2 e 3 (brutas)	Pegada de carbono p. 50
E1-9	Remoções de GEE e projetos de mitigação de GEE financiados através de créditos de carbono	Pegada de carbono p. 51
E1-10	Preço interno do carbono	Pegada de carbono p.51
E1-11 (apenas parágrafos 38 a) e b), e 39 a) e b))	Efeitos financeiros antecipados decorrentes de riscos físicos e de transição materiais e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	Pegada de carbono p.51
ESRS E2	Poluição	
E2-1	Políticas relacionadas com a poluição	Prevenção da poluição p.53
E2-2	Ações e recursos relacionados com a poluição	Prevenção da poluição p.54

Requisito de Divulgação		Localização
ESRS E2	Poluição	
E2-3	Metas relacionadas com a poluição	Prevenção da poluição p.57
E2-4	Poluição do ar, água e solo	Poluição do ar e da água p.55
ESRS E3	Água	Norma não considerada material derivado do processo de materialidade
ESRS E4	Biodiversidade e Ecossistemas	Norma não considerada material derivado do processo de materialidade
ESRS E5	Economia Circular e Uso de Recursos	Norma não considerada material derivado do processo de materialidade
ESRS S1	Mão-de-Obra Própria	
S1-1	Políticas relacionadas com a mão de obra própria	Envolvimento do Talento p. 60
S1-2	Envolvimento com a própria mão de obra e representantes dos colaboradores, existência de canais para a própria mão de obra apresentar as suas preocupações ou necessidade e abordagens de remediação	Envolvimento do Talento p. 61
S1-3	Ações e recursos relacionados com a mão de obra própria	Envolvimento do Talento p. 61
S1-4	Metas relacionadas com a mão de obra própria	Envolvimento do Talento p.61
S1-5	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	Pessoas CP p. 63
S1-6	Características dos trabalhadores não assalariados incluídos na própria mão de obra da empresa	Pessoas CP p. 63
S1-7	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	Pessoas CP p. 63
S1-8	Métricas de diversidade	Diversidade, equidade e inclusão p.65

Requisito de Divulgação		Localização
ESRS S1	Mão-de-Obra Própria	
S1-9	Remuneração adequada	Pessoas CP p. 63
S1-10	Proteção social	Pessoas CP p. 63
S1-11	Pessoas com deficiência	Diversidade, equidade e inclusão p.67
S1-12	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Formação e desenvolvimento de competências p.68
S1-13	Métricas de saúde e segurança	Saúde, segurança e bem-estar p.69
S1-14	Métricas de conciliação entre vida profissional e pessoal	Pessoas CP p. 63
S1-15	Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	Diversidade, equidade e inclusão p.66
S1-16	Incidentes de discriminação e outros incidentes de direitos humanos	Diversidade, equidade e inclusão p.67
ESRS S2	Trabalhadores na Cadeia de Valor	
S2-1	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	Trabalhadores na cadeia de valores p.72
S2-2	Envolvimento com trabalhadores na cadeia de valor, existência de canais para que os trabalhadores na cadeia de valor possam apresentar preocupações ou necessidades, e abordagens para remediação	Trabalhadores na cadeia de valores p.72
S2-3	Ações e recursos relacionados com os trabalhadores na cadeia de valor	Trabalhadores na cadeia de valores p.72
S2-4	Metas relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor	Trabalhadores na cadeia de valores p.72

Requisito de Divulgação		Localização
ESRS S3	Comunidades Afetadas	
S3-1	Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	Presença com propósito p.75
S3-2	Envolvimento com as comunidades afetadas, existência de canais para que as comunidades afetadas possam apresentar preocupações ou necessidades, e abordagens para remediação	Dialogar para a ação p.74
S3-3	Ações e recursos relacionados com as comunidades afetadas	Presença com propósito p.76
S3-4	Metas relacionadas com as comunidades afetadas	Presença com propósito p.78
ESRS S4	Consumidores e Utilizadores Finais	
S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais	Clientes e utilizadores p.79
S4-2	Envolvimento com os consumidores e utilizadores finais, existência de canais para que os consumidores e utilizadores finais possam apresentar preocupações ou necessidades, e abordagens para remediação	Confiança e segurança p.83
S4-3	Ações e recursos relacionados com os consumidores e utilizadores finais	Envolvimento Consumidores e Utilizadores Finais p.81
S4-4	Metas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais	Envolvimento Consumidores e Utilizadores Finais p.82
ESRS G1	Conduta Empresarial	
G1-1	Políticas relacionadas com a conduta empresarial	Cultura de ética, transparência e responsabilidade p.92
G1-2	Ações relacionadas com a conduta empresarial	Cultura de ética, transparência e responsabilidade p.92
G1-3	Metas relacionadas com a conduta empresarial	Cultura de ética, transparência e responsabilidade p.92
G1-4	Métricas relacionadas com a conduta empresarial	Cultura de ética, transparência e responsabilidade p.92
G1-6	Métricas relacionadas com práticas de pagamento	Gestão de fornecedores p.107

Taxonomia Europeia

1. Introdução

Em 2020, a União Europeia aprovou o Regulamento da Taxonomia Europeia [\(UE\) 2020/852](#), que estabelece um sistema de classificação destinado a identificar atividades económicas ambientalmente sustentáveis e que contribuem para os objetivos ambientais e climáticos da União Europeia. Este enquadramento define critérios técnicos rigorosos e impõe às empresas abrangidas a obrigação de reportar a elegibilidade e o grau de alinhamento das suas atividades com os objetivos e requisitos previstos no Regulamento.

Para que uma atividade seja considerada sustentável de acordo com os critérios da Taxonomia Europeia deve cumprir os seguintes requisitos:

- i) **Contribuir substancialmente** para um ou mais dos objetivos ambientais e climáticos da União Europeia (Mitigação das alterações climáticas; Adaptação às alterações climáticas; Proteção da água e dos recursos hídricos; Transição para uma economia circular; Prevenção e controlo da poluição; Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas);
- ii) **Não prejudicar significativamente** nenhum dos outros objetivos ambientais e climáticos;
- iii) Garantir o **cumprimento das Salvaguardas Mínimas Sociais**.

A 28 de janeiro de 2026 entrou em vigor a nova versão do [Regulamento da Taxonomia Europeia \(UE\) 2026/73](#), na sequência da aprovação do Pacote *Omnibus*. Esta atualização introduz um conjunto de normas de simplificação da Taxonomia, conferindo maior flexibilidade às exigências de relato, bem como melhorias ao nível da forma e da apresentação da informação reportada.

O novo Regulamento isenta as empresas de avaliar e reportar sobre a elegibilidade e o alinhamento de atividades que, cumulativamente, não sejam consideradas financeiramente materiais, isto é, que representem menos de 10% do Volume de Negócios, das despesas de capital (CapEx) ou das despesas operacionais (OpEx) do Grupo. Adicionalmente, os *templates* de reporte dos principais indicadores de desempenho (KPI) foram atualizados, com o objetivo de simplificar a apresentação da informação financeira.

O presente relato foi elaborado em conformidade com as atualizações introduzidas por este enquadramento regulamentar.

2. Análise de elegibilidade

O Regulamento da Taxonomia estabelece que, para que uma atividade económica seja considerada elegível, deve estar prevista em pelo menos um dos Atos Delegados aplicáveis, nomeadamente:

- Ato Delegado Clima, aplicável aos objetivos de Mitigação das Alterações Climáticas e Adaptação às Alterações Climáticas;
- Ato Delegado Complementar, relativo a determinadas atividades associadas à energia nuclear e ao gás fóssil;
- Ato Delegado Ambiental, aplicável aos restantes objetivos ambientais, designadamente, a “Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos”, a “Transição para uma economia circular”, a “Prevenção e controlo da poluição” e a “Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas”.

A CP procedeu à análise de elegibilidade das suas atividades económicas de acordo com os Atos Delegados acima mencionados. Após análise detalhada, o Grupo identificou nove atividades elegíveis (core e de suporte) embora apenas duas dessas atividades – MAC 3.19 e MAC 6.1 - tenham sido consideradas financeiramente materiais, de acordo com o conceito de materialidade introduzido pela nova versão do Regulamento.

As restantes atividades correspondem a atividades de apoio ao desenvolvimento de negócio do Grupo, com reduzida relevância financeira.

A análise realizada apresenta-se resumida na tabela abaixo:

Atividade Económica*	Descrição da Atividade no Grupo CP
MAC 3.19. Fabrico de componentes de material circulante	A CP assegura a manutenção do material circulante afeto à sua operação. Realiza ainda atividades de manutenção do material circulante do Metro do Porto e de outras entidades terceiras.
MAC 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	A CP dispõe de um furo de captação de água no Entroncamento, cuja operação implica custos associados de manutenção e consumo de energia. A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.
MAC 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	A CP possui uma ETAR no Entroncamento, cuja manutenção é assegurada internamente, envolvendo custos operacionais associados. A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.
MAC 6.1. Transporte ferroviário interurbano de passageiros	A CP desenvolve a atividade de transporte interurbano de passageiros por caminhos de ferro, constituindo esta a sua principal área de atuação. A atividade envolve investimentos significativos em material circulante, bem como custos operacionais associados à manutenção do material circulante e restantes componentes do sistema ferroviário.

Atividade Económica*	Descrição da Atividade no Grupo CP
MAC 6.5. Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	<p>A CP dispõe de uma frota de veículos automóveis ligeiros em regime de <i>leasing</i>, complementada por carrinhas de socorro ferroviário utilizadas em operações de apoio e intervenção técnica.</p> <p>A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.</p>
MAC 6.14. Infraestruturas de transporte ferroviário	<p>A CP realiza atividades de manutenção na via dos parques de oficina, nos parques de material e nas linhas de acesso e de resguardo. Estas intervenções asseguram a operacionalidade, segurança e fiabilidade das infraestruturas que suportam as operações ferroviárias.</p> <p>A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.</p>
MAC 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	<p>A CP assegura atividades relacionadas com a instalação e manutenção de diversos equipamentos técnicos, incluindo sistemas de iluminação LED, equipamentos de ar condicionado e renovação de revestimento de coberturas em edifícios. Estas intervenções contribuem para a modernização das infraestruturas e para a melhoria da sua eficiência energética.</p> <p>A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.</p>
MAC 7.4. Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	<p>Existem postos de carregamento para veículos elétricos na Sede da CP (Lisboa-Rossio), nas instalações de Santa Apolónia e nos complexos oficinais do Entroncamento, Contumil e Guifões. Em 2025, foi feito um reforço da rede interna de carregamento da CP através da aquisição e instalação destes equipamentos em Oeiras e Algueirão.</p> <p>A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.</p>
EC 4.1. Fornecimento de soluções de tecnologias da informação/tecnologias operacionais baseadas em dados	<p>A CP desenvolve e opera um conjunto de soluções digitais e tecnológicas que suportam a operação ferroviária, incluindo sistemas embarcados e de infraestrutura a bordo, <i>software</i> operacional utilizado pelos maquinistas e plataformas de dados e sistemas analíticos. Estas soluções abrangem o desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas instalados nos comboios e respetivos suportes em terra, aplicações digitais de apoio à condução e exploração, e ferramentas avançadas de recolha, integração e análise de dados essenciais para a monitorização operacional e apoio à decisão.</p> <p>A atividade foi considerada imaterial do ponto de vista financeiro.</p>

* MAC: Mitigação das Alterações Climáticas; EC: Economia Circular.

3. Análise de Alinhamento

Para que uma atividade económica seja considerada alinhada com o Regulamento da Taxonomia, deve cumprir cumulativamente um conjunto de critérios, incluindo a Contribuição Substancial (CS) para um ou mais objetivos ambientais, o princípio de Não Prejudicar Significativamente (NPS) nenhum dos restantes objetivos ambientais, bem como a conformidade com as Salvaguardas Mínimas Sociais.

No âmbito da análise de alinhamento das atividades económicas, a CP focou a sua avaliação nas atividades consideradas financeiramente materiais para o Grupo. A análise realizada apresenta-se detalhada nas seguintes secções.

3.1 Contribuição Substancial e Não Prejudicar Significativamente

Atividade Económica*	Análise de Alinhamento
<p>MAC 3.19. Fabrico de componentes de material circulante</p>	<p>A CP assegura o transporte de passageiros e a manutenção de material circulante. Embora a atividade de operação assente maioritariamente em material circulante elétrico — tendo, em 2025, a energia utilizada na tração elétrica sido integralmente proveniente de fontes renováveis —, a CP mantém ainda uma componente da sua frota a diesel, em resultado da inexistência de eletrificação total da infraestrutura ferroviária nacional. A CP tem dado continuidade aos investimentos de reforço e renovação da sua frota, através de contratos já em desenvolvimento para a produção de novo material circulante, nomeadamente 22 novas unidades STADLER (12 bimodo e 10 elétricas), cuja primeira unidade foi entregue no final de 2025, estando previstas entregas faseadas até 2031. Acresce a assinatura do contrato com a Alstom, em outubro de 2025, para o fornecimento de 117 automotoras elétricas, entretanto já complementado com mais 36 unidades.</p> <p>A CP dispõe de um procedimento estruturado de gestão de resíduos, que estabelece a metodologia para recolha dos mesmos, desde a identificação do resíduo até ao seu encaminhamento para destino ambientalmente adequado, visando sempre que possível a sua valorização e o seu acondicionamento temporário em condições ambientais apropriadas, de forma a prevenir qualquer tipo de poluição.</p> <p>A CP está registada na plataforma SILIAMB, gerindo os resíduos e os processos associados nesta plataforma, de acordo com a legislação em vigor, assegurando o Mapa Integrado Registo dos Resíduos (MIRR) anual dos vários Estabelecimentos, bem como o arquivo das e-GAR. Em 2025, a taxa de valorização dos resíduos da CP situou-se nos 75%.</p> <p>Adicionalmente, a CP tem vindo a integrar, de forma consistente, princípios de economia circular nos seus processos de aquisição de material circulante.</p> <p>Neste contexto, os procedimentos de contratação incluem cláusulas que privilegiam a incorporação de materiais recicláveis e reciclados nos componentes adquiridos. No mais recente processo de aquisição de material circulante, observa-se uma elevada incorporação de materiais com elevado potencial de reutilização e reciclagem, nomeadamente aço, ligas de alumínio e cobre, resultando em material circulante com níveis de reciclabilidade superiores a 90%.</p> <p>Ainda que entre os resíduos de componentes encaminhados pela CP se encontrem baterias contendo chumbo, cádmio-1 e mercúrio - substâncias que não estão em conformidade com os requisitos do Apêndice C do Regulamento -, a celebração dos contratos anteriormente mencionados demonstra o compromisso do Grupo com a redução gradual do impacto ambiental associado às suas operações.</p> <p>Por fim, considerando que a Infraestruturas de Portugal (IP) é a entidade responsável pela gestão e manutenção da infraestrutura ferroviária (incluindo vias-férreas), entende-se que a realização de uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) não se revela</p>

Atividade Económica*	Análise de Alinhamento
<p>MAC 3.19. Fabrico de componentes de material circulante</p>	<p>necessária neste contexto. Com efeito, este instrumento aplica-se sobretudo a projetos suscetíveis de gerar impactos ambientais significativos, tipicamente associados a obras ou alterações de infraestrutura, conforme previsto nos Anexos I e II da Diretiva 2011/92/UE. Não obstante, é assegurado o cumprimento rigoroso dos regimes de licenciamento aplicáveis às atividades desenvolvidas pela CP, nomeadamente através da obtenção das licenças de atividade industrial.</p> <p>A atividade de manutenção da CP ainda não cumpre integralmente os critérios de Contribuição Substancial nem os de Não Prejudicar Significativamente, tendo, por esse motivo, sido considerada como não alinhada para com a Taxonomia.</p>
<p>MAC 6.1. Transporte ferroviário interurbano de passageiros</p>	<p>A CP desenvolve a atividade de transporte interurbano de passageiros por caminhos de ferro, através de material circulante (elétrico e a diesel) que possui. Em 2025, 76% do consumo total de energia do Grupo proveio de energia verde, evidenciando um crescimento expressivo face aos 49% registados no ano anterior. Com o objetivo de promover um transporte cada vez mais sustentável, o Grupo mantém o compromisso de avançar continuamente na eletrificação da sua frota.</p> <p>A CP aplica várias medidas de gestão de resíduos, quer na manutenção dos seus ativos existentes quer na contratação de novos ativos, como evidenciado no procedimento estruturado de gestão de resíduos anteriormente mencionado.</p> <p>Atualmente, não são efetuadas medições aos níveis de emissões dos motores de propulsão utilizados nas locomotivas da CP.</p> <p>A atividade ainda não cumpre integralmente os critérios de Contribuição Substancial nem os de Não Prejudicar Significativamente, tendo, por esse motivo, sido considerada como não alinhada para com a Taxonomia.</p>

3.1.1 Adaptação às Alterações Climáticas (Apêndice A)

O Apêndice A da Taxonomia Europeia estabelece os critérios que as empresas devem cumprir para demonstrar que as suas atividades não prejudicam significativamente o objetivo de Adaptação às Alterações Climáticas. Estes critérios implicam a identificação e avaliação de riscos climáticos físicos associados às alterações climáticas, de modo a determinar aqueles que apresentam maior relevância para as operações e os ativos de uma empresa. Os riscos climáticos físicos enquadram-se, de forma geral, em duas categorias principais: riscos crónicos, que dizem respeito a alterações graduais e de longo prazo nos padrões climáticos, e riscos agudos, associados à ocorrência de eventos climáticos extremos ou repentinos. Com base nos resultados dessa avaliação, as entidades devem conceber e implementar planos de adaptação adequados, de forma a reforçar a resiliência das suas atividades.

	Relacionados com a temperatura	Relacionados com o vento	Relacionados com os recursos hídricos	Relacionados com massas sólidas
Perigos crónicos	Variações de temperatura (ar, água doce, águas marinhas)	Alteração do regime de ventos	Alteração dos regimes e tipos de precipitação (chuva, granizo, neve / gelo)	Erosão costeira
	Stress térmico		Variabilidade hidrológica ou de precipitação	Degradação dos solos
	Variabilidade térmica		Acidificação dos oceanos	Erosão dos solos
	Degelo do pergelissolo		Intrusão salina	Solifluxão
			Subida do nível do mar	
Perigos Agudos			Pressão sobre os recursos hídricos	
	Vagas de calor	Ciclones, furacões, tufões	Seca	Avalanches
	Vagas de frio / geadas	Tempestades (incluindo nevões, tempestades de poeira e tempestades de areia)	Forte precipitação (chuva, granizo, neve / gelo)	Deslizamentos de terras
	Incêndios florestais	Tornados	Inundações (águas costeiras, fluviais, pluviais, subterrâneas)	Aluimentos
			Roturas de lagos glaciais	

Tabela de riscos climáticos físicos de acordo com o Apêndice A do Regulamento da Taxonomia Europeia

A CP deu início ao processo de identificação dos riscos climáticos físicos no âmbito da sua análise de Riscos e Oportunidades Decorrentes das Alterações Climáticas. No decorrer desta avaliação, foram identificados os principais riscos climáticos físicos a que as suas atividades se encontram expostas, destacando-se, em particular, os fenómenos climáticos extremos.

O aumento da frequência e intensidade destes eventos pode afetar significativamente a infraestrutura ferroviária, incluindo carris, catenária e linhas de alta tensão, interferindo com a circulação ferroviária. As alterações nos padrões de pluviosidade, nomeadamente a ocorrência de chuvas torrenciais, podem provocar cheias e inundações das linhas, resultando em interdições de via.

Por outro lado, episódios de seca extrema aumentam o risco de incêndios na proximidade das linhas ferroviárias. Adicionalmente, o aumento da temperatura ambiente pode originar dilatações excessivas dos carris, conduzindo a deformações, que representam um risco elevado para a segurança da circulação, incluindo o perigo de descarrilamento.

A CP ainda não realizou uma análise de cenários climáticos nem uma avaliação detalhada da vulnerabilidade associada aos riscos climáticos físicos identificados. No que respeita às soluções de adaptação às alterações climáticas, já foram identificadas e implementadas algumas medidas iniciais, contudo, este conjunto de ações encontra-se ainda numa fase preliminar, estando previsto o seu reforço e maior sistematização no futuro próximo.

Para mais informação sobre a abordagem da CP relativamente a este tema, consultar o subcapítulo [Adaptação e mitigação às alterações climáticas](#).

3.1.2 Salvaguardas Mínimas Sociais

No âmbito do processo de implementação da Taxonomia Ambiental Europeia, as entidades devem assegurar o cumprimento de um conjunto de critérios de natureza social, designados por Salvaguardas Mínimas Sociais. O objetivo destes critérios é garantir que as atividades consideradas sustentáveis do

ponto de vista ambiental não geram impactos negativos em matéria de Direitos Humanos e que são desenvolvidas em conformidade com os principais referenciais internacionais, incluindo:

- as Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais;
- os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos;
- as oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho;
- a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Em 2022, foi publicado o *Final Report on Minimum Safeguards*, pela Plataforma de Finanças Sustentáveis, com o objetivo de apoiar as empresas na interpretação e implementação das Salvaguardas Mínimas previstas no âmbito da Taxonomia Europeia. O relatório identifica quatro áreas fundamentais relativamente às quais as empresas devem evidenciar políticas, práticas e processos adequados de diligência: Direitos Humanos (incluindo Direitos Laborais), Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

Direitos Humanos

Na sua qualidade de empresa pública, a CP assume o respeito pelos Direitos Humanos como um princípio estruturante da sua atuação, integrando-o nas suas políticas, compromissos institucionais e práticas operacionais.

Este compromisso encontra-se refletido no Código de Ética e de Conduta da CP, que estabelece princípios e normas de comportamento alinhados com o respeito pelos direitos fundamentais, incluindo os direitos laborais, a igualdade de tratamento, a não discriminação e a promoção de um ambiente de trabalho digno, seguro e inclusivo.

No âmbito do seu sistema de gestão, a CP tem vindo a reforçar os mecanismos de identificação, prevenção e mitigação de impactos adversos em matéria de Direitos Humanos. Neste contexto, destaca-se o desenvolvimento da análise de dupla materialidade (ver capítulo [Análise de Materialidade](#)), que integra a avaliação de riscos e impactos reais e potenciais nas pessoas, bem como a implementação de medidas corretivas e de melhoria contínua. Este enquadramento é suportado por auditorias internas e externas, nomeadamente no âmbito das certificações ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) e NP 4427 (Sistema de Gestão de Pessoas), assegurando a monitorização de não conformidades e a adoção de ações corretivas adequadas.

No que respeita à cadeia de abastecimento, a CP assegura o cumprimento dos Direitos Humanos através da aplicação do enquadramento legal previsto no Código dos Contratos Públicos, o qual impede a adjudicação de propostas que violem normas legais ou regulamentares aplicáveis, incluindo em matéria de direitos laborais e sociais. Este enquadramento legal é complementado pelo normativo interno de contratação da CP, que incorpora e operacionaliza estas exigências.

São ainda utilizadas plataformas de informação que permitem a recolha e análise de dados relevantes para a gestão de risco e conformidade, incluindo processos de *due diligence* de fornecedores. Estas ferramentas apoiam a verificação da idoneidade, integridade e conformidade legal e regulamentar dos parceiros comerciais, contribuindo para a identificação e mitigação de potenciais riscos associados a Direitos Humanos na cadeia de fornecimento, bem como para a sua monitorização contínua.

Adicionalmente, a CP reforça este compromisso através da sua adesão a iniciativas e referenciais reconhecidos, sendo membro do BCSD Portugal e subscritora da respetiva [Carta de Princípios](#), na qual se encontram expressamente consagrados compromissos em matéria de Direitos Humanos, e membro da UIC - *Union Internationale des Chemins de Fer*, com vínculo aos princípios estabelecidos na [UIC Sustainability Sustainable Mobility & Transport Declaration](#), que reflete um compromisso formal do setor ferroviário com a sustentabilidade e a conduta empresarial responsável. Esta Declaração estabelece, de forma explícita, o alinhamento com os [10 Princípios do UN Global Compact](#), abrangendo as áreas dos Direitos Humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção, assegurando a integração destes princípios nas políticas e nos sistemas de gestão da organização.

Corrupção, Tributação e Concorrência Justa

A CP dispõe de um Código de Ética e de Conduta e de um [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas \(PPRCIC\)](#) que estabelecem os princípios, riscos identificados, responsabilidades, bem como as medidas preventivas e corretivas destinadas à prevenção da corrupção. Estes instrumentos são monitorizados pela realização de auditorias internas e externas, bem como pela apresentação de [relatórios anuais de avaliação do PPRCIC](#) divulgados internamente e externamente no *site* institucional e junto do MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção, nos termos legais aplicáveis, reforçando a transparência e o acompanhamento contínuo da eficácia das medidas adotadas.

No domínio fiscal, o grupo CP assegura o cumprimento integral das suas obrigações tributárias, em conformidade com a legislação aplicável. A supervisão fiscal é garantida através de mecanismos de controlo interno das operações, das ações de fiscalização promovidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, bem como pela atuação de Revisor Oficial de Contas, Auditor externo e Conselho Fiscal. Sempre que necessário, são emitidos pareceres internos que clarificam o enquadramento fiscal das operações, sendo a CP acompanhada mensalmente pela Unidade dos Grandes Contribuintes.

A CP dispõe de processos que asseguram que a sua atuação é conduzida em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis em matéria de concorrência. No âmbito das aquisições, aplica o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, que consagra os princípios da concorrência, transparência, igualdade e não discriminação, garantindo que os procedimentos concursais são conduzidos de forma justa e competitiva. Estes princípios são operacionalizados através do normativo interno de contratação, assegurando o cumprimento das regras legais em todas as fases dos processos de contratação, em alinhamento com o regime jurídico da concorrência.

No que respeita aos mecanismos de denúncia, a CP dispõe internamente de um Canal de Denúncias para a comunicação de eventuais irregularidades relacionadas com qualquer um dos temas anteriormente abordados. As denúncias recebidas são tratadas de acordo com procedimentos internos de investigação e correção, assegurados pela área de *Compliance*, garantindo a confidencialidade, a proteção dos denunciantes e a adoção de medidas corretivas sempre que se revele necessário.

No que respeita a denúncias por fornecedores e outros terceiros, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 93/2021, podem igualmente beneficiar do regime de proteção de denunciantes pessoas singulares que obtenham informação sobre infrações no âmbito de uma relação profissional com a CP, designadamente fornecedores, subcontratantes ou prestadores de serviços.

Tendo em conta que estes terceiros não dispõem de acesso ao canal interno, a CP assegura que:

- a inexistência de acesso ao canal interno não impede nem limita o exercício do direito de denúncia protegida;
- tais pessoas podem recorrer, nos termos legais, a canais de denúncia externa, designadamente:
 - ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC - [+transparente](#));
 - ao Ministério Público, quando aplicável;
 - ou a outras autoridades competentes previstas na lei.

Durante o exercício de 2025, o Grupo CP não registou qualquer condenação material relacionada com os temas abrangidos pelas Salvaguardas Mínimas. Ainda assim, regista-se a existência de uma condenação no âmbito de um processo de assédio laboral que, pela sua natureza individual, pela inexistência de qualquer imputação a órgãos de gestão, pela ausência de indícios de falha sistémica ou transversal e pela sua reduzida conexão com o modelo de negócio, não implica o não alinhamento da CP.

4. Aferição de indicadores (KPI)

O Ato Delegado Clima (Artigo 8) define um conjunto de KPI (*Key Performance Indicators*) que as empresas não financeiras devem divulgar em relação às atividades económicas consideradas ambientalmente sustentáveis. Estes indicadores incluem a proporção do volume de negócios, as despesas de capital (CapEx) e as despesas operacionais (OpEx) das empresas que estão em conformidade com os requisitos da Taxonomia da UE.

A nova versão do Ato Delegado, publicada a 8 de janeiro de 2026, simplifica e altera a forma de apresentação e cálculo destes KPI. As tabelas abaixo já refletem estas atualizações e apresentam a elegibilidade e o alinhamento da CP para os três KPI, calculados para o exercício fiscal de 2025:

4.1 Tabelas de KPI

Modelo 1 - Proporção do Volume de negócios, CapEx, OpEx de produtos ou serviços associados a atividades económicas elegíveis ou alinhadas para a Taxonomia – divulgação referente ao ano 2025

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025		DETALHE POR OBJETIVOS AMBIENTAIS DAS ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA													
KPI (1)	TOTAL (2)	PROPORÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS À TAXONOMIA (3)	ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA (4)	PROPORÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS À TAXONOMIA (5)	MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (6)	ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (7)	ÁGUA (8)	ECONOMIA CIRCULAR (9)	POLUIÇÃO (10)	BIODIVERSIDADE (11)	PROPORÇÃO DE ATIVIDADES CAPACITANTES (12)	PROPORÇÃO DE ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO (13)	ATIVIDADES NÃO AVALIADAS CONSIDERADAS NÃO-MATERIAIS (14)	ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA, ANO 2024 (15)	PROPORÇÃO DE ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA, ANO 2024 (16)
Texto	€	%	€	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	€	%
VOLUME DE NEGÓCIOS	315 625 382,0 €	89,9%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7,9%	0 €	0%
CAPEX	97 555 633,0 €	69,4%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8,7%	0 €	0%
OPEX	208 870 196,0 €	92,6%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,2%	0 €	0%

Modelo 2 - Proporção do Volume de negócios de produtos ou serviços associados a atividades económicas elegíveis ou alinhadas à Taxonomia – divulgação referente ao ano 2025 (detalhe das atividades)

VOLUME DE NEGÓCIOS		OBJETIVO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA											
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025													
ATIVIDADES ECONÓMICAS (1)	CÓDIGO (2)	KPI ELEGÍVEL (PROPORÇÃO DE ELEGIBILIDADE DE VOLUME DE NEGÓCIOS) (3)	KPI ALINHADO (VALOR MONETÁRIO DE VOLUME DE NEGÓCIOS) (4)	KPI ALINHADO (PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO DE VOLUME DE NEGÓCIOS) (5)	MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (6)	ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (7)	ÁGUA (8)	ECONOMIA CIRCULAR (9)	POLUIÇÃO (10)	BIODIVERSIDADE (11)	ATIVIDADE CAPACITANTE (12)	ATIVIDADE DE TRANSIÇÃO (13)	PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO NA ELEGIBILIDADE (14)
		%	€	%	%	%	%	%	%	%	<i>E (quando aplicável)</i>	<i>T (quando aplicável)</i>	%
TRANSPORTE FERROVIÁRIO INTERURBANO DE PASSAGEIROS	MAC 6.1	89,9%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SOMA DE ALINHAMENTO POR OBJETIVO AMBIENTAL					0%	0%	0%	0%	0%	0%			
KPI TOTAL (VOLUME DE NEGÓCIOS)		89,9%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Modelo 2 - Proporção de CapEx de produtos ou serviços associados a atividades económicas elegíveis ou alinhadas à Taxonomia – divulgação referente ao ano 2025 (detalhe das atividades)

CAPEX		OBJETIVO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA											
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025													
ATIVIDADES ECONÓMICAS (1)	CÓDIGO (2)	KPI ELEGÍVEL (PROPORÇÃO DE ELEGIBILIDADE DE CAPEX) (3)	KPI ALINHADO (VALOR MONETÁRIO DE CAPEX) (4)	KPI ALINHADO (PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO DE CAPEX) (5)	MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (6)	ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (7)	ÁGUA (8)	ECONOMIA CIRCULAR (9)	POLUIÇÃO (10)	BIODIVERSIDADE (11)	ATIVIDADE CAPACITANTE (12)	ATIVIDADE DE TRANSIÇÃO (13)	PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO NA ELEGIBILIDADE (14)
		%	€	%	%	%	%	%	%	%	<i>E (quando aplicável)</i>	<i>T (quando aplicável)</i>	%
FABRICO DE COMPONENTES DE MATERIAL CIRCULANTE	MAC 3.19	69,4%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SOMA DE ALINHAMENTO POR OBJETIVO AMBIENTAL					0%	0%	0%	0%	0%	0%			
KPI TOTAL (CAPEX)		69,4%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Modelo 2 - Proporção de OpEx de produtos ou serviços associados a atividades económicas elegíveis ou alinhadas à Taxonomia – divulgação referente ao ano 2025 (detalhe das atividades)

OPEX		OBJETIVO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES ALINHADAS À TAXONOMIA											
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025													
ATIVIDADES ECONÓMICAS (1)	CÓDIGO (2)	KPI ELEGÍVEL (PROPORÇÃO DE ELEGIBILIDADE DE OPEX) (3)	KPI ALINHADO (VALOR MONETÁRIO DE OPEX) (4)	KPI ALINHADO (PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO DE OPEX) (5)	MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (6)	ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (7)	ÁGUA (8)	ECONOMIA CIRCULAR (9)	POLUIÇÃO (10)	BIODIVERSIDADE (11)	ATIVIDADE CAPACITANTE (12)	ATIVIDADE DE TRANSIÇÃO (13)	PROPORÇÃO DE ALINHAMENTO NA ELEGIBILIDADE (14)
		%	€	%	%	%	%	%	%	%	E (quando aplicável)	T (quando aplicável)	%
FABRICO DE COMPONENTES DE MATERIAL CIRCULANTE	MAC 3.19	29,0%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TRANSPORTE FERROVIÁRIO INTERURBANO DE PASSAGEIROS	MAC 6.1	63,5%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SOMA DE ALINHAMENTO POR OBJETIVO AMBIENTAL					0%	0%	0%	0%	0%	0%			
KPI TOTAL (OPEX)		92,6%	0 €	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

4.2 Políticas Contabilísticas

Os três indicadores-chave de desempenho foram calculados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), com base na estimativa efetuada das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Para este efeito, a referida estimativa resulta da agregação dos resultados individuais das entidades que integram o grupo CP, apurados de acordo com o normativo contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não contemplando, para o cálculo destes indicadores-chave, a eliminação de saldos e transações intra-grupo, nem a reclassificação dos direitos de uso decorrentes da aplicação da norma de relato financeiro IFRS 16.

Atendendo a que as empresas participadas contribuem com apenas 1,93% para o valor do volume de negócios agregados do grupo CP, com 0,24% para o valor agregado do OpEx e 0,02% para o valor agregado do CapEx, o critério adotado para o exercício de 2025, no contexto da preparação do presente documento em momento anterior à aprovação das contas consolidadas de 2025, não se afigura suscetível de produzir um impacto significativo que possa alterar o cálculo ou a interpretação dos referidos indicadores-chave de desempenho. O Volume de Negócios, o CapEx (despesas de capital) e o OpEx (despesas operacionais) Taxonómicos foram apurados em linha com o definido no Anexo I do Regulamento Delegado de Divulgação para empresas não financeiras.

Volume de Negócios

A proporção do volume de negócios é calculada como a parte do volume de negócios líquido resultante de produtos ou serviços, nomeadamente intangíveis, associada a atividades económicas alinhadas pela Taxonomia (numerador), dividida pelo volume de negócios líquido (denominador), que resulta do montante das vendas e das prestações de serviços deduzido de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Em 2025, o denominador da proporção do volume de negócios ascendeu ao valor de 315 625 382 euros e corresponde ao total das vendas e prestações de serviços apresentadas na estimativa da demonstração de resultados consolidada (preparada de acordo com a metodologia anteriormente descrita).

O numerador corresponde ao montante do denominador associado a atividades elegíveis de Taxonomia (alinhadas ou não alinhadas). Em 2025, as atividades designadas como elegíveis estão detalhadas no Modelo 2 do respetivo KPI.

CapEx

A proporção do CapEx é definida como o CapEx alinhado com a Taxonomia (numerador) a dividir pelo CapEx Total (denominador).

O denominador abrange os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis durante o exercício considerado antes da depreciação, amortização e quaisquer remensurações, nomeadamente resultantes de reavaliações e imparidades, para o exercício em causa e excluindo as variações do justo valor. Os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis resultantes de concentrações de atividades empresariais também são passíveis de serem considerados no denominador.

Em 2025, o denominador da proporção do CapEx ascendeu ao valor de 97 555 633 euros, conforme apresentado na estimativa das demonstrações financeiras consolidadas (preparada de acordo com a metodologia anteriormente descrita).

No caso dos Ativos Fixos Tangíveis foram consideradas as adições relativas a:

- Aquisições de novo material circulante e grandes reparações efetuadas ao material circulante já registado em Ativo Fixo Tangível, que são intervenções capitalizadas por serem consideradas materialmente relevantes para garantir a vida útil do respetivo material;
- Aquisições de equipamentos oficinais e comerciais para manutenção, como compressores, geradores, câmaras de pintar, validadores (entre outros);
- Outras aquisições de pequenos equipamentos como computadores, simuladores de condução, postos de carregamento, entre outros;
- Obras realizadas em ativos fixos tangíveis.

No caso dos Ativos Intangíveis foram consideradas as adições relativas ao projeto de CRM (*Customer Relationship Management*), projeto com enquadramento em intangível por potenciar a retenção de clientes e o crescimento das vendas.

No caso dos Direitos de Uso, não foram consideradas adições, atendendo à metodologia utilizada na preparação da estimativa das demonstrações financeiras consolidadas.

O numerador, detalhado no Modelo 2 do respetivo KPI, corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:

- Esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas alinhadas pela Taxonomia;
- Seja parte de um plano para expandir as atividades económicas alinhadas pela Taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a Taxonomia se tornem alinhadas pela Taxonomia;

- Esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela Taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, desde que essas medidas sejam aplicadas e estejam operacionais no prazo de 18 meses.

OpEx

A proporção do OpEx é definida como o OpEx alinhado com a Taxonomia (numerador) a dividir pelo OpEx Total (denominador).

O denominador deve cobrir os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos.

Em 2025, o denominador da proporção do OpEx ascendeu ao valor de 208 870 196 euros. O valor inclui 175 047 297 euros relativos a despesas de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) com a manutenção e reparação de material circulante, de equipamentos oficinais, e de viaturas da frota da CP, bem como despesas relacionadas com a utilização diária de diversos ativos fixos tangíveis não capitalizados necessárias para assegurar o seu funcionamento (despesas com limpeza, vigilância, infraestruturas, água, eletricidade, entre outras), adicionalmente, o valor inclui 33 822 919 euros relativos a despesas de pessoal associadas exclusivamente ao segmento de manutenção e reparação.

O numerador, detalhado no Modelo 2 do respetivo KPI, corresponde à parte das despesas operacionais incluída no denominador que:

- Estejam relacionadas com ativos ou processos associados a atividades económicas alinhadas pela Taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos, e custos diretos não capitalizados que representem investigação e desenvolvimento;
- Sejam parte do plano CapEx para expandir as atividades económicas alinhadas pela Taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para Taxonomia se tornem alinhadas pela Taxonomia num calendário predefinido;
- Estejam relacionadas com a aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela Taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, bem como com medidas individuais de renovação de edifícios desde que essas medidas sejam aplicadas e operacionais no prazo de 18 meses.

5. Próximos Passos

O Regulamento da Taxonomia Europeia coloca desafios significativos às empresas, decorrentes da complexidade dos critérios técnicos e das exigências de divulgação associadas, em particular no que se refere à recolha, tratamento e estruturação da informação necessária para avaliar o cumprimento dos critérios ambientais e sociais. Refletindo o seu compromisso com a transparência e numa lógica de antecipação das futuras obrigações de reporte, a CP realizou, de forma voluntária, o seu primeiro exercício de relato de Taxonomia Europeia referente ao período de 2025.

Neste contexto, em 2026 a CP continuará a desenvolver e aprofundar o seu trabalho no âmbito da Taxonomia Europeia, nomeadamente através das seguintes ações:

- Acompanhar atualizações da Comissão Europeia e da Plataforma de Finanças Sustentáveis, especialmente em relação a possíveis novas atividades que podem impactar a elegibilidade e a classificação de alinhamento do Grupo;
- Acompanhar o calendário legislativo associado à proposta de revisão dos Atos Delegados da Taxonomia e as alterações neles introduzidos;
- Consolidar e refinar dados para melhor avaliar a conformidade com os critérios técnicos, incluindo os de "Contribuição Substancial" e "Não Prejudicar Significativamente";
- Aprimorar os seus processos de Devida Diligência para com os Direitos Humanos e fortalecer práticas e compromissos em todas as operações assim como na cadeia de valor;
- Promover a capacitação interna das diferentes áreas envolvidas, assegurando o alinhamento metodológico e a qualidade da informação reportada.

Notas metodológicas

Indicadores Ambientais

E1-7 - Consumo energético

A análise e cálculo de emissões de GEE do inventário foi baseada no referencial internacional [GHG Protocol](#), desenvolvido pelo [World Resources Institute](#) (WRI) e [World Business Council for Sustainable Development](#) (WBCSD).

Na CP, as principais fontes de consumo de energia incluem a eletricidade utilizada nas infraestruturas, no material circulante e na frota própria, bem como os combustíveis consumidos em equipamentos fixos e na frota. Nos equipamentos fixos, são utilizados combustíveis fósseis como gasóleo, gás natural e gás propano, enquanto na frota se recorre a gasóleo e gasolina. A eletricidade consumida é maioritariamente proveniente de fontes renováveis.

Foram incluídas as operações das empresas CP, Fernave, Ecosaúde e Saros.

Os fatores de conversão utilizados em 2025 foram os seguintes:

Combustível	Densidade	Poder Calorífico inferior
Gasóleo	APA – NIR 2025	APA – NIR 2025
Gasolina	APA - NIR 2025	APA - NIR 2025
Gás natural	APA - NIR 2025	APA - NIR 2025
Gás propano	DEFRA 2025	DEFRA 2025

E1-6 - Emissões de GEE de âmbito 1, 2, 3

Notas metodológicas gerais

Para o cálculo de emissões de gases com efeito de estufa, foram considerados, sempre que possível e relevante, os diferentes gases com efeito de estufa, identificados pelo [Protocolo de Quioto](#), nomeadamente: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonetos (HFCs), perfluorcarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Para a quantificação das emissões de cada GEE, foi considerado o respetivo fator de Potencial de Aquecimento Global.

Na metodologia de cálculo utilizada foram considerados os valores Potencial de Aquecimento Global que constam no [IPCC Fifth Assessment Report](#) (AR5), tal como recomendado pelo *GHG Protocol*.

	CO ₂	CH ₄	N ₂ O
Potencial de Aquecimento Global (AR5 – IPCC, 2014)	1	28	265

Os fatores de emissão utilizados foram escolhidos tendo em conta a melhor informação disponível, mais atual e com o ano de reporte mais próximo de 2025. Sempre que possível foram usados fatores de emissão específicos para a realidade nacional de cada geografia, ou com base na região geográfica.

Para o primeiro ano de reporte obrigatório do âmbito 3 é permitido um *screening* para identificar as categorias não aplicáveis e aplicáveis relevantes (ou seja, materiais) de modo a dar resposta ao AR 24. Os critérios de materialidade considerados na fase de *screening* foram a magnitude e o grau de influência no mínimo. Desta forma, foram contabilizadas as seguintes categorias: 1 (Compras de bens e serviços), 2 (Bens de capital), 3 (Atividades relacionadas com combustível e energia, não incluídas nos âmbitos 1 ou 2), 4 (Distribuição e transporte a montante), 5 (Resíduos), 6 (Viagens de negócios), 8 (Ativos alugados a montante), 9 (Transporte e distribuição a jusante), 12 (Fim de vida de produtos vendidos), 13 (ativos alugados a jusante) e 15 (Investimentos). As restantes categorias de emissões foram excluídas por serem imateriais ou não aplicáveis.

Metodologia de cálculo de emissões de Âmbito 1

Para o cálculo de emissões de âmbito 1, foram consideradas as seguintes fontes de emissão de GEE:

- Consumos de combustíveis em equipamentos fixos, como geradores;
- Consumos de combustíveis em equipamentos móveis, como a frota própria;
- Fugas de gases fluorados;
- Emissões associadas ao tratamento de águas.

As emissões GEE associadas à combustão de equipamentos fixos e móvel da frota, foram calculadas com base no registo do consumo de combustíveis (litros) e através da aplicação dos fatores de emissão específicos para cada combustível e a tipologia de veículo (e.g., ligeiros ou pesados). Foram utilizados os fatores de emissão da APA NID.

Os consumos das instalações associados à Fernave e à Saros estão contabilizados na CP, uma vez que se encontram as 3 empresas nas mesmas instalações.

A determinação das emissões GEE associadas às fugas de gases fluorados foi realizada de acordo com a quantidade de recarga (kg) e o respetivo potencial de aquecimento global (PAG).

As emissões associadas ao tratamento de águas tiveram em conta as emissões de metano (CH₄), enquanto as emissões de óxido nítrico (N₂O) não foram estimadas, uma vez que o grupo CP não se enquadra nos setores industriais com elevado potencial de emissões de N₂O.

As emissões de metano (CH_4) associadas ao tratamento de águas residuais foram calculadas de acordo com a metodologia do IPCC 2019 [Refinement to the 2006 Guidelines – Volume 5, Chapter 6](#). Para as instalações classificadas como estações centralizadas de tratamento aeróbio, aplicou-se o fator de emissão correspondente a sistemas aeróbios, bem como o potencial máximo de produção de metano (Bo). Para efeito de cálculo foi considerado como efluente doméstico.

Relativamente às restantes infraestruturas, o cliente dispõe apenas de separadores de hidrocarbonetos e caixas de decantação, para as quais não são realizadas análises a montante. Estas unidades não configuram sistemas de tratamento biológico e, por isso, não geram emissões de gases de efeito de estufa associadas a processos de degradação biológica, não sendo contabilizadas emissões adicionais.

Metodologia de cálculo de emissões de Âmbito 2

Para o cálculo de emissões de âmbito 2 foi considerada a aquisição de energia elétrica utilizada nos edifícios, material circulante e veículos da frota do Grupo CP.

As emissões de âmbito 2 foram calculadas através de duas metodologias distintas, de acordo com o *GHG Protocol*:

- **Método *Location-based***: reflete a intensidade média de emissões da rede em que ocorre o consumo de energia (de acordo com as informações mais recentes disponíveis, para cada fornecedor).
- **Método *Market-based***: reflete as emissões de eletricidade que a empresa escolheu e adquiriu, dos quais os fatores de emissão derivam de instrumentos contratuais (de acordo com as informações disponíveis mais recentes, para cada fornecedor).

A CP e a Ecosaúde, dispõem de certificados de garantia de origem de energia 100% renovável, pelo que, de acordo com o método *market-based*, foi aplicado um fator de emissão de 0 $\text{kgCO}_2\text{e/kWh}$. No método *location-based* foi utilizado o fator de emissão da [Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) (APREN).

Metodologias, pressupostos e métodos de alocação utilizados para o cálculo de emissões de Âmbito 3

Categoria 1 - Compra de bens e serviços

De acordo com o tipo de informação disponível, foi considerado como base de cálculo os dados físicos (peso), sempre que possível, e informação financeira da compra de bens e serviços (€) quando necessário.

Para a informação financeira, nos casos onde não foi possível desagregar o custo de transporte do custo dos materiais adquiridos, considerou-se que 95% do total correspondia ao custo do material e os 5% restantes ao custo do transporte.

No caso dos óleos foi assumida uma densidade média representativa de óleos para a conversão em toneladas. O *Adblue* disponibilizado no ficheiro dos combustíveis da frota foi aqui considerado.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da DEFRA 2025 e MITECO, ES para dados físicos, e a ADEME 2024, CEDA 2025, EPA, Exiobase V3.11 e EPA, para dados financeiros.

Categoria 2 – Bens de capital

As emissões GEE associadas à aquisição de bens de capital foram calculadas com base no registo de bens e do seu custo (€) através da aplicação dos fatores de emissão específicos para cada categoria de bem. São considerados as compras de bens de capital com base nos custos (€). Para o cálculo desta categoria, foi utilizada informação financeira extraída dos softwares SAP.

A Saros não registou investimentos em 2025.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da ADEME 2024 para os dados financeiros.

Categoria 3 - Atividades relacionadas com combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 ou 2)

Os dados de atividade foram obtidos nos âmbitos 1 e 2.

Para o cálculo das emissões relacionadas com combustíveis, foram usados os dados de consumo do âmbito 1 e aplicados os fatores de emissão apropriados.

Para o cálculo das emissões relacionadas com a eletricidade (aquisição e perda) foi considerado o consumo indicado no âmbito 2, e aplicados os fatores de emissão referentes à produção a montante, às perdas de eletricidade WTT e à produção da eletricidade perdida na rede T&D.

Para calcular a quantidade de eletricidade perdida, foi aplicada a fórmula $[100\% - \text{Perdas na rede T\&D eletricidade (\%)}]$ que tem em conta a energia total, o consumo registado e a percentagem de eletricidade perdida de acordo com a tipologia.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da DEFRA 2025, DEFRA 2021, APREN 2025 e REN 2025.

Categoria 4 - Distribuição e transporte a montante

O cálculo desta categoria teve como base a carga transportada (t) e distância percorrida (km). Quando esta informação não se encontrava disponível, as emissões foram estimadas com base nos dados financeiros onde se considerou que o custo do transporte correspondia 5% do custo do material.

Nos casos em que o meio de transporte não estava definido, assumiu-se que o transporte foi realizado por via rodoviária.

Para o cálculo das emissões, foi aplicado um fator de emissão apropriado, considerando o meio de transporte utilizado. Foram utilizados os fatores de emissão da DEFRA 2025, para dados físicos, e ADEME para os dados financeiros.

Categoria 5 - Resíduos

Foram calculadas as emissões com base na quantidade, em toneladas ou kg, de resíduos por tipologia e destino final. Para tal recorreu-se à aplicação dos fatores de emissão específicos de acordo com o tipo de resíduo e destino final. Foi assumido como Resíduo Industrial todo o resíduo que não possui um fator de emissão específico.

Consideraram-se fatores de emissão de Reciclagem para os resíduos com código de valorização (R). Para os resíduos com código de eliminação (D) considerou-se que os mesmos foram enviados para aterro, a abordagem mais conservadora. Quando a categoria do resíduo é “Óleos”, o tratamento final considerado foi sempre refinação.

As bases de dados com fatores de emissão utilizadas foram DEFRA 2025, ADEME, MfE, EcolInvent 3.11 e APA -NID 2025.

Categoria 6 - Viagens de Negócios

Nesta categoria foram incluídas as emissões associadas às deslocações dos colaboradores da empresa em atividades relacionadas com os negócios, viaturas privadas, comboio, autocarro, táxi/uber e/ou avião, incluindo também as emissões associadas às estadias em hotéis no decorrer dessas viagens. Nestas emissões não houve registo de viagens associadas à Saros, em 2025.

Sempre que possível foram considerados dados primários para o cálculo das emissões das viagens de negócios.

Para o cálculo das emissões, tiveram-se em conta as seguintes considerações:

- No caso dos transportes terrestres, quando não foi possível estimar as distâncias percorridas, as emissões foram calculadas com recurso à abordagem custos “€”;
- No caso dos transportes aéreos, as emissões foram calculadas com base na distância percorrida, nº de bilhetes e nº de passageiros;
- Nas estadias em hotéis, aplicou-se a abordagem "quarto por noite". Nos casos em que não foi possível averiguar o nº de quartos, assumiu-se um hóspede para o quarto individual e dois hóspedes para o quarto duplo. Quando nenhum dos pontos anteriores se verificava as emissões foram calculadas com recurso à abordagem custos “€”;
- Nas viagens de avião, quando não estava disponível a informação sobre a classe do voo foi assumida como "Económica”;
- Quando não estava disponível o número de quartos, foi assumido que era apenas um, e quando não estava disponível o número de bilhetes foi assumido que era apenas um.

As bases de dados com fatores de emissão utilizadas foram DEFRA 2025 e *Greenview* 2025, para os dados físicos, e ADEME para os financeiros.

Categoria 8 – Ativos alugados a montante

As emissões foram estimadas com base nas áreas dos ativos devido à inexistência de informação referente a valores reais de consumos dos ativos alugados, aplicando um fator de emissão do PCAF, selecionado para Portugal. Foi adotada uma abordagem conservadora tendo-se considerado que os ativos alugados possuem uma classificação energética média para a seleção desse fator.

O Material Circulante UTD 592 foi desconsiderado nesta categoria por já estar a ser contabilizado no âmbito 1.

Categoria 9 – Transporte e distribuição a jusante

Em 2025 não houve aluguer de transporte de material circulante e/ou componentes vendidos pela CP a entidades terceiras.

Categoria 12 – Fim de vida de produtos vendidos

Para o cálculo desta categoria recorreu-se à quantidade de materiais vendidos e considerado o destino final de cada produto (reciclagem, aterro ou incineração).

Para o fim de vida dos veículos automóveis, e com base nos dados do EcoInvent, considerou-se que 69,5% do veículo corresponde à carroçaria e 30,5% ao motor de combustão interna. Para efeitos de cálculo de emissões, assumiu-se que os veículos são maioritariamente constituídos por metais, tendo sido aplicado o respetivo fator de emissão. Considerou-se ainda que, no final de vida, os veículos seriam encaminhados para abate, com deposição em sucata e posterior valorização, assumindo-se a reciclagem como destino final.

Para o cálculo dos restantes produtos vendidos considerou-se o tipo de material e o seu destino no final de vida.

As bases de dados com fatores de emissão utilizadas foram DEFRA 2025.

Categoria 13 – Ativos alugados a jusante

As emissões foram estimadas com base na área do ativo, aplicando um fator de emissão do PCAF, selecionado para Portugal. À semelhança da categoria 8, adotou-se uma abordagem conservadora, que considera que os ativos alugados possuíam uma classificação energética média para a seleção deste fator.

Para o aluguer do material circulante onde foi disponibilizado o consumo de eletricidade associado, considerou-se para o cálculo das emissões o consumo real que, posteriormente, foi multiplicado pelo fator de emissão *market-based* e *location-based*, correspondente a Portugal e ao fornecedor contratado.

As bases de dados com fatores de emissão utilizadas foram conforme mencionado PCAF, e APREN 2025.

Categoria 15 – Investimentos

Os dados recolhidos são referentes ao volume de negócios dos ativos totais das empresas participadas, e em alguns casos foi possível obter informação referente às emissões das mesmas.

Sempre que disponíveis, foram utilizadas as emissões de âmbito 1 e 2 reportadas pelas empresas. Na sua ausência, as emissões foram estimadas com base no volume de negócio. Por sua vez, quando esta informação não estava disponível, recorreu-se aos ativos totais.

Em todos os casos, as emissões foram ajustadas pela percentagem de participação detida. No caso do Metro do Porto consideraram-se as emissões do ano mais recente, 2024, e extrapolou-se tendo em conta o volume de negócios de 2024 e de 2025.

As fontes utilizadas incluem dados do INE (ativos, vendas e emissões de GEE de âmbito 1), da DGEG (consumos de energia), da APREN (fator de emissão da rede elétrica) e do Eurostat (informação complementar sobre emissões de GEE de âmbito 1).

Todos os dados foram integrados de forma consistente, assegurando a representatividade setorial e a comparabilidade dos resultados.

Devido à ausência de informações para o CAE 64, não foi possível estimar a intensidade das emissões deste setor. Desta forma, a empresa correspondente a este CAE não foi incluída no cálculo.

Limitações e recomendações

Numa primeira fase, recomenda-se o desenvolvimento de processos de consolidação e recolha de informação transversais que permitam a obtenção dos dados necessários de forma expedita, detalhada e consistente ao longo das empresas.

Adicionalmente, desenvolver processos de consolidação e tratamento da informação primária, de modo a permitir a rastreabilidade dos processos de consolidação dos dados de atividade utilizados e, conseqüentemente, confirmar se os dados são totais e completos.

Em algumas categorias de âmbito 3, foi necessário recorrer a uma metodologia mista, i.e., consideraram-se, sempre que possível, dados primários, e quando estes não estavam disponíveis dados secundários, nomeadamente, nas categorias compra de bens e serviços, compra de bens de capital, viagens de negócios, resíduos, transporte a montante e a jusante.

Em exercícios futuros, recomenda-se a utilização de dados primários, sempre que possível, dando prioridade às categorias identificadas como as mais relevantes no primeiro exercício de cálculo de emissões, nomeadamente a categoria 1 referente a compra de bens e serviços e a categoria 2 referente aos bens de capital.

Mais detalhadamente, recomenda-se:

Âmbito 2 – Eletricidade adquirida:

No futuro, no âmbito de auditoria, será necessário apresentar comprovativo das garantias de origem a partir de fontes renováveis, sendo recomendado que na realização do cálculo tenham essa informação.

Âmbito 3: Categoria 1 - Compra de bens e serviços:

Sempre que possível, recolher as quantidades dos produtos adquiridos em unidades mássicas (ex: toneladas) e recomenda-se o uso de fatores de emissão específicos do fornecedor.

No caso dos transbordos, este foi considerado como um serviço. Contudo, caso venha a ser possível obter dados relativos ao consumo e ao tipo de combustível por transbordo ou, em alternativa, à distância percorrida (km) e ao número de passageiros, deverá ser equacionada a revisão da metodologia adotada, podendo estas viagens vir a ser classificadas na categoria de viagens de negócio.

Âmbito 3: Categoria 2 - Bens de Capital

Sempre que possível recomenda-se o uso de fatores de emissão específicos do fornecedor.

Âmbito 3: Categoria 4 - Transporte a montante:

Propõe-se a monitorização do transporte realizado pelo fornecedor diretamente para as instalações próprias, assegurando que estes fluxos são devidamente contabilizados. Devem ser incluídos dados relativos ao consumo e tipo de combustível por cada transferência, ou em alternativa, a distância percorrida (km) e a quantidade transportada (em kg ou toneladas).

Âmbito 3: Categoria 6 - Viagens de negócio:

Recomenda-se a monitorização mais detalhada das linhas onde foram fornecidos dados financeiros agrupados, no sentido de se considerar o maior número de informação primária possível. Devem ser incluídos, no caso de viagens, os dados relativos a meio de transporte, distância percorrida e o número de passageiros. No caso de estadias, dados referentes ao país de alojamento, número de noites e número de quartos.

Âmbito 3: Categoria 7 - Deslocações Pendulares:

Recomenda-se a realização do inquérito das deslocações pendulares na Fernave, Ecosaúde e Saros para compreender se a materialidade das mesmas se mantém idêntica à identificada para a CP.

Âmbito 3: Categoria 8 e 13 - Ativos alugados a montante e a jusante:

Recomenda-se, sempre que possível, a obtenção das emissões de âmbito 1 e 2 dos ativos alugados, ou em alternativa, o consumo de combustíveis, o consumo de eletricidade e a fuga de gases fluorados quando aplicável.

Âmbito 3: Categoria 15 - Investimentos:

Sempre que possível recomenda-se a obtenção das emissões de âmbito 1 e 2 das empresas participadas.

Lista de acrónimos e siglas

Para facilitar a exposição, e sem prejuízo da utilização ocasional das designações e expressões que substituem, são utilizados ao longo do presente relatório, os seguintes acrónimos, siglas e símbolos químicos:

A

APA - Agência Portuguesa do Ambiente
APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
AV - Alta Velocidade
AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

B

BCC - *Bureau Central de Clearing*
BCSD - *Business Council for Sustainable Development*
BREF - *Best Available Techniques Reference Document*

C

CA - Conselho de Administração
CNE - Clientes com Necessidades Específicas
CO - Monóxido de Carbono
CO₂ - Dióxido de Carbono
COTEC - Associação Empresarial para a Inovação
COVT - Composto Orgânico Volátil Total
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
CRM - *Customer Relationship Management*
CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*

D

DAR - Direção de Auditoria e Risco
DCO - Direção Comercial
DEI - Diversidade, Igualdade e Equidade
DMK - Direção de Marketing e Comunicação
DPC - Direção de Pessoas e Cultura Organizacional
DSU - Direção de Sustentabilidade

E

Ecosaúde - Ecosaúde, S.A.
EMS - *Environmental Management System*
EPD - Encarregado de Proteção de Dados
ERA - *European Union Agency for Railways*
ESG - *Environmental, Social and Governance*
ESRS - *European Sustainability Reporting Standards*
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETARi - Estação de Tratamento de Águas Residuais industrial
EUROFIMA - *Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire*

F

Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

G

GAC - Gabinete de Apoio ao Cliente

GEE - Gases com Efeito de Estufa

GHG Protocol – *Greenhouse Gas Protocol*

GRI - *Global Reporting Initiative*

GWh - Gigawatt-hora

I

IA – Inteligência Artificial

ICF – Intercontainer-Interfrigo

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.

IRO – Impactos, Riscos e Oportunidades

ISO – *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização)

K

KGCO₂E – Kilogramas de Dióxido de Carbono equivalente

KPI – *Key Performance Indicators*

KWh – Kilowatts-hora

L

LAV – Linha de Alta Velocidade

LED – *Light Emitting Diode* (Díodo Emissor de Luz)

M

MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção

mg/L – Miligramas por litro

MW - Megawatt

MWh – Megawatt-hora

N

NO_x - Óxidos de Azoto

NP – Norma Portuguesa

O

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE – Objetivo Estratégico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

ORT – Organização Representativa dos Trabalhadores

P

PAG - Posto de Abastecimento de Gasóleo

PGR - Plano de Gestão de Riscos

PMO – Parque de Material Oficinal

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

PNEC - Plano Nacional Energia e Clima

PPRCIC – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

PRA – Programa de Remoção do Amianto

PRR – Programa de Recuperação e Resiliência

PTS – Partículas Totais em Suspensão

R

RETP - Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes
RFN – Rede Ferroviária Nacional
RGPC - Regime Geral da Prevenção da Corrupção
RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RGPDI – Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações
ROC – Revisor Oficial de Contas
RSi - *Rail Sustainability Index*

S

SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros Lda.
SGA - Sistema de Gestão Ambiental
SGS - Sistema de Gestão de Segurança
SIM - Serviço Integrado de Mobilidade
SIRISE - Sistema Integrado de Risco e Segurança
SST - Segurança e Saúde no Trabalho

T

tCO₂ – Toneladas de Dióxido de Carbono
tCO₂e – Toneladas de Dióxido de Carbono equivalente
TI - Tecnologias de Informação
TUA - Títulos Únicos Ambientais

U

UE - União Europeia
UIC - *Union Internationale des Chemins de Fer*
UNCAC - *United Nations Convention Against Corruption*
UNGC - *United Nations Global Compact*
UNGP - *United Nations Guiding Principles on Business and Human Rights*

V

VLE - Valores Limite de Emissão

W

WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*

NOTA: A identificação de órgãos, sem qualquer outra menção, deve ser entendida como referente aos órgãos/direções da CP.